



Múltiplos olhares: debates sobre
corporalidades, ensino e meio ambiente

v. 11 | n. 1 2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Rozana Reigota Naves

Vice Reitor: Márcio Muniz

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Professor Dr. Wilson Trajano Filho

Vice-diretor: Professor Dr. Edson Silva de Farias

EDITORES-CHEFES

Ana Clara Bustamante Correia

Ludmila Mutti Abreu Rocha

Mylena Karine dos Santos Malheiros

Paulo Henrique Passos da Silva

EQUIPE EDITORIAL

Débora Evellyn de Moraes Melo

Fabiana da Rocha Mejia

Gerciena Barbosa

Iara Emanuelle de Souza Santos

Lorenzo dos Santos Konageski

Maria Clara da Silva Cavalcante

Pedro Vinícius Lima Julio

Rafael Fernandes Ribeiro

Vitória Marinho de Carvalho

Yuri Silva Clemente

REVISÃO

Débora Evellyn de Moraes Melo

Vitória Marinho de Carvalho

DIAGRAMAÇÃO

Ana Clara Bustamante Correia

Ludmila Mutti Abreu Rocha

Fabiana da Rocha Mejia

Gerciena Barbosa

Rafael Fernandes Ribeiro

ARTE DE CAPA

Luana Carneiro (Instagram: @lalunaa.art)

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves
(Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques
Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleicher
(Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein
(Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín
(Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade
Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade
(Universidade Federal do Rio Grande do
Norte)

Professor Fernando Correia Prado
(Universidade Federal da Integração
Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña
(Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto
(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias
Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Professor Mario Ayala
(Universidad de Buenos Aires)

Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa - Mestre
em Ciências Sociais pela Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
(UNESP).

Professora Martha Célia Ramírez Gálvez
(Universidade Estadual de Londrina)

Luana Goulart - Mestranda em Filosofia,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio).

Professor Ricardo Mayer
(Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento
(Universidade de São Paulo)

Marcos Paulo Magalhaes Figueiredo -
Doutorando em Ciências Sociais, Universidade
Estadual de Campinas (PPGCS - UNICAMP).

PARECERISTAS - V. 11, Nº 1 - 2025

Andréia de Oliveira Macêdo - Doutoranda
em Estudos Comparados sobre as Américas,
Universidade de Brasília (UnB).

Maria do Horto Salles Tiellet - Doutora em
Educação, Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS).

Bárbara Barbosa Duarte dos Santos -
Doutoranda de Antropologia Social no
Programa de Pós-Graduação do Museu
Nacional (UFRJ).

Soleni Biscouto Fressato - Doutora em
Ciências Sociais, Universidade Federal da
Bahia (UFBA).

Barbara Marciano Marques - Doutoranda em
Antropologia Social, Universidade de Brasília
(UnB).

Talita de Jesus Correia - Mestra em Negócios
Internacionais, MUST University.

Beatriz Giugliani - Doutora em Estudos Étnicos
e Africanos, Universidade Federal da Bahia
(UFBA).

Camila Dafne de Carvalho Ferreira - Mestra
em Política Internacional, Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG).

Clara Nabuco da Fonseca - Mestranda em
Antropologia, Universidade de Brasília (UnB).

Cristiana Lopes de Oliveira Coelho - Mestre
em Filosofia, Universidade Federal da Bahia
(UFBA).

Débora Bianco Lima - Doutoranda em
Biotecnologia, Universidade Potiguar (UnP).

Fabiana Lopes Corrêa - Mestre em Sociologia,
Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Fernanda Santos Lima - Doutoranda em
Sociologia, Universidade de Brasília (UnB).

Gilliard de Oliveira Justino - Doutorando em
Ciências Sociais, Universidade Federal de
Campina Grande (UFCG).

Igor Adolfo Assaf Mendes - Doutor em
Educação, Universidade Federal de Minas
Gerais (UFMG).

Juliana Antunes de Lima Costa - Doutoranda
em Ciências Sociais, Universidade do Estado
do Rio de Janeiro (UERJ).

Leandro Pinheiro Chevitarese - Doutor em



Textos Graduados
Instituto de Ciência Sociais
Revista da Graduação em Ciências Sociais da Universidade de
Brasília
v. 11, n. 1 de 2025 | DEZEMBRO de 2025

SUMÁRIO

6 EDITORIAL

8 "VIDAS RECICLADAS":

ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO CAMPO DO COOPERATIVISMO
CATADOR NO DISTRITO FEDERAL

19 O DIREITO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO JURÍDICO NA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

30 CURRÍCULO DE CIÊNCIAS NATURAIS:

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A
LUDICIDADE

43 MATERNIDADE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA:

REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA "MÃE DE VÍTIMA" E A SUBVERSÃO
DA LÓGICA DO CUIDADO MATERNO

55 O RACISMO E SUAS FANTASIAS:

RELAÇÕES QUE PERMEIAM DE GRADA KILOMBA A JACQUES LACAN

67 O ENSINO MILITAR EM AUTOPERCEPÇÃO:

COMPREENSÕES DO CORPO DOCENTE, DIRETIVO E COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA DE UMA ESCOLA TIRADENTES

78 CORPOS NATURAIS E CORPOS ARTIFICIAIS:

DISCUSSÕES SOBRE O ENVOLVIMENTO DOS SIGNOS DE GÊNERO



EDITORIAL

A edição de 2025 da Revista Textos Graduados, de nome **"MÚLTIPLOS OLHARES: DEBATES SOBRE CORPORALIDADES, ENSINO E MEIO AMBIENTE"**, conta com seis artigos e um ensaio, com diversidade de temas e linhas de pesquisa. Em visão panorâmica da edição, nota-se a presença de discussões sobre meio ambiente, questões sociais ligadas a corpo, gênero, raça e classe, e diferentes facetas do ensino.

Abrindo a edição de 2025, o artigo **"VIDAS RECICLADAS': ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO CAMPO DO COOPERATIVISMO CATADOR NO DISTRITO FEDERAL"** relaciona a experiência da extensão universitária com a pesquisa realizada com catadores(as) do Distrito Federal. As autoras explicam o funcionamento do cooperativismo catador, relatam suas experiências com a pesquisa e a extensão durante sua formação e discutem as metodologias e resultados do projeto em questão. O artigo traz uma visão pessoal da importância da pesquisa e extensão durante a graduação e, conjuntamente, uma análise crítica e emancipadora das cooperativas.

O artigo **"O DIREITO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO JURÍDICO NA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS"**, por sua vez, enfatiza a centralidade do direito ambiental diante da urgência climática contemporânea. A partir de revisão bibliográfica, a autora discute o papel regulatório do direito na prevenção de danos ambientais e evidencia como os princípios da prevenção e da precaução se tornam fundamentais para orientar respostas jurídicas frente aos riscos ambientais atuais. Sustentado por dados quantitativos e qualitativos, o estudo aponta para a necessidade imediata de ações efetivas que assegurem a proteção ambiental no presente e garantam condições de vida às futuras gerações.

No artigo seguinte, intitulado **"CURRÍCULO DE CIÊNCIAS NATURAIS: FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A LUDICIDADE"**, a autora utiliza o método da bibliometria para mapear estudos que discutem o currículo lúdico no campo de ensino das Ciências Naturais no Ensino Fundamental. Ela observa como diversos autores já se debruçaram sobre o estudo dos recursos lúdicos em sala de aula, especialmente no que tange à reflexão sobre como essas ferramentas podem ser fundamentais para a superação de práticas tecnicistas no processo de aprendizagem — algo que perpassa a transformação da própria trajetória profissional docente.

O artigo seguinte, **"MATERNIDADE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA 'MÃE DE VÍTIMA' E A SUBVERSÃO DA LÓGICA DO CUIDADO MATERNO"**, tem o objetivo de compreender a categoria "mãe" e sua centralidade, seu espaço social e os processos de resistência de mães pretas e mulheres que sofrem das condições sociais que designam o trabalho de cuidado, e evidencia como esses movimentos subvertem a lógica do determinismo biológico e mobilizam a maternidade interrompida. A autora analisa como esses corpos femininos exercem a maternidade, além de compreender estratégias afetivas que dão sentido à participação política dessas mulheres. O artigo combina percepções do documentário "Luto como Mãe", utilizando portanto também o audiovisual como referência para a pesquisa e analisando seu papel como instrumento de militância.

Em **"O RACISMO E SUAS FANTASIAS: RELAÇÕES QUE PERMEIAM DE GRADA KILOMBA A JACQUES LACAN"**, os autores articulam o sentido de "fantasia" da psicanálise para compreender a estrutura do racismo. A partir de uma revisão de literatura e sob o alicerce das teorias sobre fantasia de Grada Kilomba e Freud, além de perpassar por escritos de Lacan e Žižek, o texto se debruça sobre a figura do sujeito "branco" e do objeto "negro", a fim de compreender os mecanismos psíquicos que sustentam essa estrutura. Em conclusão, o artigo levanta a importância da psicanálise em desconstruir essa fantasia branca e da construção de uma psicanálise racializada.

O último artigo da edição, **"O ENSINO MILITAR EM AUTOPERCEPÇÃO: COMPREENSÕES DO CORPO DOCENTE, DIRETIVO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE UMA ESCOLA TIRADENTES"**, contempla o ensino militar no Rio Grande do Sul a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento, da fenomenologia e do conceito bourdiano de *habitus*. Seguindo uma metodologia qualitativa, são identificados quatro eixos focais: a estrutura da escola, as características dos estudantes, a hierarquia e a disciplina. O autor nos guia pelos pressupostos teóricos e temáticos através das entrevistas aplicadas, apresentando um olhar inédito sobre esses espaços pouco habitados pela pesquisa qualitativa brasileira.

Para fechar a edição, o ensaio **"CORPOS NATURAIS E CORPOS ARTIFICIAIS: DISCUSSÕES SOBRE O ENVOLVIMENTO DOS SIGNOS DE GÊNERO"** propõe reflexões acerca de corpos naturais e artificiais em pessoas cisgênero e uso de anabolizantes a partir de autores como Michel Foucault e Judith Butler. Ao longo do ensaio, a autora entrelaça gênero, sexualidade, uso de esteroides e outras discussões sobre corpo e suas modificações com uma revisão bibliográfica dos temas.



"VIDAS RECICLADAS": ATUAÇÃO EXTENSIONISTA NO CAMPO DO COOPERATIVISMO CATADOR NO DISTRITO FEDERAL

"RECYCLED LIVES": EXTENSION WORK IN THE FIELD OF WASTE PICKERS COOPERATIVES IN THE FEDERAL DISTRICT

Resumo

Este artigo discute a experiência de extensão e pesquisa no campo do cooperativismo catador, a partir da vivência de discentes da Universidade de Brasília que participaram dos projetos de extensão "Vidas Recicladas: engajamentos sociotécnicos ao cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal" e de pesquisa "Experiências de Catadores de materiais recicláveis confrontados a dispositivos de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal", realizados entre 2022 e 2024. Emergem, diante desse universo temático, três dicotomias: entre extensão e pesquisa, entre universidade e comunidade, e entre cooperativismo e o modo de produção vigente. Essas relações foram refletidas em um processo pragmático de investigação nas cooperativas, regimes de trabalho à margem da economia capitalista, que contemplam sujeitos igualmente marginalizados. Reflete-se, assim, sobre os efeitos dessa prática conjugada na formação em Ciências Sociais e na produção desse saber, problematizando o comprometimento da área com os agentes investigados e com processos sociais transformadores.

Palavras-chave: Extensão universitária, Pesquisa acadêmica; Cooperativismo; Catadores de materiais recicláveis; Gestão de resíduos sólidos.

Abstract

This article discusses the experience of extension and research in the field of waste picker cooperativism, based on the experiences of students from the University of Brasília who participated in the extension and research projects "Recycled Lives: sociotechnical engagements in cooperativism among solid waste pickers in the Federal District" and "Experiences of Waste Pickers confronted with solid waste management devices in the Federal District", carried out between 2022 and 2024. Three dichotomies emerge from this thematic universe: between extension and research, between university and community, and between cooperativism and the current mode of production. These relationships were reflected in a pragmatic process of investigation in cooperatives, work regimes on the margins of the capitalist economy, which include equally marginalized subjects. Thus, we reflect on the effects of this combined practice in training in Social Sciences and in the production of this knowledge, problematizing the area's commitment to the agents investigated and to transformative social processes

Keywords: University Extension; Academic research; Cooperativism; Waste pickers; Solid waste management.

*Luisa Correia Alves

**Bárbara Ribeiro Perotto

Recebido em: 13/06/2025

Aceito em: 23/07/2025

1. Introdução

O projeto de extensão “Vidas Recicladas: engajamentos sociotécnicos ao cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos no Distrito Federal”, realizado em três edições entre 2022 e 2024, comprometeu-se com a compreensão do complexo processo de inserção socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis que atuavam no Lixão da Estrutural - ativo desde 1960 e encerrado em 2018, nas cooperativas, como previsto pela PNRS¹ e pela Política Distrital de Resíduos Sólidos². Iniciado com dois anos de distância deste acontecimento, as ações de extensão voltaram-se para a investigação de como as cooperativas da Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP) - a maior rede de reciclagem do Centro-Oeste - manejaram sua estruturação diante do processo de transição, a partir de reuniões com a diretoria e acompanhamento da rotina da Central. Essa compreensão priorizou considerar como os próprios catadores expressavam seu entendimento a respeito da sua inserção produtiva no cooperativismo, por meio de conversas informais e da aplicação de entrevistas narrativas com esses sujeitos.

O projeto de pesquisa “Experiências de Catadores de materiais recicláveis confrontados a dispositivos de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal: engajamentos ao cooperativismo e capacidade de inovação social”, por sua vez, previu a aplicação de entrevistas semiestruturadas e grupos focais em 22 cooperativas do Distrito Federal. Em função desta pesquisa, foi possível ampliar a escuta dos relatos dos catadores, o que permitiu o aprofundamento desta investigação, embasada pelo levantamento de dados normativos, à nível distrital, nacional e internacional, à respeito da gestão de resíduos sólidos e do cooperativismo catador.

O cooperativismo, reconhecido formalmente pela Lei nº 5.764/1971³, prevê a autogestão do trabalho pelos seus associados, em um entendimento de que essas empresas dispõem de autonomia. Ainda, o entrecruzamento do cooperativismo com a gestão de resíduos sólidos significa que esse processo de empoderamento é prejudicado pelas incidências de atores hegemônicos. As cooperativas e associações de catadores são parte das infraestruturas residuais⁴ da sociedade urbana assimiladas para a integração desses catadores no sistema da limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos, presentes em um colonialismo sutil e persistente como “um conjunto de relações fundiárias contemporâneas e em evolução que podem ser mantidas por boas intenções e até mesmo por boas ações”⁵.

Infelizmente, com a capacidade limitada de acesso ao resíduo, e dependentes dos outros agentes do sistema da reciclagem, a quantidade de materiais recicláveis de qualidade diminui drasticamente. Consequentemente, também é afetada a possibilidade de negociação dos preços das toneladas de materiais separados para venda, já que vendem para empresas privadas - em sua maioria já bem instaladas e “conhecedoras” do sistema da economia circular. Os operadores privados são capazes de alterar o valor de compra do material de acordo com os impostos, época do ano, qualidade do material (o quão limpo o resíduo separado está), o que prejudica, mais do que empodera, as catadoras e catadores, uma vez que se tornam reféns do sistema de precificação das empresas. Na realidade distrital, essa dinâmica ainda é intercedida pelo Serviço de Limpeza Urbana, responsável pela coleta seletiva no território e pela destinação dos resíduos às cooperativas e associações, por meio de contratos que as desfavorecem e não garantem recursos suficientes para a realização do trabalho em boas condições.

Porém, ao colocarmos a figura do catador no foco dessa infraestrutura, trazemos também o seu lugar de pertencimento nas dinâmicas com o resíduo, e, assim, é construído um lugar de resistência ao apagamento sistemático e mecânico da importância da sua atividade dentro do ciclo de vida do material reciclável. Parte desse apagamento surge da invisibilidade desses trabalhos e da baixa remuneração - que, muitas vezes, não ultrapassa um salário-mínimo, em contraste ao serviço braçal excessivo que desempenham e as condições insalubres às quais estão submetidos. Esses dois problemas alimentam um ao outro, uma vez que é comum que a qualidade do material entregue nas cooperativas e associações se diferencie de acordo com o local de origem, isto é, se o local de origem do resíduo advir de uma comunidade com ou sem acesso à educação ambiental e a coleta seletiva. Nesse caso, o impacto é gerado diretamente na folha de pagamento dos catadores, uma vez que a qualidade do resíduo impacta no seu aproveitamento e, consequentemente, no rendimento mensal da cooperativa.

Essas nuances do trabalho cooperativista não poderiam ter sido alcançadas, senão

¹ BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

² DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 5.418 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

³ BRASIL. Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1971.

⁴ LIMA, M. R. P. Infraestruturas residuais: colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. Estudos Avançados, 2023, v. 37, n. 107, p. 63-82.

⁵ LIBOIRON apud LIMA, p. 69, 2023, tradução nossa.

com o acesso direto e a convivência nesses espaços físicos de resistência catadora, através do projeto de extensão, de forma que a observação participante, os momentos de troca e interação social oportunizassem um olhar diferenciado acerca da relação dos catadores com o ambiente e o resíduo. Ao associar o impacto pessoal de uma ação individual ao benefício coletivo, cria-se um sentimento de fraternidade com o outro. Higienizar o resíduo antes do descarte e separá-lo corretamente, por exemplo, aumenta suas chances de aproveitamento e, por conseguinte, de um pagamento adequado por aquele material. Assim, já não mais nas sombras do apagamento da infraestrutura residual, torna-se visível o trabalho humano realizado –, relação raramente construída em qualquer outro espaço da universidade. A extensão, então, consegue criar portas de acesso para uma nova forma de interagir com o mundo material à nossa volta, partindo do princípio de uma preocupação genuína em cooperar e retribuir o esforço, conhecimento ou o tempo utilizado para a pesquisa. Uma das retribuições possíveis é a divulgação de informação e da valorização do serviço público que essas pessoas realizam, o que esperamos lograr com esse artigo.

2. Extensão universitária e pesquisa acadêmica: encontros, dissidências e oportunidades

A extensão universitária e a pesquisa acadêmica são alicerces do ambiente universitário, desempenhando papéis complementares no avanço do conhecimento e na transformação social (e pessoal, quando tratamos da figura do estudante universitário). Se por um lado, a pesquisa acadêmica busca aprofundar o conhecimento científico por meio de investigações rigorosas e sistemáticas, por outro, a extensão universitária conecta a universidade às problemáticas da sociedade, promovendo a aplicação prática do conhecimento acadêmico e contribuindo para diagnósticos e soluções que sirvam as comunidades.

Sendo assim, projetos que articulem tanto a pesquisa quanto a extensão, integram um corpo discente e docente conectados com as realidades multifacetadas que compõem a nossa sociedade. Transformam, então, o espaço acadêmico em um espaço seguro para uma contínua formação de pesquisadores e professores – se preocupados com a justiça social, a democratização do saber, a veracidade de informações e com a ética dentro da pesquisa –, ao abarcar teoria e prática com o zelo do resultado e impacto social da pesquisa/extensão. Quando integradas, a extensão universitária e a pesquisa acadêmica permitem que o conhecimento gerado no ambiente acadêmico transborde para além dos muros da universidade, promovendo transformações reais na vida das comunidades, ou na própria universidade.

No contexto do socioambientalismo catador, essas iniciativas tornam-se ainda mais relevantes ao estabelecer parcerias entre acadêmicos e catadores de materiais recicláveis, que desempenham um papel crucial na gestão de resíduos, na preservação ambiental, na limpeza e cuidado das cidades. Por meio de projetos de extensão, é possível oferecer capacitações, apoio técnico, tratamentos de saúde e visibilidade a esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que se promovem estudos que destacam o impacto de sua atuação no sistema de reciclagem e na economia solidária. Pesquisas acadêmicas podem explorar tecnologias de reaproveitamento de materiais, formas de organização coletiva e políticas públicas que valorizem o trabalho dos catadores e melhorem suas condições de vida, a partir das próprias interpretações de necessidades e críticas de seus espaços de trabalho e convivência social, sendo inegociáveis o respeito e a equidade nas relações. Ao envolver estudantes e pesquisadores nesse diálogo extensionista, cria-se um ambiente de aprendizado prático e crítico, onde, como é o caso, as questões socioambientais e as desigualdades sociais são abordadas de maneira integrada. Assim, a extensão universitária e a pesquisa acadêmica tornam-se ferramentas estratégicas para a construção de uma valorização dos saberes populares e da cooperação interdisciplinar e intersetorial.

3. Vidas Recicladas I, II e III

É na primeira edição do projeto Vidas Recicladas, em 2022, quando são primordialmente desenvolvidos os instrumentos que vão dar início ao contato da pesquisa com os cooperados associados à CENTCOOP. Para tanto, as ações de extensão iniciais dialogaram com a realização de demandas internas, comunicadas verbalmente em encontros com a diretoria, de oficinas de atividades burocráticas envolvendo o cooperativismo e o associativismo, como a elaboração de projetos para editais e a elaboração de atas de reunião.

Baseando-se nas interações e conversas entre (e com) os catadores, a equipe desenvolveu, então, uma proposta de análise na qual esses trabalhadores mantinham e/ou inovavam suas práticas laborais no ambiente da cooperativa e expressavam determinadas disposições para o funcionamento coletivo e solidário, especialmente dentro das cooperativas que surgiram após o fechamento do Lixão da Estrutural, a fim de determinar se houve uma inclusão socioproductiva da classe – ou, se o interesse por parte da modernização do processo da gestão de resíduos foi capaz de realmente excluir os catadores do ciclo da logística reversa⁶.

A equipe da Extensão mediou rodas de conversa entre catadoras e catadores de cooperativas que já haviam trabalhado no Lixão, e, em um segundo momento, aplicou entrevistas narrativas individuais para descobrir e afunilar focos de pesquisa, considerando que “A metodologia qualitativa fornece as condições para que o inesperado surge no discurso, na medida em que é uma metodologia aberta e flexível que incentiva a manifestação do que está implícito e do que deve surgir”⁷. Sendo assim, a partir dos dados revelados das histórias de vida⁸ das pessoas entrevistadas, estabeleceu-se uma justificativa para a sequência do projeto e o desenvolvimento de uma Iniciação Científica. O projeto de extensão, em sua primeira edição, recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Inovação Social da UnB 2023, na categoria Meio Ambiente e Ciências da Terra.

A continuidade da pesquisa foi apoiada na experiência compartilhada e discutida simultaneamente com a equipe do Projeto de Iniciação Científica e com os discentes da primeira edição do Projeto de Extensão. Essa investigação ampliada permitiu a compreensão dos desafios técnicos da execução plena do trabalho cooperativista e associativista que esses catadores enfrentavam, oportunizando um retorno prático para a equipe administrativa da CENTCOOP. Nesse estágio, os alunos do projeto Vidas Recicladas II trabalharam com o cotidiano do gerenciamento de arquivos, demandas internas dos catadores e elaboração de material de apoio. Portanto, foi muito importante para a manutenção das atividades extensionistas do projeto o estreitamento da relação entre a equipe pesquisadora e a equipe administrativa. A partir da exploração da literatura nacional e internacional sobre cooperativismo entre catadores de resíduos sólidos e de seus discursos sobre a prática da catação, percebe-se que o impacto da transição do Lixão para as cooperativas. Este processo, além de mudar as relações de trabalho e a socialização entre os catadores, resulta também em uma carência na formação cooperada/cooperativista, não cumprida no momento de transição. Agora, em um trabalho regularizado e formal, os meios de fazer a catação teriam que mudar junto com os catadores, surgindo, assim, desentendimentos burocráticos envolvendo esses empreendimentos e a separação/triagem do resíduo.

Para a terceira edição do Projeto, buscou-se auxiliar na organização de duas associações de catadores, que tinham recentemente se consagrado como associação, localizadas no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN). Elaborou-se, então, um trabalho de sensibilização para os eixos que estruturam esse regime associativista, tais como a história do movimento nacional dos catadores, os direitos humanos que concernem o catador⁹, os direitos e deveres do catador associado, o que eles têm em comum¹⁰ e capacitações para registros formais de reuniões e assembleias. Elementos que se faziam relevantes à medida que garantiam a historicidade das decisões tomadas coletivamente em momentos de autogestão e deliberação, como eleições para a diretoria e assembleias. Logo, através das atividades planejadas e concebidas pelas graduandas da Extensão, buscou-se incentivar as pessoas recém associadas a criarem soluções para os problemas coletivos dentro dos valores cooperativistas, ao mesmo tempo em que as estudantes se engajaram com os desdobramentos sociais das políticas de gestão de resíduos sólidos no país, integrando o conhecimento acadêmico com a robustez do conhecimento laboral catador.

4. Atuação extensionista e formação em Ciências Sociais

Ao propor uma reflexão sobre o papel e os efeitos do projeto de extensão em tela na formação de docentes em Ciências Sociais, é necessário problematizar a noção e os sentidos atribuídos à extensão universitária. Com efeito, a especificidade da extensão, que se coloca necessariamente em relação com o território e os sujeitos que nele habitam e interagem, permite evidenciar um universo de problemáticas que não ganham espaço no debate público e nem mesmo na esfera de investigação e produção de conhecimento científico.

Ao mesmo tempo, ainda inserida no contexto do lócus acadêmico, a extensão corre

⁶ CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. *Revue internationale des études du développement*, 233 | 2018, 117-137.

⁷ RUIZ, J. R. Sociological Discourse Analysis: Methods and Logic. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 2009, vol. 10, n. 2.

⁸ FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, v. 14, n. 44, p. 15-40, 2007.

⁹ MNCR. Cartilha de Direitos Humanos e Catadores de Materiais Recicláveis. fev. 2008.

¹⁰ LAVAL, C. *Commun et communauté: un essai de clarification sociologique*. SociologieS, 2016.

¹¹ SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

¹² Ibidem.

¹³ CAMPOS, L. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2009.

¹⁴ BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em European Journal of Social Theory 2(3): 359-377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

¹⁵ BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, É. O novo espírito do capitalismo. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009.

o risco de se posicionar apenas no sentido de "transmissão" de conhecimento ou de uma ação meramente performática e pouco concreta na realidade da população trabalhadora enquadrada como "público-alvo", tratando-a como receptora passiva daquela atividade¹¹. Nesse sentido, observa-se um distanciamento entre trabalho intelectual - nesse caso, aquele produzido por docentes e discentes na universidade - e trabalho material, produzido pela população com quem a extensão geralmente se relaciona e associado às classes mais baixas e menos escolarizadas. Essa dicotomia entre as diferentes esferas do trabalho opera como reflexo da separação historicamente produzida entre trabalho e educação¹².

Essa distinção pode conduzir ao enganoso entendimento de que não há reflexão e construção de pensamento crítico em ambientes de trabalho manual e, geralmente, precário, de forma que os sujeitos presentes nesse espaço são concebidos como meros reprodutores de uma estrutura social em que, "coagidos por violências simbólicas"¹³ reforçariam e até endossariam as próprias condições de sua exploração. Ou, se a crítica e denúncia a partir desses atores é, ao menos, observada, esse tipo de conhecimento não é legitimado, legando o direito de discutir e incidir na vida pública somente aos acadêmicos e aos profissionais intelectuais.

No âmbito de investigação sociológica, tanto os projetos de extensão quanto o projeto de pesquisa utilizaram-se das lentes da sociologia da capacidade crítica, teorizada por Boltanski e Thévenot¹⁴, que se compromete a tratar seriamente o discurso dos atores, a partir de uma investigação axiológica. Logo, opera-se no entendimento de que esses se utilizam de diferentes e legítimas - a depender das cités de onde produzem e que recebem seu discurso -, ordens de grandeza, pautadas em valores e normas, para justificar suas ações e posições na vida social. A postura metodológica tomada pretende, portanto, deslocar o sociólogo da posição de pretensão que normalmente ocupa ao elaborar uma compreensão crítica dos fenômenos, que, por vezes, pode sobrepor a própria realidade investigada, sem considerar as capacidades reflexivas dos atores que a vivenciam.

Logo, ao pautar e discutir a experiência de catadores de materiais recicláveis, os docentes e discentes que atuaram nas extensões e na pesquisa, preocuparam-se em dialogar efetivamente com esses sujeitos e com suas realidades, o que permitiu que eles também se relacionassem ativamente com as atividades aplicadas. As ações e produções desenvolvidas por extensão e pesquisa tomaram, como ponto de partida, fundamentações teóricas em torno das variáveis da realidade dos catadores: cooperativismo, gestão de resíduos sólidos, economia popular e solidária, identidade, raça, gênero etc. Ainda, a análise sociológica não se tornou irreduzível às categorias e conceitos compreendidos e determinados a priori, uma vez que esses se comprometeram a embasar um processo de ação e investigação que se constrói e se transforma à medida que se relaciona com os sujeitos contemplados.

O esforço da competência sociológica, no entanto, deve estar em não findar sua análise na mera descrição das justificativas do agente, mas, tomá-las a partir de sistemas estruturados de valores, marcados por relações de hierarquia e poder. Assim, pode-se investigar de que modo - e por trás de quais motivações - os sujeitos investigados lidam com processos críticos e apontar as contradições estruturais implicitamente expressas em suas elaborações. Dessa forma, evidencia-se, por outro lado, como as instituições retornam, por meio de uma economia moral, as críticas a elas direcionadas, como sugere Boltanski¹⁵.

5. Cooperativismo catador por uma perspectiva sociológica

Diante do exposto, em uma perspectiva macro, a reflexão em torno do cooperativismo catador remete à ousada provocação de como se dá a construção de alternativas que, em contraposição ao modelo produtivo e econômico vigente, vislumbra a promoção de justiça social e ambiental, em meio à lógica incorporadora e destrutiva do capital. Ou seja, para além da imposição de obstáculos para a efetivação de experiências populares e solidárias, como é o caso das cooperativas e associações de materiais recicláveis, o capitalismo operacionaliza discursos contrários a ele, incorporando-os, de forma a corromper e esvaziar o caráter crítico e transformador de quaisquer movimentos sociais¹⁶. Não à toa, observa-se o crescimento exponencial de sistemas e redes cooperativistas que se descaracterizam da lógica de organização econômica não lucrativa e passam a operar pelo modelo empresarial, evidenciando que "em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ SINGER, P. Introdução à economia solidária. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 1107.

plano mundial, mas qualitativamente é provável que sua degeneração tenha se acentuado¹⁷."

Em uma perspectiva histórica, experiências populares de organização coletiva do trabalho passam a emergir no Brasil a partir da década de 80, em um contexto de enfraquecimento da sociedade salarial e de desemprego estrutural, como uma forma de resistência dos próprios trabalhadores aos moldes de trabalho capitalistas, que se baseiam na superexploração da mão de obra em função da acumulação de capital. Em uma concepção sistematizada por Paul Singer¹⁸ denominada economia solidária, essas organizações autogeridas pelos trabalhadores passam a se caracterizar como empreendimentos econômicos solidários, que têm como base a atividade econômica sem fins lucrativos, autogerida e de produção igualmente compartilhada entre seus membros. Aqui, distintamente da relação de separação produzida entre trabalho e educação formal, as bases desses empreendimentos sustentam-se e fortalecem-se pela educação popular, fundamentada em investigações que rompem com mais uma dicotomia e aproximam sujeito e objeto¹⁹. Não se trata, portanto, de uma correspondência aos processos de ensino comumente direcionados à classe proletária, em que se assimila educação ao próprio processo de trabalho, mas sim da construção de um conhecimento emancipador, que possibilite a visualização de experimentações sociais transformadoras.

Dessa maneira, cooperativas e associações tornaram-se regimes típicos da economia solidária, à medida que seu funcionamento como empreendimento implica conhecimento, poder e instrumentos dos trabalhadores sobre sua própria organização²⁰. Entende-se, favoravelmente, o potencial de diversidade e ampliação da economia solidária, à medida que é capaz de englobar qualquer tipo de atividade econômica: desde o artesanato e a agricultura familiar até a reciclagem, o trabalho em plataformas digitais, coletivos de cultura, de comunicação, entre outros. Por outro lado, suas experiências podem enfrentar limitações e fragilizações, uma vez que as condições de conhecimento, de poder e de instrumentos – fonte de luta e conquista dos trabalhadores – não são dadas e estão situadas em uma infraestrutura que atua como mecanismo de invisibilidade desses sujeitos e seus problemas²¹. Deve-se considerar ainda, que o público majoritário desse tipo de organização, mulheres, pessoas negras, povos quilombolas, ribeirinhos e indígenas, são transpassados por uma intersecção de violências e processos de marginalização consolidados historicamente e institucionalmente, que, na perspectiva do trabalho, os situa como público com as maiores taxas de desemprego e condições de subemprego.

Os catadores de materiais recicláveis, por sua vez, inserem-se no contexto de modernização da gestão de resíduos sólidos, em que o tratamento do resíduo como recurso em potencial²² engloba cada vez mais atores plurais: da gestão pública, de empresas de reciclagem, logística reversa, equipamentos e tecnologias de tratamento de material. Trava-se, então, um campo desigual de disputas acerca da "propriedade" do resíduo e de sua definição como bem público ou privado. O cenário comum promovido, inclusive, pelo serviço público de coleta seletiva, tem privilegiado a concepção privada do material. Dessa forma, cooperativas de materiais recicláveis são levadas a competir e comercializar com grandes empresas privadas, tratadas igualmente a nível jurídico e tributário, de forma desproporcional a suas condições de acesso a recursos, crédito, tecnologias e de produção e comercialização de materiais.

A nível institucional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos²³, que se comprometeu com a finalização dos aterros sanitários, ou "lixões", no país e com o incentivo a criação de cooperativas e associações de catadores, foi representativa de um marco histórico da luta de catadores de materiais recicláveis por reconhecimento e condições dignas de trabalho. Desde sua implementação, no entanto, as ações da política têm sido integradas pelos estados e municípios de maneira a secundarizar o papel dos catadores na gestão de resíduos sólidos, como observado no encerramento do aterro do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro²⁴ e na Cidade Estrutural, do Distrito Federal – contexto de observação e análise do projeto de extensão e pesquisa.

O panorama específico da economia solidária e do trabalho dos catadores na Cidade Estrutural acompanha o desenvolvimento da região desde os seus primórdios. Seu surgimento, há mais de 20 anos, foi resultado direto do crescimento do Aterro Controlado do Jockey Club – o Lixão da Estrutural, considerado o maior da América Latina –, que possibilitou a subsistência de catadores de materiais recicláveis. Essas pessoas, consequentemente, migraram para os arredores do lixão, espaço irregular apropriado como uma oportunidade informal, mas concreta, de geração de emprego e renda.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). Educação Popular: lugar de construção social coletiva. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

²⁰ CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

²¹ EDWARDS, P. N. The Mechanics of Invisibility: On Habit and Routine as Elements of Infrastructure. In I. Ruby & A. Ruby (Eds.), Infrastructure Space (Berlin: Ruby Press), 2017, p. 327-336.

²² CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. Revue internationale des études du développement, 233 | 2018, 117-137.

²³ BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2010.

²⁴ LIMA, M. R. P. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 145-180, jan./abr. 2018.

Por essa origem particular, essa Região Administrativa, ocupada majoritariamente por catadores, enfrenta, até hoje, problemas de regularização, que impedem que seus habitantes tenham acesso a serviços e políticas públicas de qualidade e que os trabalhadores possam desenvolver sua produção formalmente. Diante desse cenário de "margem" imposto aos seus moradores, além do trabalho informal dos catadores, muitos empreendimentos informais foram constituídos. Em uma expressão de resistência, catadores passam a se organizar em cooperativas e associações, assim como órgãos e movimentos de apoio desenvolvem-se a fim de promover trocas comunitárias e fortalecer o desenvolvimento econômico local, como o Banco Comunitário da Estrutural e o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (MECE).

Situados, portanto, no contexto particular da Cidade Estrutural, que vivenciou, em 2018, o encerramento do Lixão - espaço central para a geografia desse território -, os relatos de catadores expuseram um cenário em que esses foram impositivamente destituídos de exercer sua atividade primária de geração de renda, em um local de trabalho onde garantiam não apenas sua subsistência, mas vivenciavam um universo social com dinâmicas e relações próprias. Considerando essa conjuntura, ainda que conscientes e críticos das condições de trabalho precárias e insalubres que enfrentavam no lixão, onde a contração de doenças ou a ocorrência de acidentes era comum, a dignidade salarial foi ponto irredutível e convergente em seus discursos para a defesa do lixão como local de trabalho preferível por parte majoritária dos catadores, agora inseridos nas cooperativas.

Esse caso problematiza o discurso uníssono predominante nas instâncias midiáticas de que o fechamento do lixão, além de emblemático para a causa ambiental, resolveria de forma absoluta as problemáticas associadas às condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Em uma leitura simbólica, o encerramento do lixão resultou em algo similar à expressão "jogar a sujeira para debaixo do tapete": se faz desaparecer toda a infraestrutura residual, o lixo e aqueles que trabalham com ele, como resposta à necessidade de modernização da cidade, que mais se traduziu em um fenômeno de higienização social. A capital do país, dessa forma, logra romper com seu título de que abriga o maior lixão da América Latina, e a "sujeira" é convertida em um contraditório processo de inclusão socioprodutiva e de instalação da coleta seletiva. O que, de fato, se demonstrou foi a negligência, a falta de compromisso e de responsabilidade social da gestão pública do Distrito Federal em conduzir um processo justo e pautado no diálogo com os principais atores da gestão de resíduos sólidos do território. Assim, até que as cooperativas e associações fossem regularizadas e deslocadas para os galpões, esses trabalhadores tiveram sua renda comprometida e não receberam a indenização prometida pelo governo. Mesmo depois de fixados, os catadores lidam com a carência de estrutura e financiamento dos galpões, a insuficiência e qualidade comprometida do material recebido pela coleta seletiva, tributações exorbitantes - que não correspondem à sua capacidade de produção e venda - e a falta de dignidade salarial.

A partir daí, visualiza-se uma distância entre a experiência de catadores de materiais recicláveis e a economia solidária. O afastamento é tanto concreto, em termos de condições materiais que impossibilitam a intransigência dos princípios desse modo produtivo, quanto simbólico à medida que esses sujeitos não se entendem pertencentes à economia solidária. O processo de transição implementado arbitrariamente impediu que os catadores pudessem se organizar de forma autônoma, controlar sua produção e apropriar-se do cooperativismo, de forma que a posição comumente assumida por dirigentes de cooperativas e associações é de um poder verticalizado, que transforma as dinâmicas coletivas de deliberação, como as assembleias, em performáticas e pouco produtivas. Aqui, vale mobilizar o entendimento da noção de liberdade e autonomia nas relações de trabalho, considerando a força do discurso neoliberal quanto à soberania da competência e do esforço individual. Essa lógica promove tensões na adaptação do trabalho nas cooperativas, reproduzindo hábitos e posições que tem como premissa a competição e o individualismo, em detrimento da necessidade de gestão coletiva do trabalho²⁵. Por oposição, o cooperativismo parte do entendimento da "liberdade de se relacionar com os outros e de agir com eles"²⁶, pouco evocada no imaginário social e na constituição das relações e dos modos de organização do trabalho modernos.

Ao mesmo tempo, as críticas produzidas pelos catadores em relação às dinâmicas e condições de trabalho no cooperativismo não desconsideram a responsabilização de atores privados, no caso das empresas, e públicos, no caso do governo, que conduzem a coleta e a comercialização dos materiais, além do aparato burocrático, em detrimento da garantia de condições mínimas de trabalho aos cooperados. Afinal, vale o destaque de que "O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público,

²⁵ CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

²⁶ PROUDHON, 1929, *apud* LAVAL, 2016, p. 7

sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de autoemancipação²⁷. Por isso, entende-se que mesmo resultante das contradições do capitalismo para se autodeterminar, o cooperativismo catador está necessariamente instalado no contexto de sua economia global e perpassa por uma relação de dependência com outros atores.

Deste fato, advém a importância da institucionalização da economia solidária, recentemente consolidada pela aprovação da Política Nacional de Economia Solidária²⁸, mas acima de tudo, da integração de suas políticas subsequentes com outras políticas e programas voltados para o cooperativismo catador, como o Programa Pró-Catador²⁹ e, a nível distrital, o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal³⁰ e a própria Política Distrital de Resíduos Sólidos³¹. A implementação e o diálogo entre esses marcos normativos podem apoiar o reconhecimento do regime cooperativista e da categoria dos catadores como entes próprios da economia solidária. Dessa forma, a regulamentação jurídica e tributária dessas cooperativas e associações estaria alinhada às suas condições e necessidades, possibilitando o acesso a políticas públicas específicas e favorecendo um cenário de autossuficiência econômica e produtiva.

Cumpra evidenciar, além disso, o pertencimento a uma comunidade como um forte sentimento expresso pelos catadores nas cooperativas, que resgatam o universo destituído no lixão e permitem a construção de fortes laços de solidariedade com uns aos outros, à medida que se percebem em posição de igualdade com seus colegas de trabalho e compartilham suas vivências. No geral, a própria forma de inserção nas cooperativas, após o encerramento do lixão, é resultado de vínculos sociais que predicam a solidariedade, uma vez que sua característica determinante é o recrutamento familiarista e associativista: os cooperados indicam familiares, amigos, vizinhos e conhecidos que precisam de emprego, ou seja, fortalecem e cooperam com sua comunidade local, criando oportunidades através de redes solidárias orgânicas. Assim, distintamente da lógica competitiva e individualista, a forma de lidar com dinâmicas cotidianas e contornar problemas e precariedades do trabalho, - como a falta de equipamentos, a ausência do direito à licença médica e às férias, a realização de momentos de lazer, o acolhimento às crianças filhas de catadores - é guiada por soluções pensadas e aplicadas coletivamente, que implicam sentimentos de empatia, reciprocidade e confiança:

Acreditamos que essa vulnerabilidade da força econômica, política e tecnológica da autogestão do trabalho, diante do modelo industrial capitalista, possa ser compensada pela astúcia e por certa capacidade de organização dos trabalhadores, o que os ajudaria a alcançar algum equilíbrio nas relações cotidianas de poder entre eles e o mundo do trabalho, para restabelecer a solidariedade³².

Portanto, as condições precárias que demarcam a complexa inclusão socioprodutiva dos catadores tensionam a elaboração de críticas e justificativas ao trabalho cooperativista segundo a mobilização de diferentes ordens de grandeza³³. Não obstante, visualiza-se a construção de um mundo comum, no universo do cooperativismo catador, que se aproxima do que Boltanski elaborou como *"cité cívica"*. Nessa esfera, o bem e o interesse comum são referenciais para determinar as práticas e discursos dos sujeitos, que serão reconhecidos a depender da sua conformidade com princípios de igualdade e solidariedade. A subjetivação desse modo particular de se posicionar socialmente é resultado das operações críticas e criativas a partir das quais catadores contornam suas dissidências e constroem seu "comum", na possibilidade de se desdobrar para o restabelecimento dos laços do cooperativismo catador com a economia solidária, em sentido de fortalecer seu caráter transformador e que proporcione condições de trabalho e de vida mais justas, dignas e solidárias a esses atores.

6. Conclusão

É possível dizer, então, que a mobilização da prática dupla de extensão e pesquisa torna-se fundamental para a construção de uma nova compreensão crítica, comprometida com a valorização de conhecimentos e objetos pouco remontados na disciplina sociológica e na agenda pública. Essa estratégia investigativa valoriza, justamente, processos inacabados, constituídos de complexas infraestruturas e relações sociais - mais críticas do que estabilizadas - e de potencial transformador pelas ações e reflexões dos próprios sujeitos. As contradições e dicotomias reveladas no processo prático de indissociabilidade de extensão e pesquisa não foram estabilizadoras para que essas avançassem, e sim promotoras de novos questionamentos

²⁷ SINGER, P. Introdução à economia solidária. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

²⁸ BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2024.

²⁹ BRASIL. Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2023.

³⁰ BRASIL. Decreto nº 34.329, de 30 de abril de 2013. Institui o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2013.

³¹ BRASIL. Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2014.

³² CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019, p.67.

³³ BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. A sociologia da capacidade crítica. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

³⁴ SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Safatle, V; Júnior, N. da S; Dunker, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2020.

³⁵ Ibidem, p. 21.

³⁶ JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). *Educação Popular: lugar de construção social coletiva*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

³⁷ LAVAL, C. *Commun et communauté: un essai de clarification sociologique*. SociologieS, 2016, p.3.

e direções, provavelmente não mobilizados caso esses projetos não caminhassem juntos.

A extensão destaca-se pela sua tentativa de irromper com uma tendência acadêmica naturalizada de não se relacionar concretamente com os territórios e sujeitos investigados, ao passo que a pesquisa motiva a investigação rigorosa e comprometida de fatos e situações não necessariamente prescritas por sua fundamentação teórica, mas observados a partir da experimentação científica de processos e movimentos sociais. As relações gradualmente entranhadas entre os sujeitos da extensão e pesquisa, docentes, discentes e catadores, transpassam a premissa de objetividade e determinam diretamente os modos de subjetivação dos entes envolvidos, seja como pesquisadores, trabalhadores ou indivíduos, que passam a se situar não de forma isolada, mas em uma experiência coletiva de reconhecimento e construção de saberes emancipadores. Assim, como sujeitos envolvidos, mesmo que parcialmente, na rotina e dinâmica do cooperativismo catador, também nós compartilhamos as redes de significação em volta da definição de um "comum" nas cooperativas, e por elas atribuímos sentidos a outros mundos próprios da nossa experiência acadêmica.

Por fim, a defesa de um cooperativismo catador mobilizado conjuntamente à economia solidária, não perpassa a mera idealização de outro mundo possível, mas parte da observação de uma nova sociabilidade e cultura de trabalho em construção, calcada em práticas e relações associativas e solidárias. Até resultarem no estabelecimento soberano da racionalidade econômica neoliberal³⁴, a livre iniciativa, a competitividade e o empreendedorismo não irromperam como virtudes espontâneas dos indivíduos. Esses elementos foram inculcados, inclusive, psiquicamente, por ações de desregulação de uma vida coletiva e heterogênea. Nesse sentido, há, em voga e em disputa por uma pluralidade de atores, a emergência de uma nova racionalidade, potencialmente solidária, com capacidade de reinventar as formas de se produzir, de se organizar o trabalho e de se viver. A sua distinção essencial em relação à racionalidade então consolidada é que, para a "mudança dos corações e mentes", as "doses maciças de intervenção e reeducação"³⁵ não obedecem à lógica da autonomização da instância econômica diante da política, nem mesmo a estabilização das dimensões de produção dos conflitos sociais.

A possibilidade de emancipação a partir do cooperativismo catador compreende a economia como esfera determinante nos espaços de deliberação e tomada de decisão, pois assim a vida dos catadores é ultrapassada diariamente, e é promovida necessariamente pela noção de comunidade, de forma muito diferente daquela que se constitui, isoladamente, pela homogeneização dos seus membros e pela neutralização de conflitos. Paralelamente, os processos educativos que conduzem esse fenômeno são advindos da sistematização de experiências e da investigação social produzidas pelos próprios trabalhadores, diante da emergência da educação popular³⁶. Trata-se, portanto, de "modificar a relação de poder entre os indivíduos a todos os níveis de uma sociedade vista na perspectiva das atividades que a produzem"³⁷. Nesse caso e mais especificamente, trata-se de redimensionar os catadores, atores primordiais para a manutenção infraestrutural da geografia da cidade, para o centro da agenda de gestão de resíduos sólidos e das políticas públicas, à medida que seu trabalho reverbera na destinação e no aproveitamento adequado de resíduos e materiais produzidos por toda uma comunidade, ou seja, em uma atividade coletiva, que compartilha, entre seus comuns, seus resultados e dispõe a favor de interesses igualmente comuns.

Notas

* Graduanda em Ciências Sociais - Licenciatura na Universidade de Brasília (UnB). Email: luisacorreia@hotmail.com

** Graduanda em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB). Email: perotto.barbara@gmail.com

Referências

BOLTANSKI, L. THÉVENOT, L. **A sociologia da capacidade crítica**. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo "The sociology of critical capacity", publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377, 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 34.329, de 30 de abril de 2013**. Institui o Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2024.

CAMPOS, L. Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. **Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2009.

CASTRO, M. F. Saúde do trabalhador e economia solidária: um estudo do cotidiano em empreendimentos econômicos solidários. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2019.

CAVÉ, J. En quête des communs urbains: la gestion conflictuelle des déchets au Brésil. **Revue internationale des études du développement**, 233 | 2018, 117-137.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 5.418 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

EDWARDS, P. N. The Mechanics of Invisibility: On Habit and Routine as Elements of Infrastructure. In: I. Ruby & A. Ruby (Eds.), **Infrastructure Space** (Berlin: Ruby Press), 2017, p. 327-336.

FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 44, p. 15-40, 2007.

JARA, O. H.; FALKEMBACH, E. M. F. Educação popular e sistematização de experiências. In: Strech, Danilo R.; Esteban, Maria Teresa (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 1, p. 151-166.

LAVAL, C. Commun et communauté: un essai de clarification sociologique. **Sociologies**, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/5677>.

LIMA, M. R. P. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 145-180, jan./abr. 2018.

LIMA, M. R. P. Infraestruturas residuais: colonialismos na gestão de resíduos e a política catadora. **Estudos Avançados**, 2023, v. 37, n. 107, p. 63-82.

MNCR. **Cartilha de Direitos Humanos e Catadores de Materiais Recicláveis**. fev. 2008. Disponível em: <<https://www.mnccr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-direitos-humanos-e-catadores>>.

RUIZ, J. R. Sociological Discourse Analysis: Methods and Logic. **Forum Qualitative Sozialforschung**, 2009, vol. 10, n. 2.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Safatle, V; Júnior, N. da S; Dunker, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.



O DIREITO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO JURÍDICO NA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ENVIRONMENTAL LAW AS A LEGAL INSTRUMENT IN MITIGATING CLIMATE CHANGE

Resumo

O presente trabalho objetiva destacar a relevância do direito ambiental frente à urgência climática contemporânea. Estruturado em três objetivos específicos, analisa-se inicialmente como o direito serve como um regulador do corpo social para prevenir danos ambientais. Em sequência, enfatiza-se a importância dos princípios de prevenção e precaução no direito ambiental diante do status quo. Por fim, com base em dados qualitativos, sublinha-se a necessidade imediata de ações preventivas e precautórias, previstas em teorias do direito ambiental, dada a sua significância para a proteção das futuras gerações. A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica detalhada, explorando abordagens qualitativas e quantitativas.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Justiça Climática; Responsabilidade Intergeracional; Prevenção; Precaução.

Abstract

This work aims to highlight the relevance of environmental law in the face of contemporary climate urgency. Structured around three specific objectives, it initially analyzes how law serves as a regulator of the social body to prevent environmental damage. Subsequently, it emphasizes the importance of the principles of prevention and precaution in environmental law in light of the status quo. Finally, based on qualitative data, it underscores the immediate need for preventive and precautionary actions, as outlined in theories of environmental law, given their significance for the protection of future generations. The methodology employed consists of a detailed literature review, exploring qualitative and quantitative approaches.

Keywords: Environmental Law; Climate Justice; Intergenerational Responsibility; Prevention; Precaution.

*Andressa Maria de Lima Queji

Recebido em: 11/03/2025

Aceito em: 29/07/2025

1. Introdução

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório sobre a lacuna de emissões de 2021. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/emissions-gap->

Diante da atual crise climática, a necessidade de uma atuação eficaz do direito ambiental torna-se cada vez mais premente. Os danos decorrentes das mudanças climáticas, já perceptíveis, tendem a se agravar, afetando negativamente a vida humana e comprometendo o bem-estar das futuras gerações. Este estudo visa fornecer fundamentos para sustentar a tese de que é imperativa a atuação do direito ambiental, a fim de mitigar os riscos e danos associados não apenas à crise climática, mas também ao contexto ambiental como um todo.

Para aprofundar nesta questão, a pesquisa é estruturada em três objetivos específicos: inicialmente, examina-se o papel do direito como regulador social na prevenção de danos ambientais, destacando-se a sua importância como pilar da sociedade. Em seguida, analisam-se os princípios de precaução e prevenção do direito ambiental, considerando-os como catalisadores de mudança e transformação social. Por fim, com base em dados qualitativos, argumenta-se que a adoção de medidas de precaução e prevenção é urgentemente necessária para alterar o status quo.

A gravidade da situação é enfatizada pelas projeções que indicam um aumento de 9% nas emissões globais de gases de efeito estufa até 2030, em contraste com a necessidade de reduzi-las em 43% para limitar o aquecimento global a 1,5 grau celsius¹. Esta discrepância entre a necessidade de ação e as medidas atualmente implementadas, evidenciada pelos severos impactos climáticos já vivenciados por comunidades ao redor do mundo, sublinha a importância desta pesquisa.

Assim, este estudo não apenas explora a legislação ambiental existente, mas também enfatiza a necessidade de sua efetiva aplicação, juntamente com as estratégias de precaução e prevenção, para transformar a realidade atual. Para tanto, foram utilizadas como fontes de pesquisa o Google Acadêmico, a plataforma de periódicos da Capes, o Oasis BR, relatórios da ONU, a legislação ambiental vigente e obras de doutrinadores renomados na área.

2. Direito ambiental como ferramenta de regulamentação

A sociedade contemporânea, marcada por uma produção iminentemente capitalista, enfrenta riscos globais que exigem uma reavaliação profunda da interação do homem com o meio ambiente. Esses riscos, que vão desde as mudanças climáticas até a perda acelerada da biodiversidade, impõem desafios complexos aos sistemas sociais. Nesse contexto, o sistema jurídico é levado a responder a tais ameaças a partir de suas próprias estruturas internas, em um processo que Niklas Luhmann denomina de "autoirritação" — um mecanismo pelo qual os sistemas sociais, embora operem de forma autônoma, são estimulados por perturbações externas e reagem conforme sua lógica interna².

O Direito Ambiental surge, portanto, como uma resposta a essas "autoirritações", visando regulamentar as interações humanas com o meio ambiente de forma a mitigar impactos negativos. A evolução dessa área do Direito, especialmente no Brasil, pode ser observada na inclusão de normas ambientais na Constituição Federal de 1988:

³ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações³.

Esse marco reflete a crescente conscientização sobre a importância de proteger o meio ambiente. Entretanto, este desenvolvimento não foi instantâneo, mas sim resultado de crises ambientais que evidenciaram a necessidade de uma abordagem regulatória mais rigorosa.

A ascensão da conscientização ambiental, notadamente na segunda metade do século XX, foi catalisada por uma série de publicações e eventos de grande relevância. Dentre esses, destaca-se a obra "Primavera Silenciosa", publicada por Rachel Carson em 1962, que elucidou os perigos decorrentes da utilização indiscriminada de pesticidas, evidenciando seus impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana.

A subsequente Declaração de Estocolmo, em 1972, juntamente com a publicação de "Os Limites do Crescimento" pelo Clube de Roma, e a instituição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente marcaram pontos de inflexão no ambientalismo global. A evolução deste movimento foi ainda mais delineada por documentos e conferências internacionais de grande porte, tais como o relatório "Nosso Futuro Comum", Declaração de Brundtland em 1987, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, seguida pelas cúpulas de Joanesburgo em 2002, (Rio+10) em 2002, (Rio+20) em 2012, a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015 por meio da "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", culminando nos avanços representados pelo Acordo de Paris sobre Mudança do Clima de 2015, (COP 21), e as conferências subsequentes de Marrakech (COP 22), e Bonn (COP 23).

No âmbito nacional, a evolução da legislação ambiental brasileira reflete a ampliação da preocupação internacional com a preservação do equilíbrio ecológico e a salvaguarda dos direitos das gerações presentes e futuras. Essa preocupação se consolidou juridicamente com a Constituição Federal de 1988, atribuindo tanto ao poder público quanto à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações. A partir dessa base constitucional, o país passou a consolidar um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por meio da Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, definindo instrumentos como o licenciamento ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Destacam-se ainda leis importantes como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que tipifica condutas lesivas ao meio ambiente e estabelece sanções penais e administrativas, e o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que regula o uso e a proteção da vegetação nativa.

Essas normas revelam um crescente esforço legislativo em harmonizar o desenvolvimento econômico com os princípios da sustentabilidade, em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em conferências globais sobre meio ambiente. A doutrina ambiental brasileira também tem contribuído para essa consolidação, com autores como Édis Milare, que destaca o caráter transversal, preventivo e integrador do Direito Ambiental⁴, e Paulo Affonso Leme Machado, defensor de uma perspectiva ecológica voltada à efetivação de direitos fundamentais⁵. Assim, observa-se que o Direito Ambiental brasileiro, ao dialogar com o Direito Internacional e com os avanços científicos, têm buscado responder às complexas demandas socioambientais contemporâneas.

Conforme elucidado por Benjamin⁶, é possível identificar, de forma retrospectiva e com fins didáticos, três momentos ou modelos conceituais na trajetória legislativa ambiental do Brasil. O primeiro é o modelo higienista, marcado por uma abordagem centrada na saúde pública, no qual as questões ambientais eram tratadas como problemas sanitários, com foco na salubridade urbana e no combate às doenças. Em seguida, surge o modelo conservacionista, que valoriza a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, reconhecendo na natureza um valor próprio, independentemente de sua utilidade econômica. Por fim, consolida-se o modelo ecológico ou ambiental, de caráter mais abrangente e integrado, baseado nos princípios da sustentabilidade, prevenção e precaução, e refletido com maior força na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 225, que estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esses modelos não representam períodos estanques ou mutuamente excludentes, mas sim manifestações de valorações ético-jurídicas que, embora distintas em suas abordagens quanto à degradação ambiental e à valorização da natureza, coexistem temporalmente através de uma dinâmica de sobreposição e combinação, e não de substituição linear. Tal interpenetração caracteriza-se pela convivência, ainda que não harmoniosa, de modelos legais com distintas origens históricas e filosóficas, complexificando a interpretação e a aplicação dos dispositivos normativos vigentes.

Atualmente, a regulação ambiental, essencial para a sustentabilidade e a proteção dos ecossistemas, é implementada por meio de um conjunto diversificado de instrumentos jurídicos. Esses mecanismos, fundamentados nas legislações ambientais, são projetados para orientar as atividades humanas de maneira a minimizar seus impactos sobre o meio ambiente. Entre os principais instrumentos de regulação ambiental, destacam-se a Legislação Ambiental como um todo, o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e as Zonas de Proteção.

⁴ MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

⁵ MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 24. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2016.

⁶ BENJAMIN, Antonio Herman V. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: MACHADO, Paulo Affonso; MILARÉ, Édis (org.). Doutrinas essenciais de direito ambiental. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 45.

A legislação ambiental, pilar do Direito Ambiental, estabelece o arcabouço normativo para a proteção ambiental, delineando diretrizes e padrões para a conservação dos recursos naturais e a gestão da poluição. Essas normas abrangem desde disposições gerais até regulamentações específicas destinadas à proteção de habitats e à conservação da biodiversidade, refletindo a complexidade e a interconexão dos desafios ambientais contemporâneos.

O Licenciamento Ambiental, por sua vez, constitui um processo administrativo pelo qual órgãos competentes avaliam e autorizam a instalação, operação e ampliação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. Esse processo é fundamental para assegurar que tais atividades sejam realizadas de acordo com critérios sustentáveis, mitigando impactos adversos ao meio ambiente.

A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) emerge como um procedimento técnico e científico destinado a identificar, prever e avaliar os efeitos ambientais de projetos antes de sua execução, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras ou compensatórias. A AIA representa uma ferramenta crucial para a tomada de decisões informadas, contribuindo para a prevenção de danos ambientais significativos.

Adicionalmente, as Zonas de Proteção, designadas para a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, desempenham um papel vital na preservação de ecossistemas essenciais e na manutenção dos serviços ecossistêmicos. Essas áreas protegidas, como parques nacionais e reservas ecológicas, são estratégicas para a conservação ambiental a longo prazo.

No entanto, a eficácia desses instrumentos de regulação ambiental é frequentemente comprometida por desafios significativos. Conflitos de interesse entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, fiscalização inadequada e lacunas legislativas constituem obstáculos notáveis à implementação efetiva das leis ambientais. Esses desafios evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar, que envolva a participação de todos os setores da sociedade na promoção da sustentabilidade e na proteção do meio ambiente.

Entretanto, torna-se evidente que, no que tange à crise climática, os desafios enfrentados pela regulação ambiental assumem uma dimensão ainda mais complexa e premente. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2022 indica que as emissões nocivas de carbono de 2010-2019 foram as mais altas na história da humanidade, com aumentos de emissões registrados "em todos os principais setores do mundo"⁷.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, destacou que o mundo está em uma trajetória acelerada rumo a um desastre ambiental que pode resultar na inabitabilidade do planeta. Guterres afirmou que as políticas energéticas atuais estão conduzindo a um aquecimento global que pode ultrapassar em mais de duas vezes o limite de 1,5 grau celsius, estabelecido no Acordo de Paris de 2015, conforme evidenciado por estudos científicos⁸.

A magnitude e a urgência das mudanças climáticas exigem uma resposta global coordenada, inovadora e imediata, que vai além das estratégias convencionais de conservação e gestão ambiental. A crise climática não conhece fronteiras e afeta todos os ecossistemas e sociedades, ampliando exponencialmente os desafios de implementação e eficácia dos instrumentos de regulação ambiental.

Nesse contexto, a necessidade de superar conflitos de interesse, fortalecer a fiscalização e preencher as lacunas legislativas torna-se ainda mais crítica. A crise climática demanda uma abordagem integrada que englobe não apenas a mitigação de seus impactos por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa, mas também a adaptação às mudanças já inevitáveis. Isso requer uma revisão profunda das políticas públicas, um comprometimento inabalável dos setores privado e público, e uma participação ativa da sociedade civil.

Portanto, a eficácia da regulação ambiental frente à crise climática depende de uma governança ambiental que seja não apenas robusta, mas também ágil e adaptável às rápidas mudanças do cenário global. A superação desses desafios não é apenas uma questão de preservação ambiental, mas uma necessidade imperativa para a segurança, o bem-estar e a sustentabilidade das futuras gerações.

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/relatorio-global-de-desenvolvimento-sustentavel-2022>. Acesso em: 19 jun. 2025.

⁸ ONU. António Guterres alerta que políticas energéticas atuais podem levar a um aquecimento global superior ao dobro do limite do Acordo de Paris. Brasil ONU Notícias, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relat%C3%B3rio-clim%C3%A1tico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 6 ago. 2025.

3. Princípios da precaução e prevenção no Direito ambiental

Conforme destacado por Milaré, a proteção ambiental transcendeu a concepção de ser um "luxo" ou uma "utopia", consolidando-se como um imperativo da nova ordem pública. Neste contexto, a transigência em matéria ambiental é inadmissível tanto para o poder público quanto para os particulares.

A Lei nº 6.938/81, ao classificar o meio ambiente como um bem de uso comum do povo (art. 2º, I), enfatiza sua natureza de patrimônio público, sublinhando a necessidade de sua tutela para assegurar a fruição coletiva.

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 cristaliza o dever inalienável do poder público e da coletividade em salvaguardar o meio ambiente, estabelecendo a primazia e a indisponibilidade do interesse público sobre o meio ambiente. Este mandamento constitucional reforça que, diante de incertezas, deve-se favorecer a proteção ambiental (in dubio, pro ambiente), legitimando a coação, inclusive judicial, de todos os entes federativos para que cumpram com seu dever constitucional de proteção dos bens naturais. Este princípio fundamenta, igualmente, a possibilidade de acionamento do poder público frente a omissão na tutela ambiental.

Diante do cenário que evidencia a crise climática, torna-se crucial a aplicação dos princípios da precaução e da prevenção no Direito Ambiental, estreitamente relacionados à mitigação dessa crise. Estes princípios, essenciais para a gestão e governança ambiental, orientam a atuação do poder público e dos particulares frente às incertezas e potenciais riscos ao meio ambiente.

O princípio da precaução é aplicado diante da ausência de certeza científica absoluta, exigindo a adoção de medidas preventivas para evitar danos irreparáveis ao meio ambiente. Em outras palavras, mesmo na incerteza quanto ao dano ambiental, é imperativo considerá-lo ao avaliar ações que possam potencialmente causá-lo.

Além de servir como orientação ética, o princípio da precaução produz diversos efeitos práticos, como a inversão do ônus da prova em litígios que envolvem possíveis danos ambientais. Essa inversão implica que o possível poluidor assumo o ônus de demonstrar que suas atividades não representam riscos significativos ao meio ambiente. Essa interpretação é um dos vários posicionamentos consolidados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação ao princípio da precaução.

Em 2010, fundamentado no princípio da precaução, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o REsp 883.656 e estabeleceu um entendimento que serviu de base para a criação da Súmula 618. O colegiado determinou que, diante do dever genérico e abstrato de preservação ambiental, o princípio da precaução institui um regime ético-jurídico no qual o exercício de atividades potencialmente poluidoras, especialmente as perigosas, resulta na inversão do ônus da prova quanto à licitude e à causalidade da conduta. Nesse contexto, o empreendedor é incumbido de demonstrar que suas ações não representam riscos significativos ao meio ambiente.

Por outro lado, o princípio da prevenção, aplicável diante de riscos conhecidos, enfatiza a necessidade de medidas que evitem a ocorrência de danos ambientais, tendo como base circunstância cientificamente comprovada como sendo causadora destes. Relacionando o princípio da prevenção com relação a crise climática, segundo relatório da ONU de 2023, muitas ondas de calor intensas afetaram a região central da América do Sul no final de agosto a dezembro, causando temperaturas escaldantes em pleno inverno. Durante a segunda quinzena de agosto, as temperaturas em partes do Brasil ultrapassaram os 41 °C. A onda de calor atingiu Rio de Janeiro e São Paulo, as cidades mais populosas do país⁹. Além disso, a velocidade com que as temperaturas estão aumentando é alarmante", diz Pascal Peduzzi, diretor da GRID-Genebra, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Ambos são fundamentais para uma política ambiental eficaz, pois antecipam a necessidade de proteção antes que o dano de fato ocorra, refletindo um compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade intergeracional. A compreensão profunda desses princípios é crucial para a evolução das políticas públicas ambientais e para a efetivação do direito

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório revela que Brasil teve 12 eventos climáticos extremos em 2023. ONU News, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831366>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, ao explorar a definição e a importância dos princípios da precaução e prevenção, é possível elucidar como essas diretrizes operam como pilares da legislação ambiental, guiando ações que visam à preservação e à proteção ambiental frente às complexidades e aos desafios impostos pela atual crise.

A aplicabilidade desses princípios, embora ancorada em premissas distintas, converge para um objetivo comum: a salvaguarda do meio ambiente através de uma abordagem que antecipa e evita danos ambientais, refletindo um compromisso inabalável com a sustentabilidade e a proteção do planeta para as gerações presentes e futuras. Nesse contexto, a urgência climática demanda a adoção de medidas proativas, que, mesmo diante de incertezas, visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa, fomentar o desenvolvimento e a implementação de energias renováveis e construir infraestruturas resilientes às variações climáticas. Ademais, estes princípios estimulam a inovação tecnológica, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias que possam contribuir tanto para a mitigação quanto para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

A integração desses princípios à luta contra a urgência climática não apenas sublinha sua relevância como escolha ética, mas também ressalta sua necessidade pragmática para a efetivação de estratégias capazes de enfrentar um dos maiores desafios globais contemporâneos. Argumenta-se que políticas e ações fundamentadas nesses princípios podem reduzir de maneira significativa os riscos e vulnerabilidades associados às mudanças climáticas, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as sociedades humanas. Além disso, a aplicação desses princípios reflete um compromisso com a responsabilidade intergeracional, garantindo que as futuras gerações herdem um planeta habitável e ecossistemas saudáveis. Por fim, promovem uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável, reconhecendo a interdependência entre a saúde do meio ambiente, o bem-estar humano e a estabilidade econômica.

4. Análise dos dados e a premente urgência da atuação do Direito ambiental

A humanidade enfrenta uma crise sem precedentes relacionada às alterações climáticas globais. Todavia, as causas e os impactos dessas alterações não são distribuídos de maneira equitativa entre as diferentes regiões do mundo. Nesse sentido, é extremamente importante a atuação de toda a sociedade, seguindo as premissas da legislação ambiental a fim de mitigar os potenciais riscos que a crise climática tende a causar para a sociedade.

A dinâmica climática é influenciada por ações humanas em todas as suas composições, determinando as mudanças climáticas. Nesse cenário, um relatório fundamental do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) identificou que as emissões de gases de efeito estufa resultantes de atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e de transporte, conversão do uso do solo, agropecuária, descarte de resíduos sólidos e desmatamento, são os principais fatores que contribuem negativamente para essas mudanças. Essas emissões têm aumentado continuamente e atingem atualmente os níveis mais altos já registrados na história.

As mudanças climáticas têm origem antropogênica, como evidencia uma demonstração relevante do Projeto Global do Carbono, que aponta que a maioria dos estudos científicos da última década identificam as atividades humanas como a principal causa dessas mudanças, sendo responsável por 97% do aquecimento global atual. Em 2016, a temperatura média na superfície terrestre e oceânica foi a mais alta desde 1880, marcando o terceiro ano consecutivo de recordes de aquecimento global. De acordo com a Administração Nacional para os Oceanos e a Atmosfera (NOAA), em seu relatório anual sobre o clima global, "durante 2016, a temperatura média na terra e nos oceanos esteve 0,94 graus celsius acima da média do século XX, que foi de 13,9°C, registrando o nível mais alto desde 1880". O relatório também destaca que, desde o início do século XXI, o recorde de temperatura global anual foi quebrado cinco vezes, nos anos de 2005, 2010, 2014, 2015 e 2016.

A Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço (NASA) também demonstrou uma significativa regressão das camadas de gelo global e da extensão de gelo oceânico nos pólos entre 2000 e 2016. No Ártico, o inverno de 2016 registrou a menor extensão de gelo pelo segundo ano consecutivo, enquanto na época do degelo foi registrada a menor área desde o

início das séries de registros, com uma regressão do gelo semelhante à ocorrida em 2007.

Ademais, é inegável o aumento global da temperatura. A temperatura média da superfície terrestre tem aumentado de forma significativa, impulsionada principalmente pelo incremento dos gases de efeito estufa. A maior parte do aquecimento global ocorreu nos últimos 35 anos. O ano de 2016 não apenas foi o mais quente já registrado, como também oito dos seus doze meses foram os mais quentes em comparação com os meses correspondentes de anos anteriores.

A interferência humana é a principal causa das alterações climáticas. Embora não se possa desconsiderar que, conforme levantamentos da NASA, as mudanças climáticas são uma constante na história geológica da Terra. Desde sua origem, há aproximadamente 4,55 bilhões de anos, o planeta Terra está em constante desenvolvimento, tendo passado por inúmeras alterações climáticas. Algumas dessas mudanças foram tão drásticas que diversos organismos vivos não foram capazes de se adaptar e foram extintos, como evidenciam os abundantes registros fósseis.

A importância da atualização legislativa frente às mudanças climáticas é indiscutível, contudo, a eficácia dessas disposições reside não apenas na sua formulação, mas, primordialmente, na sua efetiva aplicação e na conscientização da sociedade. A promulgação de leis e regulamentos ambientais modernos, alinhados com as necessidades impostas pelas mudanças climáticas, representa um passo fundamental na direção de um desenvolvimento sustentável e na mitigação dos impactos adversos ao meio ambiente. No entanto, a legislação por si só não garante a transformação necessária sem uma implementação rigorosa e a participação ativa do corpo social.

A conscientização e educação ambiental emerge, portanto, como pilares essenciais para a transição para práticas mais sustentáveis. É imperativo que os indivíduos, comunidades e organizações compreendam seu papel e impacto dentro do ecossistema global, bem como as consequências de suas ações cotidianas. A legislação ambiental atualizada deve ser acompanhada de estratégias de engajamento público, programas educacionais e campanhas de conscientização que visem fomentar uma cultura de responsabilidade ambiental e promover a adoção de comportamentos sustentáveis.

Outrossim, a aplicação efetiva das leis ambientais requer um sistema de governança robusto, transparente e participativo, que inclua mecanismos de monitoramento, relatórios e responsabilização. A cooperação entre governos, setor privado e sociedade civil é crucial para assegurar que as políticas e regulamentações ambientais sejam não apenas implementadas, mas também adaptadas às realidades locais e aos desafios emergentes.

Compreendendo o papel do Direito como regulador do corpo social, é importante destacar o entendimento jurisprudencial sobre o tema nos últimos 20 anos. Observa-se, por exemplo, uma evolução significativa na valorização dos princípios de precaução e prevenção no contexto ambiental, refletindo um reconhecimento crescente de que ações proativas são essenciais para a proteção do meio ambiente e, consequentemente, para o bem-estar da sociedade. Essa mudança é evidente tanto em jurisdições nacionais quanto em tribunais internacionais, marcando uma tendência global na interpretação e aplicação do Direito Ambiental.

Originário do Direito Internacional Ambiental, o princípio da precaução foi amplamente adotado por diversos sistemas jurídicos como um meio de abordar a incerteza científica em questões ambientais. Ele estipula que a falta de certeza científica completa não deve ser utilizada como razão para postergar medidas efetivas para prevenir danos ambientais potencialmente graves ou irreversíveis. Esse princípio foi progressivamente incorporado em decisões judiciais, orientando tribunais a favorecerem a proteção ambiental mesmo diante da incerteza.

O princípio da prevenção, que visa evitar a ocorrência de danos ambientais antes que eles aconteçam, tem sido fundamental para a tomada de decisões judiciais. Tribunais ao redor do mundo têm enfatizado a necessidade de medidas preventivas, como avaliações de impacto ambiental e licenciamento ambiental rigoroso, como meios eficazes para prevenir a degradação ambiental.

É fato que, jurisprudências variam conforme a jurisdição de cada país, contudo, al-

guns marcos importantes, incluem, por exemplo casos como o Gabčíkovo-Nagymaros Project (Hungria vs. Eslováquia, 1997) destacaram a importância dos princípios de precaução e prevenção no Direito Internacional, influenciando a maneira como os estados abordam a gestão de recursos naturais compartilhados, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) atuou nesse caso.

Já em Tribunais Nacionais, em muitos países, as cortes superiores têm emitido decisões que enfatizam a necessidade de ações governamentais e empresariais alinhadas com os princípios de precaução e prevenção. Por exemplo, na Alemanha, o Tribunal Constitucional Federal, em decisões recentes, reforçou a necessidade de medidas proativas para proteger o clima, alinhando-se com os compromissos do país sob o Acordo de Paris.

A adoção desses princípios na jurisprudência não apenas fortalece a legislação ambiental, mas também promove uma conscientização maior sobre a importância da sustentabilidade e da proteção ambiental entre os cidadãos e as empresas. Isso gera efeitos positivos para a sociedade ao incentivar práticas mais sustentáveis, reduzir riscos ambientais e promover um desenvolvimento mais harmônico entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Em suma, a evolução jurisprudencial dos últimos 20 anos reflete uma mudança paradigmática na abordagem das questões ambientais, com uma ênfase crescente na necessidade de precaução e prevenção.

No entanto, é necessário um avanço ainda maior na legislação, nos entendimentos jurisprudenciais e, principalmente, nas ações humanas a fim de permitir que o mundo seja habitável para as futuras gerações, e o Direito tem grande importância nesse contexto como sendo catalisador e impulsionador de mudanças.

5. Conclusão

A urgência climática é reconhecida como um dos desafios mais significativos da atualidade, exigindo respostas eficazes e imediatas. Nesse âmbito, a presente investigação abordou o papel do Direito Ambiental como mecanismo regulatório fundamental na prevenção de danos ao meio ambiente. Por meio de uma revisão bibliográfica extensiva, que englobou dados qualitativos, foi possível analisar a eficácia do Direito Ambiental, enfatizando os princípios de prevenção e precaução, essenciais na mitigação das mudanças climáticas.

Os achados deste estudo indicam que, apesar dos progressos na legislação ambiental e do aumento da conscientização sobre a necessidade de práticas sustentáveis, persistem desafios significativos para a efetiva implementação desses princípios.

A análise realizada sugere que as políticas de prevenção e precaução, embora essenciais para a proteção ambiental, podem enfrentar desafios decorrentes de diferentes interesses políticos e econômicos, os quais demandam diálogo e cooperação para favorecer a implementação efetiva dos objetivos ambientais.

Os resultados obtidos destacam a complexidade da temática e a necessidade de um compromisso mais profundo e abrangente por parte de todos os setores da sociedade. Ficou evidenciado que, embora tenham sido feitos avanços importantes, a jornada rumo à sustentabilidade ambiental exige uma dedicação contínua e a exploração de soluções inovadoras capazes de superar os obstáculos atuais.

Conclui-se, portanto, que o Direito Ambiental, apesar de ser uma ferramenta poderosa na promoção da sustentabilidade, necessita de aprimoramentos contínuos e de uma aplicação mais efetiva. É essencial que pesquisas futuras se concentrem em desenvolver novas estratégias e mecanismos legais que possam fortalecer a capacidade do Direito Ambiental de prevenir danos ambientais, assegurando a proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Este trabalho, ao evidenciar tanto os avanços quanto os desafios existentes, contribui para o diálogo acadêmico e prático, incentivando ações voltadas para uma governança ambiental efetiva.

Notas

* Graduanda em Direito no Centro Universitário de Telêmaco Borba (UNIFATEB). Email: andressa_lia3@outlook.com

Referências

AGUIRRE, Lauriane. **A Conferência de Joanesburgo – 04 de setembro de 2002**. Revista de Relações Internacionais. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/conferencia-joanesburgo-4-setembro-2002/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BENJAMIN, Antonio Herman V. **Introdução ao direito ambiental brasileiro**. P. 41-91. In: Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental. V. I. Organizadores: MACHADO, Paulo Affonso; MILARÉ, Édís. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 45.

BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. **Aquecimento global atinge níveis sem precedentes e dispara “alerta vermelho” para a humanidade**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139401-aquecimento-global-atinge-n%C3%ADveis-sem-precedentes-e-dispara-alerta-vermelho-para-humanidade>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. **Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76532-confer%C3%A2ncias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-miniguia-da-onu>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Em declaração final da COP22, países prometem avançar na implementação do Acordo de Paris**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/74994-em-declara%C3%A7%C3%A3o-final-da-cop22-pa%C3%ADses-prometem-avan%C3%A7ar-na-implementa%C3%A7%C3%A3o-do-acordo-de-paris>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Planalto.gov.br. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 618**. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2021_48_capSumulas618.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1962.

CHAPMAN, A. R.; AHMED, A. K. Climate Justice, Humans Rights, and the Case for Reparations. **Health Hum Rights**, v. 23, n. 2, p. 81-94, 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (UNFCCC). **Unfccc.int**. Disponível em: <https://unfccc.int/event/cop-21>. Acesso em: 3 jul. 2024.

DECLARAÇÃO do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Disponível

em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/meio_ambiente/decRioJaneiro.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

IBAMA. **Sobre o Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/sobre>>. Acesso em: 3 jul. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **The evidence is clear: the time for action is now. We can halve emissions by 2030**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/2022/04/04/ipcc-ar6-wgiii-pressrelease/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. [ipcc.ch](https://www.ipcc.ch/). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

LANÇAMENTO do Relatório-Síntese sobre Mudança Climática. Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/252696-lan%C3%A7amento-do-relat%C3%B3rio-s%C3%ADntese-sobre-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica#:~:text=Essa%20%C3%A9%20a%20mensagem%20do%20mais%20recente%20relat%C3%B3rio,e%20de%20evitar%20a%20pior%20das%20cat%C3%A1strofes%20clim%C3%A1ticas.>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

LUHMANN, Niklas. **Direito e sociedade**. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 24. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2016.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NASA – National Aeronautics and Space Administration. **Earth Observatory. Snow Cover & Land Surface Temperature**. 2017. Disponível em: https://earthobservatory.nasa.gov/GlobalMaps/view.php?d1=MOD10C1_M_SNOW&d2=MOD11C1_M_LSTDA. Acesso em: 25. jul. 2024.

NASA – National Aeronautics and Space Administration. **Goddard Space Flight Center. Sciences and Exploration Directorate**. Earth Sciences Division, 2016. Disponível em: <https://www.giss.nasa.gov/research/news/20170118/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NOAA – National Oceanic and Atmospheric Administration. **Global climate report**: annual 2016. Disponível em: <https://www.ncdc.noaa.gov/sotc/global/201613>. Acesso em: 2 jul 2024.

NOAA. National Oceanic and Atmospheric Administration. **PMEL. Carbon Group. What is Ocean Acidification? 2017**. Disponível em: <https://www.pmel.noaa.gov/co2/story/What+is+Ocean+Acidification%3F>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NOAA. National Oceanic and Atmospheric Administration. **Trends in Atmospheric Carbon Dioxide**. 2017. Disponível em: <https://www.esrl.noaa.gov/gmd/ccgg/trends/graph.html>. Acesso em: 2 jul 2024.

ONU NEWS. **Relatório revela que Brasil teve 12 eventos climáticos extremos em 2023**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831366>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ONU. **António Guterres alerta que políticas energéticas atuais podem levar a um aquecimento global superior ao dobro do limite do Acordo de Paris**. Brasil ONU Notícias, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relat%C3%B3rio-clim%C3%A1tico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 6 ago. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Sobre a Rio+20 — Rio + 20**. Rio20.gov.br. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Como o STJ entende o princípio da precaução ambiental.** Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/23062024-Principio-da-precaucao-a-obrigacao-de-proteger-o-meio-ambiente-mesmo-quando-o-dano-e-incerto.aspx>. Acesso em: 2 jul. 2024.

UNEP - UN Environment Programme. **Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022.** Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/relatorio-global-de-desenvolvimento-sustentavel-2022>. Acesso em: 3 jul. 2024.

WWF BRASIL. **COP23:** Principais resultados das negociações climáticas da ONU em Bonn. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?63182/COP23-Principais-resultados-acertados-nas-negociaes-climticas-da-ONU-em-Bonn>. Acesso em: 3 jul. 2024.



CURRÍCULO DE CIÊNCIAS NATURAIS: FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A LUDICIDADE

NATURAL SCIENCES CURRICULUM: TEACHER TRAINING AND PEDAGOGICAL PRACTICE FOCUSED ON PLAYFULNESS

Resumo

Este estudo, por meio da bibliometria, mapeia publicações que abordam a importância de um currículo lúdico para o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foca na formação inicial e continuada de professores e nos recursos utilizados em sala, destacando a necessidade de superar práticas tradicionais centradas na memorização, ainda predominantes, apesar da valorização da Ciência e Tecnologia. O uso de recursos lúdicos é essencial para potencializar o ensino-aprendizagem de Ciências Naturais, mas a abordagem tradicional segue como barreira, com práticas pedagógicas baseadas em experiências passadas, limitando a inovação. Nesse sentido, foram mapeados 16 artigos nas bases Redalyc e OasisBr, publicados a partir de 2000, analisando como os currículos de Ciências Naturais são trabalhados. O estudo busca verificar se tais análises resultam em recursos aplicáveis em sala de aula e outras informações relevantes, sendo uma base para (re)pensar o ensino de Ciências Naturais.

Palavras-chave: Ensino de ciências; Prática pedagógica; Ludicidade.

Abstract

This study, through bibliometric analysis, maps publications addressing the importance of a playful curriculum for Natural Science teaching in the early years of Elementary Education. It focuses on the initial and continuing teacher training and the resources used in the classroom, highlighting the need to overcome traditional pedagogical practices centered on memorization, which still prevail despite the growing appreciation of Science and Technology. The use of playful resources is essential to enhance Natural Science teaching and learning; however, the traditional approach remains a significant barrier, with pedagogical practices often based on past experiences, limiting innovation. In this context, 16 articles from the Redalyc and OasisBr databases, published since 2000, were mapped, analyzing how Science curricula are addressed. The study aims to verify whether these analyses result in resources applicable in the classroom and other relevant information, serving as a foundation for (re)thinking Natural Sciences teaching.

Keywords: Science teaching; Pedagogical practice; Playfulness.

* Crislany Vitoria de Souza de Andrade

Recebido em: 05/06/2025

Aceito em: 23/08/2025

1. Introdução

O presente texto, através da bibliometria, considera como “conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da Informação.”¹ Assim, o estudo visa o mapeamento de publicações em formato de artigo, que abordam temáticas sobre a importância de um currículo mais lúdico para o ensino de Ciências Naturais, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dividindo-se em dois eixos, a formação inicial e/ou continuada dos professores para o ensino de Ciências Naturais e os recursos usados.

A temática justifica-se pelo uso de recursos lúdicos serem grandes potencializadores do ensino-aprendizagem em Ciências Naturais e pela percepção pessoal de que muitas aulas continuam com caráter tecnicista, sem trabalhar a observação e prática. Apesar da crescente valorização da Ciência e da Tecnologia no desenvolvimento social e econômico, ainda persiste nas escolas uma abordagem tradicional e conteudista, que prioriza a memorização em detrimento de uma aprendizagem mais significativa².

Consoante a isso, também se faz necessário a discussão sobre a formação docente e como isso impacta no dia a dia dos estudantes. O trabalho pedagógico deve levar em consideração as necessidades de cada estudante, com uso de diferentes recursos educacionais para melhor atendê-los, pois “o desafio de ensinar e aprender Ciências na contemporaneidade perpassa também pela compreensão da própria concepção de Ciência.”³

Nesse sentido, muitas práticas pedagógicas estão pautadas em suas experiências como alunos, reproduzindo a mesma prática que seus docentes aplicavam há anos e reproduzindo o ensino com ênfase no chamado “senso comum” e assim deixam escapar a crítica, ocorrendo um bloqueio na renovação do ensino⁴. Nessa perspectiva, os autores incentivam que os professores trabalhem coletivamente em uma proposta de mudança didática, partindo de suas concepções, mas ampliando seus recursos e modificando suas perspectivas.

Assim, esta pesquisa busca responder a seguinte problemática: “como situam-se os estudos voltados para o currículo de Ciências Naturais e o que esses estudos têm gerado?”, por isso, após a seleção de alguns artigos, foram observados os dados contidos neles, a fim de entender como essa temática tem sido desenvolvida. Serão analisados textos voltados para a formação desses profissionais e outros com mais ênfase na prática após essa formação, além disso, também pretende-se verificar se esses estudos têm gerado a produção de recursos para serem utilizados em sala de aula.

2. História do ensino de ciências e formação docente

O ensino de Ciências Naturais passou por diversas mudanças ao longo dos anos, sendo orientado por diversas tendências. Antes de 1961, as aulas eram ministradas somente nas séries finais do antigo curso ginasial. Por volta de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei nº 4.024 faz com que o ensino de Ciências Naturais tenha mais presença no currículo escolar, sendo obrigatório estender o ensino a todas as séries do antigo ginasial⁵.

Entretanto, o foco do ensino de Ciências Naturais era para instituições privadas, não era proposto o ensino gratuito como dever do Estado, contrariando a Constituição de 1946⁶. Além disso, 10 anos depois, através da lei nº 5.692 o ensino ganha um caráter muito tecnicista, onde o professor é o detentor de todo conhecimento e o estudante é apenas o receptor, sendo uma educação com foco profissionalizante. A ênfase no “método científico” acompanhou durante muito tempo os objetivos do ensino de Ciências Naturais, levando alguns professores a, inadvertidamente, identificarem metodologia científica com metodologia do ensino de Ciências Naturais⁷.

Seguindo, por volta da década de 70, instalou-se uma forte crise energética decorrente de uma crise econômica mundial. Devido a isso, discussões voltadas para a questões ambientais e saúde começaram a ganhar força e foram implementadas no currículo das Ciências Naturais, configurando, por volta dos anos 80, uma nova tendência educacional, que ficou conhecida como Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), valorizando o ensino de Ciências e também os profissionais da área, essa tendência tem sua importância até os dias atuais.

¹ GUEDES, V. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. 2005, p.2.

² FONSECA, E; DUSO, L. Reflexões no ensino de ciências: elaboração e análise de materiais didáticos. REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procopio, v.2, n.1, p.23-44, 2018.

³ COSTA, D.; DIAS, A. ensinando Ciências através de atividades investigativas. In: RODRIGUES, R.; ADAMS, F.; AMAURO, N. (Orgs). Ensino de ciências pensando no estudante surdo. 1ª Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2021. 79-86p.

⁴ CARVALHO, A.; GIL-PEREZ, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. Revisão técnica de Anna Maria Pessoa de Carvalho. 64p. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁵ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 1997. p. 15-131. nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 15-131.

⁶ MELO, J. História da Educação no Brasil. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p.

⁷ Brasil, 1997, p.20

⁸ TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 10 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

Nesse contexto, Tardif⁸ disserta sobre os saberes docentes, considerado como um saber plural, em que as experiências da prática se unem aos saberes da formação profissional, oriundas das instituições de ensino. Entretanto, há uma lacuna muito grande quando se olha para a formação profissional para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de uma maneira geral. "Ao longo das várias mudanças, as críticas ao ensino de ciências voltavam-se basicamente à atualização dos conteúdos, aos problemas de inadequação das formas utilizadas para a transmissão do conhecimento e à formulação da estrutura da área."⁹

⁹ Brasil, 1997, p.21

Nessa linha de pensamento, as disciplinas de "ensino de" durante a formação docente, apresentam rapidamente discussões de aplicações para ensinar uma determinada disciplina, que na maioria das vezes não conseguem desenvolver no discente, que se tornará docente, o olhar crítico para essa prática e como desenvolvê-la ligada ao cotidiano do estudante e a ludicidade. Prevalecendo, assim, o processo de ensino-aprendizagem tradicional e conteudista, que, como já exposto antes, acarreta em um ensino pautado nas experiências antigas enquanto aluno ainda da educação básica, que em um mundo cada vez mais tecnológico, não tem sido realmente eficaz.

Consequentemente, muitos professores ainda se sentem inseguros em relação ao ensino de Ciências Naturais, justamente pela pouca base adquirida, seja durante a educação básica ou durante sua formação docente. Assim, se faz necessário pensar na formação continuada desses professores, para se adaptarem às necessidades do mundo global em que as Ciências Naturais estão cada vez mais inseridas.

Para uma formação docente sólida, é fundamental um esforço conjunto entre instituições formadoras, políticas públicas e professores em busca de práticas educativas que promovam a aprendizagem significativa e a formação cidadã dos estudantes. O fortalecimento dessa área é essencial para uma educação científica que vise o papel ativo do estudante em seu processo de aprendizagem.

3. A importância de recursos lúdicos para o ensino de ciências

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n.9, de 8 de maio de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 Jan 2002, p.24.

A educação no Brasil sofre com diversas lacunas, principalmente no que tange a alfabetização e letramento. Unir a ludicidade ao ensino nos anos iniciais pode contribuir para diminuir esse impasse, incentivando a pesquisa e a criticidade, onde o estudante ganha um papel ativo no seu processo educacional. "A formação de professores para os diferentes segmentos da escola básica tem sido realizada muitas vezes em instituições que não valorizam a prática investigativa."¹⁰

Dessa forma, o uso de recursos lúdicos no ensino de Ciências Naturais desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, especialmente ao lidar com conceitos que podem ser considerados abstratos ou desafiadores pelos estudantes. Esses recursos, como jogos, dinâmicas interativas e materiais manipulativos, têm se mostrado eficazes para estimular o engajamento, a curiosidade e o pensamento crítico dos alunos. "A criança não é cidadã do futuro, mas já é cidadã hoje, e, nesse sentido, conhecer Ciência é ampliar a sua possibilidade presente de participação social e viabilizar sua capacidade plena de participação social no futuro."¹¹

¹¹ Brasil, 1997, p.45

A ludicidade no ensino de Ciências Naturais não apenas torna o aprendizado mais atrativo, mas também promove a construção ativa do conhecimento. Por meio de atividades lúdicas, os estudantes são incentivados a explorar, experimentar e questionar, características que são inerentes ao método científico. Esse tipo de abordagem favorece a compreensão de conceitos complexos ao associá-los a contextos práticos e significativos, permitindo que os alunos internalizem os conteúdos de maneira mais duradoura.

Segundo nessa discussão, o autor expõe que as crianças pequenas percebem e vivenciam a realidade natural e social de forma distinta dos adultos. Tanto na escola quanto fora dela, elas tendem a atribuir magia, vontade e vida aos objetos e elementos da natureza ao tentar explicar o mundo ao seu redor. Por isso, trazer a ludicidade para o ensino das disciplinas faz com que a criança se interesse mais pelo conteúdo e assimile mais facilmente.

Além disso, os recursos lúdicos são ferramentas cruciais para atender à diversidade em sala de aula. Eles podem ser adaptados para diferentes faixas etárias, estilos de aprendizagem

e necessidades específicas dos estudantes, tornando o ensino mais inclusivo. Entende-se a inclusão como a busca por um ensino que atenda o seu real público, sendo esse todos os alunos, considerando suas especificidades¹².

Do ponto de vista pedagógico, a aplicação de estratégias lúdicas alinha-se a teorias construtivistas, essas enfatizam a importância da interação e da experiência prática para a construção do conhecimento. Dessa forma, ao integrar recursos lúdicos ao ensino de Ciências Naturais, os educadores não apenas enriquecem o processo de aprendizagem, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais dos estudantes.

Portanto, o uso de recursos lúdicos no ensino de Ciências Naturais transcende o caráter recreativo, estabelecendo-se como uma abordagem didática essencial para a formação de aprendizes críticos, reflexivos e engajados com o conhecimento científico. Entretanto, o recurso por si só não garante uma aprendizagem efetiva, daí a importância de uma boa formação inicial e continuada, para atualização desses docentes, pois "é de suma importância que o professor saiba utilizá-lo, saiba incorporá-lo em sua prática cotidiana, de acordo com as condições estruturais de sua escola e as necessidades de seus alunos."¹³

4. Metodologia

O método da pesquisa se deu através da bibliometria, seguindo o conceito de Guedes e Borschiver¹⁴, sendo um método que ajuda a organizar e entender melhor as informações encontradas, daí a escolha da metodologia. Assim, foram utilizados artigos provenientes das bibliotecas virtuais Redalyc e Oasisbr, onde pode-se encontrar um amplo acervo científico. Os artigos selecionados foram baixados e inseridos em uma planilha no Excel, como na figura 1, que mostra a seleção inicial.

O levantamento foi realizado entre os dias 13 e 19 de outubro de 2024. Essa busca resultou em 29 arquivos selecionados, todos relacionados ao ensino de Ciências Naturais no Ensino Fundamental e à formação de professores para o currículo de Ciências Naturais. Através das palavras-chave "ensino de ciências; ludicidade; material didático" e "materiais didáticos; ensino de ciências; ensino fundamental." Esses arquivos foram distribuídos entre as bases Redalyc (11 artigos) e Oasisbr (18 artigos).

Assim, teve-se alguns critérios de inclusão, como: artigos científicos que apresentassem a temática ligada ao ensino e aprendizagem de Ciências Naturais, voltados para o Ensino Fundamental 1, visando os estudos sobre a educação de Ciências Naturais no Brasil e que foram redigidos em português. Além disso, também teve-se os critérios de exclusão sendo: trabalhos com título principal em inglês, que apresentavam ampla citação ao Ensino Fundamental 2 e/ou médio e para manter um mapeamento dos estudos mais recentes, foram excluídos os trabalhos escritos antes dos anos 2000.

Após a seleção, iniciou-se uma leitura mais criteriosa e foram mantidos 16 artigos. Em cada um deles foram analisados dados, como: O título do artigo, os três primeiros autores, o gênero e a instituição de ensino superior (IES) do primeiro autor, o periódico de publicação, o ano de publicação, o resumo do artigo, três palavras-chave, a referência completa do artigo, o link de acesso, inseridos em uma planilha no Word e, posteriormente, durante as leituras, analisados outros dados como: os objetivos da pesquisa, se a pesquisa gerou um recurso didático e os 10 autores mais referenciados, como mostra a figura 2.

Essa metodologia garantiu uma análise coerente com os objetivos do estudo, proporcionando uma base sólida para a discussão científica proposta e a partir disso foram gerados os dados que serão expostos em forma de tabelas, gráficos, mapa mental e nuvem de palavras. Nesse formato de organização, os dados ficam bem expostos para que o autor possa recorrer a eles quando necessário, além do autor poder fazer destaques e observações específicas na planilha. Durante a seleção dos artigos, alguns links saíram do "ar" e estando na planilha foi percebido de maneira mais rápida e dessa forma auxilia para melhor compreensão dos achados.

¹² MOL, G.; DUTRA, A. Construindo materiais didáticos acessíveis para o ensino de Ciências. Práticas inclusivas / organizadores Laís Perpetuo Perovano e Douglas Christian Ferrari de Melo. – 2ª edição –

¹³ DA SILVA, K.; VICTER, E. O uso de materiais didáticos no processo de ensino-aprendizagem, XII Encontro Nacional de Educação

¹⁴ GUEDES, V. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. 2005. Disponível em: <https://cinform-anteriores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PAIS										F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	

```

graph TD
    A((passos da pesquisa)) --- B(1 BASE DE DADOS)
    A --- C(2 PUBLICAÇÕES)
    A --- D(3 TEMÁTICA LIGADA AO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS, ENSINO E APRENDIZAGEM; 4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO)
    A --- E(5 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO)
    A --- F(6 DADOS ANALISADOS)
    A --- G(7 FINAL)
  
```

passos da pesquisa

- BASE DE DADOS**
 - ARTIGOS DA BIBLIOTECA REDALYC E OASISBR.
- PUBLICAÇÕES**
 - 29 ARQUIVOS SELECIONADOS LIGADOS AO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CURRÍCULO DE CIÊNCIAS
 - REDALYC (N=11)
 - OASISBR (N=18)
- TEMÁTICA LIGADA AO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS, ENSINO E APRENDIZAGEM;**
- CRITÉRIOS DE INCLUSÃO**
 - TEMÁTICA LIGADA AO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS, ENSINO E APRENDIZAGEM;
 - VOLTADOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1;
 - FORMATO DE ARTIGO;
 - ESCRITO NO BRASIL;
 - EM PORTUGUÊS.
- CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO**
 - TÍTULO PRINCIPAL EM INGLÊS;
 - AMPLA CITAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 2 E MÉDIO;
 - ESCRITO ANTES DOS ANOS 2000.
- DADOS ANALISADOS**
 - 3 PRIMEIROS AUTORES;
 - GÊNERO E IES DO PRIMEIRO AUTOR;
 - REFERÊNCIA DO ARTIGO;
 - TÍTULO DO ARTIGO;
 - PERIÓDICO DE PUBLICAÇÃO;
 - ANO DE PUBLICAÇÃO;
 - 3 PALAVRAS-CHAVE; RESUMO DO ARTIGO;
 - LINK DE ACESSO; OBJETIVOS;
 - PRODUTO FINAL (RECURSO)
 - 10 AUTORES MAIS REFERENCIADOS.
- FINAL**
 - DADOS ANALISADOS MANTIDOS;
 - 16 ARTIGOS RESTANTE APOS LEITURA CRITERIOSA
 - REDALYC(N=8)
 - OASISBR(N=8)
 - PRODUTO FINAL: ARTIGO PELO MÉTODO BIBLIOMÉTRICO.

13 A 19 DE OUTUBRO DE 2024.

5. Resultados

34

As palavras citadas em Palavras-Chave - PC 1 foram: Ensino de astronomia; Educação ambiental; Formação de professores; Experimentação; Leitura; Oficina Pedagógica; Ensino de Ciências; Cegueira; Formação docente; Ensino Fundamental; Caloria dos alimentos; História da Ciência; Ensino de Ciências; Lua; Ensino de Ciências. Em PC 2: Ensino fundamental; Meio ambiente; Ensino Fundamental; Ensino de Ciências; Literatura; Ludicidade; Educação Inclusiva; Prática pedagógica; Processo Ensino e Aprendizagem; Prática docente; Atividade lúdica; Formação de educadores; Literatura Infantil; Anos Iniciais; Formação Continuada de Professores; Ensino Fundamental. Já em PC 3 tem-se: Formação de professores; Práticas experimentais; Alfabetização científica; Construtivismo; Ensino de Ciências; Educação Ambiental; Linguagem científica; Ensino de Ciências; Materiais educativos; Pedagogia; Educação alimentar; Pedagogia; Leitura; Observação do Céu; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Ciência.

Figura 3 - Nuvem de palavras com as palavras-chave



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Dentre os 16 artigos, as metodologias utilizadas nas pesquisas são variadas e incluem: Análise de planos de aula, projetos pedagógicos e outros documentos para compreender as práticas pedagógicas. Observações de aulas para identificar as estratégias utilizadas pelos professores e as interações entre professores e alunos. Entrevistas com professores e alunos para coletar informações sobre suas percepções e experiências. Aplicação de questionários para coletar dados quantitativos sobre as concepções dos participantes e análise de trabalhos, desenhos e outras produções dos alunos para avaliar seus aprendizados. Dentre os objetivos das pesquisas, tem-se:

Tabela 1 - Objetivos das pesquisas

AUTOR / ANO	OBJETIVO DA PESQUISA
Almeida, S.; Sedano, L. (2020)	Responder a seguinte questão: como a construção de um instrumento metodológico para a análise de obras literárias pode validar a qualidade dessas obras para a promoção da Alfabetização Científica nos anos iniciais do ensino fundamental?

AUTOR / ANO	OBJETIVO DA PESQUISA
Travain, S.; Travain, C.; Assis, A. (2018)	Discutir e conscientizar os alunos sobre suas práticas alimentares e fazer a contagem das calorias ou valores nutricionais do alimento escolhido, permitindo ao indivíduo exercer um maior controle sobre sua alimentação.
França, E.; Munford, D.; Neves, V. (2023)	Caracterizar como relações entre ciência e imaginação foram construídas em uma turma de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental.
Marco, G.; Pataca, E. (2019)	Apontar que a História da Ciência (HC) na formação de professores, e em especial de pedagogos, propicia a elaboração de concepções de ciência e educação mais complexas e dinâmicas.
da Silva, J.; Marinho, J.; Silva, G.; Bartelmebs, R. (2012)	Investigar o tema por meio da observação, de entrevistas e da análise de documentos com o objetivo de compreensão dos processos escolares e de qualificação do ensino de ciências nos anos iniciais.
Benite, A.; Benite, C.; Ribeiro, E. (2015)	Trazar apontamentos sobre a relação complexa entre educação inclusiva, ensino de ciências e linguagem científica, assumindo a urgência da compreensão de necessidades específicas que possam orientar o ensino de ciências para este grupo social.
Persicheto, A. (2022)	Contribuir com a superação de alguns dos impasses vivenciados pelos professores, por meio da construção de uma proposta formativa que contemplasse as necessidades docentes como eixo norteador do processo de aprendizagem profissional do professor.
Nigro, R.; Azevedo, M (2011)	Apresentar informações sobre as concepções dos docentes em formação, algo que pode ser esclarecedor para o planejamento de cursos de formação continuada de professores. A partir do perfil parcial de um grupo de 24 professores de 1º ao 5º ano que estavam envolvidos em um projeto de formação continuada, cujo um dos objetivos explícitos era a promoção da alfabetização científica
Palcha, L.; Oliveira, O. (2014)	Propor a utilização da leitura e da literatura nas aulas de ciências com o objetivo de contextualizar o conhecimento científico, pois consideram que ambas carregam marcas históricas e sociais que oferecem margem para transformá-las e ampliá-las.

AUTOR / ANO	OBJETIVO DA PESQUISA
Silva, A.; Santos, L.; Silva, F.; Costa, E.; Lacerda, P.; Cleophas, M. (2015)	Relatar a aplicação de uma oficina pedagógica, com objetivo de despertar o interesse dos alunos e professores para questões que rodeiam a temática ambiental. Assim, incentivar e auxiliar professores e alunos na construção de ferramentas pedagógicas, lúdicas, como brinquedos e jogos, a partir de materiais que seriam descartados.
Silva, F.; Barbosa, A. (2011)	Montar um laboratório de ciências e biologia com materiais reaproveitáveis acessíveis e econômicos. Após a montagem objetivou-se abordar o ensino de temas em Educação Ambiental com os alunos, através de material didático, experimentos práticos, instigando o aprendizado, ampliando o senso crítico e buscando soluções e ações em benefício do meio ambiente.
Ubinski, J.; Becker, W.; Strieder, D. (2011)	Apresentar alguns resultados relativos a um levantamento sobre as concepções de alguns estudantes do curso de Pedagogia da UNIOESTE, que também são professores de escolas, sobre o ensino de Astronomia.
Gonçalves, P.; Bretones, P. (2021)	Verificar quais questões e ideias emergem quando a observação está no cerne do processo e o que os estudantes demonstram compreender a partir dessa escolha metodológica, tendo em vista a formação dos conceitos científicos de Vygotsky para crianças.
Lopes, I. (2018)	Buscar entender como Pedagogos estão trabalhando o ensino de Astronomia básica em uma escola municipal da cidade de Sinop, situada no estado de Mato Grosso.
Silva, M.; Gonçalves, F.; Marques, C. (2015)	Investigar, através do relato de professores, como se ensina Ciências Naturais da Natureza para estudantes com cegueira nos anos iniciais do ensino fundamental.
Moser, A.; Gregório, A.; Pereira, M.; Moreira, A. (2018)	Analisar recursos criados por licenciandos durante o desenvolvimento de um processo de formação à docência em Ciências Naturais, suas contribuições ao ensino e à formação inicial docente

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Os objetivos das pesquisas apresentadas convergem para alguns eixos principais, mostrando as principais preocupações e desafios da área de ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais. Diversos estudos buscam compreender as concepções de professores sobre o ensino de Ciências Naturais, suas necessidades formativas e as melhores práticas para sua formação inicial e continuada.

Outro ponto a ser discutido é o uso de metodologias inovadoras. Muitos estudos exploram o uso de diferentes metodologias, como a utilização de literatura, a realização de experimentos com materiais reciclados e a observação como ferramenta de ensino. Além

disso, um tema central que perpassa pelos objetivos dos artigos selecionados é a promoção da alfabetização científica nos anos iniciais, buscando desenvolver nos alunos habilidades de investigação, pensamento crítico e tomada de decisão.

No que tange a inclusão, há um crescente interesse em investigar como o ensino de ciências pode atender às necessidades de alunos com diferentes especificidades. Entretanto, dentre os artigos analisados, apenas dois artigos desenvolvem de fato a temática de inclusão. Apesar da crescente discussão teórica, ainda não há muitos materiais didáticos inclusivos, pensando nas especificidades dos estudantes e considerando o pluralismo das deficiências, o que demonstra a necessidade dos estudos teóricos terem um produto final mais prático.

Para atingir os objetivos da pesquisa, cada autor utilizou uma vasta fundamentação teórica. Consoante a isso, foram elencados 10 autores mais citados nas referências dos trabalhos. Criando o seguinte "top 10": Brasil (n= 16), Carvalho, A. M. (n=8), Nardi, R. (n=7), Langhi, R. (=6), Vygotski, L (n= 6), Freire, P. (n= 5), Piassi, L. (n= 5), Fleer, M. (n= 5), Delizoicov, D. (n=4) e Piaget, J. (n=4).

Para situar as fundamentações teóricas identificadas, será apresentado, de forma sucinta, o campo de atuação dos 3 mais citados dos elencados acima. "Brasil" refere-se a diversos documentos brasileiros oficiais, nos artigos vistos foram mais mencionados o que tange a secretaria de educação fundamental e a de educação básica e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

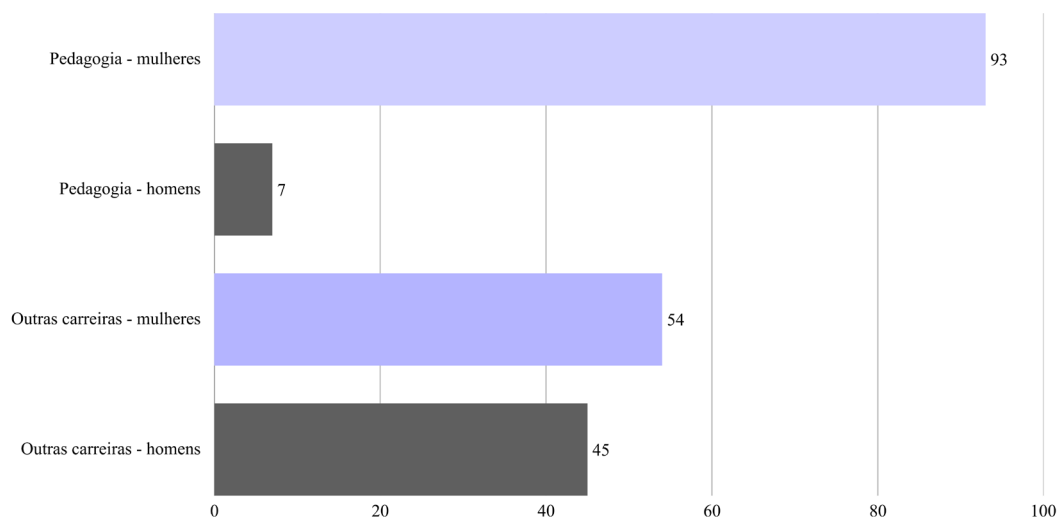
A primeira autora mais mencionada, Anna Maria Pessoa de Carvalho, é especialista em ensino de Ciências Naturais, com doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Física pela USP, tem ênfase nas publicações sobre a formação docente para o ensino de Ciências Naturais.

O segundo autor mais mencionado é Roberto Nardi, Doutor em Educação com sólida formação em Física, docente universitário e líder em associações nacionais de ensino de Ciências Naturais. Possui experiência em gestão acadêmica e desenvolvimento de políticas públicas para a educação, tem foco no ensino-aprendizagem em Ciências Naturais. Ao analisar esses referenciais, foi possível perceber que, em maioria, os autores que discutem o ensino de Ciências Naturais são formados em licenciaturas específicas, como Física, Química e Biologia.

Os anos de publicações seguem uma constância, mesmo com 120s relativamente baixos. O recorte temporal foi a partir de 2000, assim, os primeiros artigos iniciam em 2011 (n=3) e seguem, 2012 (n=1), 2014 (n=1), 2015 (n=3), 2018 (n=2), 2019 (n=2), 2020 (n=1), 2021 (N=1), 2022 (n=1) e 2023 (n=1).

Quanto à localização das Instituições de Ensino Superior (IES), as universidades com publicações estão distribuídas por diversas regiões do Brasil, com destaque para os estados de São Paulo, Paraná, Bahia e Minas Gerais. A localização geográfica de uma universidade pode influenciar aspectos como a cultura acadêmica e as áreas de pesquisa. Outro aspecto importante é que analisando o gênero do primeiro autor, encontram-se 7 homens e 9 mulheres, sendo 4 mulheres e 4 homens pela Oasisbr e, 5 mulheres e 3 homens pela Redalyc. Valores bem aproximados.

No curso de Pedagogia, a predominância é feminina, mas como dito anteriormente, quando diz respeito às pesquisas em Ciências Naturais, muitos autores são de licenciaturas específicas, onde o número de estudantes do sexo masculino se equipara com os do feminino. Uma matéria publicada no site G1 mostra que nove a cada dez estudantes de Pedagogia são mulheres e faz uma comparação, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - comparação do número de mulheres e homens no curso de Pedagogia

Fonte: Moreno A. por G1 apud IDados/Censo da Educação Superior 2015

Assim, o gráfico acima mostra que 93% dos estudantes no curso de Pedagogia são mulheres, assim, apenas 7% representam os homens. Os dados mostram a feminização do curso de Pedagogia, muito ligado a noção da maternidade e do cuidado voltados para a mulher. Segundo Rabelo¹⁵, por muito tempo a escola foi vista como uma extensão do lar, e as mulheres, por serem consideradas mais “naturais” para cuidar de crianças, foram encaminhadas para essa profissão. Essa visão limitada sobre o papel da mulher na sociedade fez com que a profissão docente fosse desvalorizada e associada a tarefas simples. A ideia de que “qualquer pessoa” pode ser professora, porque basta ter paciência, esconde a complexidade e a importância desse trabalho.

¹⁵ RABELO, A. Mulher e Docência: Historizando a feminização do magistério. Revista do Mestrado de História, Universidade Severino Sombra, 2007. p. 47-60.

Para finalizar, analisou-se as discussões acerca da prática pedagógica e se estas geraram recursos para serem utilizados em sala de aula e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, constatou-se que, dentre os 16 artigos, apenas 5 geraram um recurso didático voltado para o papel ativo do estudante, mesclando desenhos, observações, experimentações e criações recicláveis. Os demais abordaram discussões sobre a importância dos recursos didáticos, as concepções de professores, algumas ferramentas voltadas para o professor e análise de materiais já existentes.

Por fim, a defesa de um cooperativismo catador mobilizado conjuntamente à economia solidária, não perpassa a mera idealização de outro mundo possível, mas parte da observação de uma nova sociabilidade e cultura de trabalho em construção, calcada em práticas e relações associativas e solidárias. Até resultarem no estabelecimento soberano da racionalidade econômica neoliberal³⁴, a livre iniciativa, a competitividade e o empreendedorismo não irromperam como virtudes espontâneas dos indivíduos. Esses elementos foram inculcados, inclusive, psicicamente, por ações de desregulação de uma vida coletiva e heterogênea. Nesse sentido, há, em voga e em disputa por uma pluralidade de atores, a emergência de uma nova racionalidade, potencialmente solidária, com capacidade de reinventar as formas de se produzir, de se organizar o trabalho e de se viver. A sua distinção essencial em relação à racionalidade então consolidada é que, para a “mudança dos corações e mentes”, as “doses maciças de intervenção e reeducação”³⁵ não obedecem à lógica da autonomização da instância econômica diante da política, nem mesmo a estabilização das dimensões de produção dos conflitos sociais.

6. Considerações finais

A presente pesquisa, ao analisar 16 artigos sobre o uso de materiais didáticos lúdicos no ensino de Ciências Naturais, revelou a diversidade de metodologias e objetivos dos estudos, bem como a importância de autores como Carvalho, Nardi e Vygotsky para a fundamentação

teórica. Os resultados indicam a necessidade de uma formação continuada mais eficaz para os professores, que os incentive e capacite a utilizar recursos didáticos inovadores e a atender às necessidades de todos os alunos, incluindo, assim, aqueles com necessidades educacionais específicas.

Nesse contexto, foi identificado como uma das lacunas da temática a necessidade de mais estudos que investiguem a criação de materiais didáticos inclusivos e o impacto das tecnologias digitais no ensino de ciências. A falta de materiais atrativos gera maior desinteresse dos estudantes. Além disso, a utilização de materiais didáticos atrativos e adaptados é uma prática transversal, que atravessa desde a educação infantil até as turmas da Educação de Jovens e Adultos - EJA, cada segmento com sua especificidade.

Assim, mostra-se cada vez mais a importância de se (re)pensar as práticas docentes, que muitas das vezes estão pautadas em práticas antigas e tecnicistas, mas cabe também ressaltar a importância de oferecer oportunidades para que os docentes possam planejar e se engajar em novos métodos de ensino. Investir no trabalho docente é crucial, pois permite que os educadores compreendam as potencialidades e as estratégias de aplicação dos recursos lúdicos, garantindo uma educação científica sólida.

A combinação de boas práticas pedagógicas e o uso de recursos lúdicos pode transformar o ensino de Ciências Naturais, tornando-o mais dinâmico e eficaz, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de cidadãos críticos e criativos. Essas estratégias despertam a curiosidade dos estudantes, favorecem a participação ativa nas aulas e estimulam a construção do conhecimento de forma significativa. Além disso, possibilitam a conexão entre teoria e prática, aproximando os conteúdos da realidade cotidiana dos alunos.

Em conclusão, a utilização de materiais didáticos lúdicos no ensino de ciências apresenta-se como uma estratégia promissora para tornar as aulas mais atrativas e significativas para os alunos. No entanto, é fundamental que os professores recebam a formação adequada para utilizar esses recursos de forma eficaz. Além disso, é de suma importância que as escolas disponham de políticas públicas para que se obtenha recursos diversos a fim de implementar projetos inovadores. Assim, ressalta-se a importância dos recursos lúdicos como ferramenta essencial no ensino de Ciências Naturais.

Notas

* Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq na área de Educação Especial e Inclusiva. Email: crislanyvitoria9@gmail.com

Referências

BENITE, A.; BENITE, C.; VILELA-RIBEIRO, E. Educação inclusiva, ensino de Ciências e linguagem científica: possíveis relações. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, p. 81-89, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313132931007>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 15-131. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-ciencias-naturais/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.9, de 8 de maio de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 Jan 2002. Disponível em: [HTTP://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

CARVALHO, A.; GIL-PEREZ, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações**. Revisão técnica de Anna Maria Pessoa de Carvalho. 64p. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época; v.28)

COSTA, D.; DIAS, A. ensinando Ciências através de atividades investigativas. In: RODRIGUES, R.; ADAMS, F.; AMAURO, N. (Orgs). **Ensino de ciências pensando no estudante surdo**. 1ª

Ed: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2021. 79-86p. Disponível em: c7d661_037c86b6870d-4c53a37a4b9d90fc6528.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

DA SILVA, F.; BARBOSA, A. Montagem de material didático para o ensino de temas em educação ambiental. **Revbea**, Rio Grande, v. 6, p. 62-70, 2011. Disponível em: Montagem de material didático para o ensino de temas em educação ambiental.pdf (furg.br) . Acesso em: 13 out. 2024.

DA SILVA, J.; BECKER, W.; STRIEDER, D. **O ensino de astronomia na concepção de estudantes de pedagogia**. Disponível em: https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/5758/1/willyan_ronaldo_becker.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

DA SILVA, J. A. et al. Concepções e práticas de experimentação nos anos iniciais do ensino fundamental. **Linhas críticas**, v. 18, n. 35, p. 127-150, 2012b. Disponível em: [URL inválido removido]. Acesso em: 19 out. 2024.

DA SILVA, K.; VICTER, E. O uso de materiais didáticos no processo de ensino- aprendizagem. **XII Encontro Nacional de Educação Matemática**, 2016. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/7617_3455_ID.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DA SILVA, M.; GONÇALVES, F.; MARQUES, C. Práticas pedagógicas em Ciências da Natureza nos anos iniciais do ensino fundamental com estudantes cegos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências Naturais**, v. 15, n. 3, p. 497-518, 2015d. Disponível em: [URL inválido removido]. Acesso em: 19 out. 2024.

DE SOUZA MOSER, A. et al. Reflexões sobre as contribuições da criação de recursos didáticos à formação inicial de professores de ciências. **Revista Valore**, [S. l.], v. 3, p. 509-520, 2018. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/179>. Acesso em: 13 out. 2024.

ESCAVADOR. **Anna Maria Pessoa de Carvalho**. Currículo lattes. Disponível em: Anna Maria Pessoa de Carvalho | Escavador. Acesso em: 13 dez. 2024.

ESCAVADOR. **Roberto Nadi**. Currículo Lattes. Disponível em: Roberto Nardi | Escavador. Acesso em: 13 dez. 2024.

FONSECA, E.; DUSO, L. Reflexões no ensino de ciências: elaboração e análise de materiais didáticos. **REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino** - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procópio, v. 2, n. 1, p. 23-44, 2018. ISSN: 2526-9542. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/918/884>. Acesso em: 23 out. 2024.

FRANÇA, E.; MUNFORD, D.; NEVES, V. Ciência e imaginação nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/275/27574386062/>. Acesso em: 19 out. 2024.

GONÇALVES, P. ; BRETONES, P. O ensino sobre a Lua e suas fases: uma proposta observacional para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 23, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1295/129568722016/>. Acesso em: 19 out. 2024.

GUEDES, V. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. 2005. Disponível em: <https://cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LOPES, I. O pedagogo e a astronomia básica: relatos de professoras. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 958-972, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10128>. Acesso em: 13 out. 2024.

MARKO, G.; PATACA, E. Concepções de ciência e educação: contribuições da história da ciência para a formação de professores. **Educação e Pesquisa**, v. 45, n. 0, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/157843>. Acesso em: 13 out. 2024.

MELO, J. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. For-

tafeza: UAB/IFCE, 2012. 95p. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MOL, G.; DUTRA, A. Construindo materiais didáticos acessíveis para o ensino de Ciências. **Práticas inclusivas** / organizadores Laís Perpetuo Perovano e Douglas Christian Ferrari de Melo. – 2ª edição – Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2020. 176 p. Disponível em: ebook-Praticas-inclusivas_SERD_2a-ed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORENO, A. G1. **Dia das Professoras: Nove em cada dez estudantes de pedagogia são mulheres e maioria faz curso a distância.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dia-das-professoras-nove-em-cada-dez-estudantes-de-pedagogia-sao-mulheres-e-maioria-faz-curso-a-distancia.ghtml>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

NIGRO, R.; AZEVEDO, M. Ensino de ciências no fundamental 1: perfil de um grupo de professores em formação continuada num contexto de alfabetização científica. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 17, n. 3, p. 705–720, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251019937012>. Acesso em: 19 out. 2024.

PALCHA, L.; OLIVEIRA, O. A evolução do ovo: quando leitura e literatura se encontram no ensino de ciências. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte,, v. 16, n. 1, p. 101–114, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=129530603007>. Acesso em: 19 out. 2024.

PERSICHETO, A. **Ensino de ciências naturais: Perspectivas de um grupo de professoras.** Tópicos Educacionais, v. 28, n. 2, p. 205, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364010/>. Acesso em: 19 out. 2024.

RABELO, A. Mulher e Docência: Historizando a feminização do magistério. **Revista do Mestrado de História**, Universidade Severino Sombra, 2007. p. 47–60. Disponível em: (PDF) Rabelo, A. O. (2007). Mulher e Docência: Historizando a feminização do magistério. Revista do Mestrado de História (Universidade Severino Sombra), (9), 33–44.. Acesso em: 15 dez. 2024.

SEDANO, L.; ALMEIDA, S. As potencialidades da literatura infantil como recurso didático em ciências: construindo um instrumento de análise. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8411>. Acesso em: 13 out. 2024.

SILVA, A. et al. Importância da Aplicação de Atividades Lúdicas no Ensino de Ciências para Crianças. **Revista brasileira de ensino de ciência e tecnologia**, v. 8, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1889>. Acesso em: 13 out. 2024

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 10 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

TRAVAIN, S.; TRAVAIN, C.; ASSIS, A. A visão dos alunos do ensino fundamental sobre a caloria dos alimentos e seu impacto na saúde. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 1, n. 3, 17 fev. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336904339_A_visao_dos_alunos_do_ensino_fundamental_sobre_a_caloria_dos_alimentos_e_seu_impacto_na_saude. Acesso em: 13 out. 2024.

MATERNIDADE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA “MÃE DE VÍTIMA” E A SUBVERSÃO DA LÓGICA DO CUIDADO MATERNO

MOTHERHOOD, POLITICS, AND RESISTANCE: REFLECTIONS ON THE CATEGORY “VICTIM MOTHER” AND THE SUBVERSION OF THE LOGIC OF MATERNAL CARE

Resumo

Este trabalho foca nos coletivos de mães e familiares que lutam por justiça pelos seus filhos mortos ou desaparecidos em decorrência de violência estatal, originada em chacinas no Rio de Janeiro em diferentes momentos históricos. De modo particular, o artigo promove reflexões acerca da centralidade da categoria “mãe”, sua legitimação no espaço público e resistência desenvolvida por *mães pretas* e mulheres militantes centradas nos papéis de cuidar. Discorre-se sobre contribuições antropológicas que tensionam a associação do corpo feminino ao trabalho de maternar. Igualmente, analisa-se como essas mães mobilizam a maternidade interrompida, através de estratégias discursivas e afetivas para dar sentido à participação política. Para isso, o artigo combina percepções dos depoimentos do documentário “*Luto como Mãe*”, pensando metodologicamente o audiovisual como objeto e agente ativo da pesquisa, juntamente com experiências de trabalho de campo em contato com o discurso militante de seus coletivos. Evidencia-se como esses movimentos, ao subverterem a lógica do determinismo biológico, mobilizam a maternidade interrompida como uma ferramenta de legitimação política e resistência.

Palavras-chave: Mãe de vítima; Maternidade; Desaparecimento; Violência Estatal; Resistência.

Abstract

*This paper focuses on collectives of mothers and family members who fight for justice for their children killed or disappeared due to state violence, stemming from massacres in Rio de Janeiro across different historical moments. In particular, the article promotes reflections on the centrality of the category “mother,” its legitimation in the public sphere, and the resistance developed by black mothers and militant women centered on caregiving roles. It discusses anthropological contributions that problematize the association of the female body with the work of mothering. Furthermore, it analyzes how these mothers mobilize the concept of “interrupted maternity” through discursive and affective strategies to give meaning to political participation. To this end, the article combines insights from the testimonies in the documentary “*Luto como Mãe*” (Mourning as a Mother), methodologically considering the audiovisual material as both an object and an active agent in the research, alongside fieldwork experiences in contact with the militant discourse of their collectives. It is evidenced how these movements, by subverting the logic of biological determinism, mobilize interrupted maternity as a tool for political legitimation and resistance.*

Keywords: Mother of victim; Motherhood; Disappearance; State Violence; Resistance.

*Carolina Silva Nogueira

Recebido em: 30/05/2025

Aceito em: 27/09/2025

1. Introdução

¹ Refere-se aos policiais culpados por assassinar seu filho.

² Medida interna da polícia, ao matar e alegar legítima defesa pelo suspeito ter supostamente resistido à prisão.

³ Chacina que ocorreu na favela de Acari, em 1990, com o desaparecimento forçado de onze jovens.

⁴ Maior chacina da Baixada Fluminense, com o assassinato de 29 pessoas em 2005.

⁵ Assassinato de 4 jovens na saída da casa noturna Via Show, em 2003.

"Eu fui inspetora, eu fui perito, eu fui delegado...Eu fui tudo aquilo que a justiça não quis ser para mim. Tudo aquilo que não fizeram por direito que eu tinha. Eu fui uma mãe. Não sei se vou conseguir ver eles¹ na grade, mas talvez, se eu tivesse uma classe social boa, fosse branca, não fosse negra e não morasse na favela, já teriam respostas para mim".

A frase supracitada é dita por Márcia Jacinto, mãe de Henry, indignada com o assassinato de seu filho em 2002, por policiais que alegaram auto de resistência². É uma das falas mais marcantes do longa-metragem brasileiro "Luto como mãe", lançado em 2009 e dirigido por Luis Lomenha. O documentário profundamente comovente acompanha, entre 2004 e 2008, a trajetória de mães que transformaram sua dor em resistência diante da violência policial no Rio de Janeiro. Em particular, relata-se o luto e a luta de mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares através da Chacina de Acari³, a Chacina da Baixada⁴ e a Chacina do Via Show⁵. A obra brilhantemente intercala depoimentos íntimos captados pelo diretor com registros audiovisuais produzidos pelas próprias mães, as quais receberam câmeras do cineasta. Assim, constrói-se uma narrativa coletiva que simultaneamente denuncia a impunidade e explicita a política de extermínio que marca a atuação policial no Estado. Além de demonstrar o luto e a perda dessas mulheres, a obra evidencia como elas se organizaram em movimentos sociais e em redes de solidariedade, articulando formas de memorar a história dos filhos e de reivindicar justiça. Vencedor do prêmio de melhor filme no Festival de Santa Cruz de La Sierra (2010), o longa se distingue não apenas por sua dimensão política e tom de denúncia, mas também pela forma participativa da sua produção, em que as mães revelam suas agências e protagonismos na construção da narrativa do documentário e em suas próprias lutas e análises sobre o Estado.

O enfoque do presente artigo será nos movimentos e coletivos de mães e familiares que se dedicam à luta pela justiça, verdade e memória de seus filhos mortos e/desaparecidos em decorrência de violência estatal, originados por chacinas ocorridas no Rio de Janeiro em diferentes momentos históricos. Retratadas no documentário, essas mulheres se fortalecem coletivamente ao elaborarem seus lutos e se inserem em lutas sociais pela responsabilização dos agentes violadores, além de buscar acolher, integrar e garantir direitos às mulheres negras, em especial às mães envolvidas.

Ao me familiarizar com estudos que tratam de movimentos de familiares de vítimas de violências, noto que a categoria "*mãe*" ganha protagonismo. Os exemplos são vários: Mães de Acari, Mães da Cinelândia, Coletivo Mães de Manguinhos, entre outros. Me chamou atenção como a frente desses movimentos é majoritariamente representada por mulheres, em especial mães, e, quase nunca pais ou irmãos. Esses movimentos são, em maioria, compostos por mães negras, pobres e em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente, moradoras de favelas.

Ao analisar o documentário "Luto como mãe", percebe-se também como são sempre as mães as maiores culpadas pelo desaparecimento e/ou morte do filho, seja por terem o "abandonado", por terem "criado um filho que virou bandido", ou simplesmente, por não terem impedido esse trágico acontecimento. Essa responsabilização é percebida pelas próprias mães, e principalmente, pontuada pelos agentes estatais, familiares e pela sociedade. Tem-se aqui uma associação histórica e direta entre o ato de conceber um filho e o trabalho do cuidado. Ao mesmo tempo, a centralidade da figura materna e a categoria de "ser mãe" é acionada para endossar uma maior potência nessa militância.

A escolha metodológica de me debruçar etnograficamente sobre o documentário "Luto como mãe" parte do pressuposto de que o cinema, seja ficção ou documentário, carrega sentidos e produz realidades. Ao refletir sobre o cinema para além de um modo de produção etnográfica, Silva (2015; 2023) nos convida a pensar o audiovisual como objeto e agente ativo da pesquisa. Portanto, o filme se revela como uma prática que, assim como a etnografia, inventa mundos possíveis e articula relações de sentido entre sujeitos e coletivos. Essa perspectiva exige uma etnografia que se mobilize com o caráter performático e político do audiovisual, capaz de apreender não apenas imagens e narrativas que representam, mas também os efeitos sociais e a ação política que ele engendra. Ao fabricar imagens em que a "realidade" confere verdade e potência aos eventos narrados, "Luto como Mãe" produz sentidos e mobilizações,

⁶ SILVA, Marcos Aurélio da. Cinema, Antropologia e a construção de mundos possíveis: o caso dos festivais de cinema da diversidade sexual. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 2, p. 17-40, 2015.

evocando sentimentos, possibilitando elaborações e repercussões nas arenas públicas e nas lutas por reparação.

Tomar “Luto como mãe” como objeto investigativo implica, portanto, em apostar na multissensorialidade⁶. A experiência cinematográfica transcende o visual e o auditivo e capta nuances do corpo, da emoção, dos gestos e dos olhares, traços que não se traduzem facilmente na textualização. Ao entrelaçar formas de organização política, fortalecimento de redes, cenas com olhos marejados, vozes embargadas e memórias encenadas, o documentário revela não apenas a dimensão íntima do luto nos casos de violência estatal, mas também a potência dessas mulheres que seguem em busca de justiça, na maioria das vezes sem o apoio do Estado. Igualmente, o documentário evidencia as estratégias de visibilização e publicização das denúncias, como registros e manifestações criadas e sustentadas pelas próprias mães, alinhados com outras tecnologias e estratégias políticas de resistência que tornam possível a circulação pública das suas narrativas. Foi através dessa insistente produção de sentidos e mobilizações que, por exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro pelo Caso Acari em novembro de 2024.

Ao privilegiar a experiência sensorial e as formas de elaboração política do luto, proponho uma etnografia que dialogue com o audiovisual como agente de denúncia e de construção de memória coletiva e de possíveis mundos dentro do universo das lutas por justiça. O audiovisual “Luto como Mãe”, dirigido por Luis Lomenha, foi concebido inicialmente como um registro dos processos de luta e luto vivenciados pelas mães⁷, ao mesmo tempo em que elucida a violência estatal e a ausência de amparo institucional diante da busca por justiça. Além disso, o documentário motivou o último lançamento do diretor “Os Quatro da Candelária”⁸, minissérie da Netflix lançada em 2024, que combina realismo, fantasia e sonho ao ressignificar histórias invisibilizadas de sobreviventes da Chacina da Candelária⁹ e possibilitar a imaginação de outros futuros possíveis. A minissérie se baseia, principalmente, no desejo das mães de ver e pensar sobre seus filhos para além de uma memória trágica.

De modo geral, este trabalho tem como propósito estimular o debate e levantar reflexões, sem a pretensão de chegar a conclusões fechadas sobre o tema. Nesse ínterim, busco contribuir com reflexões acerca da centralidade das mães nesses movimentos e como essas mães utilizam do espaço materno para agência política. De modo particular, pretende-se articular percepções sobre os testemunhos dessas mães, a partir do documentário citado e de pesquisas exploratórias de campo em contato com o discurso militante desses coletivos. Em um primeiro momento, retomo brevemente o debate teórico em torno da dicotomia natureza e cultura na disciplina, com ênfase na perspectiva construcionista em torno da categoria de gênero, em especial da mulher e da maternidade. Busco situar essas reflexões pensando como o “instinto materno” é construído socialmente e atravessado por relações de poder, raça e classe. Em seguida, adentro mais profundamente o material empírico, combinando relatos colhidos no documentário “Luto como Mãe” e observações em diálogo com os discursos das mães. Focalizo nas gramáticas discursivas e corporais dos afetos e estratégias de autoridade moral, de visibilidade e de resistências mobilizadas por esses coletivos. Por fim, evidenciam-se como esses movimentos, ao subverterem a lógica do determinismo biológico, mobilizam a maternidade interrompida como uma ferramenta de legitimação política, resistência e luta contra o racismo.

2. A maternidade enquanto função social do corpo feminino

“Se me contassem tal história, eu ia dizer que é mentira, que ninguém vive isso... Mas eu vivo isso na minha carne, eu sei, e eu não encontro palavras para me dizer o que que é isso na minha vida, como minha vida se transformou a partir desse desaparecimento [...] eu quando jovem, eu sonhava um tanto de coisa, mas, principalmente em ter meus filhos [...] e aí eu engravidei jovem, não tinha experiência nenhuma, mas eu briguei, porque minha mãe achava que tinha que abortar, mas eu não fiz o aborto. Minha mãe achava que eu tinha que dar a criança e eu não dei. Eu criei. Eu criei toda uma história, toda uma expectativa e aí vem alguém e tira isso tudo...”¹⁰.

O relato escrito acima, expressado com a voz embargada por Marilene¹¹, mãe de Rosana, visivelmente comovida, manifesta tanto o desejo cultivado por ela desde jovem de ter um filho, quanto seu sofrimento inexplicável ao perdê-lo. A narrativa é comum dentro do con-

⁷ Entrevista: Caminhos na UC | Episódio #60 - Conversa com Luís Lomenha (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7IZJf4Zvww> Último acesso em: 20 de outubro de 2025).

⁸ “Os Quatro da Candelária” é uma minissérie brasileira da Netflix que retrata as 36 horas que antecederam a tragédia da Chacina da Candelária, ocorrida em 1993 no Rio de Janeiro. A série foca nas histórias de quatro personagens fictícios inspirados em sobreviventes, mostrando a infância, os sonhos e a resiliência desses jovens em situação de rua antes do massacre.

⁹ A Chacina da Candelária ocorreu na noite de 23 de julho de 1993, próximo à Igreja da Candelária, localizada no centro do Rio de Janeiro. Neste crime, oito jovens que dormiam em frente à igreja foram assassinados por policiais. Várias das outras setenta pessoas que dormiam nas ruas da região ficaram feridas com os disparos. Dentre indiciados, julgados e culpados, todos os responsáveis encontram-se atualmente em liberdade ou liberdade condicional. Ver mais em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_da_Candel%C3%A1ria_-_23_de_julho_de_1993 (Último acesso: 20 de outubro de 2025).

¹⁰ LUTO COMO MÃE. Direção de Luis Lomenha. Rio de Janeiro: Jabuti Filmes, 2009. 1 documentário (70 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6G_7-kwrxRQ Acesso em: 6 jul. 2024.

¹¹ Marilene foi uma das principais líderes do grupo "Mães de Acari", falecida em 2012, devido a um tumor.

¹² VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed.140, 2019.

¹³ SOUZA, Giulia Escuri de. "Nossos filhos têm mães!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

¹⁴ MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. "Maternidade guerreira": responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. e70109, 2021.

¹⁵ Mead (1969); Ortner (1974); Gonzalez (1984); Butler (1990).

¹⁶ SARTI, C. 2010. Corpo e doença no trânsito dos saberes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74), pp. 77-90.

¹⁷ OYEÛMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

¹⁸ Corrêa (1982); Fonseca (2004); Scott (2011).

texto de mães de vítimas de violência estatal. Esses testemunhos demonstram como a perda de um filho é uma dor vivenciada de maneira única por uma mãe, articulando dores físicas com pressentimentos e emoções, superando a maternidade enquanto apenas metáfora. A impossibilidade de processar completamente o luto nesses casos está relacionado com um presente e um futuro imaginado abruptamente rompido, expandindo-se, assim, para contextos mais amplos e transgeracionais. Esse cotidiano atravessado pelo avesso é constatado nos testemunhos dessas mães¹².

Para refletir sobre esse discurso, é necessário considerar o modo como as emoções operam em nossa sociedade, na medida em que se entrelaçam às relações de poder e às práticas culturais e morais¹³. Ao perceber as emoções enquanto discursos em contexto, Lutz (1990) disserta sobre uma faceta das emoções que é associada ao recorte do gênero feminino, enfatizando a importância de contextualizar esses estudos, admitindo suas imersões em valores culturais e relações sociais. A autora apresenta pesquisas sobre emoções realizadas na sociobiologia que determinaram a noção sobre o papel reprodutivo e definição geral do que é ser mulher no ocidente. Para ilustrar, essas pesquisas buscavam comprovar que o gênero feminino poderia compreender melhor as necessidades demandadas por crianças através de uma suposta maior aptidão das mulheres para ler as expressões faciais e emoções infantis. Ao atribuírem determinadas qualidades que definem o emocional feminino, também conceituam o que é ser mulher. Esses estudos baseados em narrativas culturais criam e reverberam avaliações de gênero baseadas na noção reprodutiva feminina, e, concomitante a isso, naturalizam o mito do amor materno.

Nesse contexto, o imaginário coletivo projeta sobre o corpo feminino a figura de uma mulher que anseia e ama incondicionalmente um filho, criando um padrão hegemônico do que se espera dessa mulher. Ela deve viver em prol de sua função materna no interior da família nuclear, na qual qualquer tipo de desvio é percebido como problemático. Essa construção social da maternidade é compreendida como uma instituição que impõe às mulheres uma tríade de cuidado, responsabilização e culpa¹⁴. A partir dessa lógica, espera-se que a figura materna se dedique integralmente aos filhos, o que se traduz em sacrifícios pessoais para militar incansavelmente pela justiça de seu filho, pensando nas maternidades exploradas no texto. A mãe é constantemente vigiada, julgada e responsabilizada, sob o risco de ser vista como uma "má mãe", seja pela ocorrência da morte/desaparecimento do filho em si ou por "abandonar" a luta por reivindicações de justiça. Essa dinâmica evidencia como o imaginário social produz uma sobrecarga emocional que ultrapassa o cuidado em si, enquadrando a maternidade em um espaço de constante vigilância. Esse suposto "instinto materno" reverbera no nosso cotidiano, seja na atribuição de tarefas e na divisão sexual do trabalho, ou na construção de discursos militantes de movimentos sociais que lutam pelos seus filhos assassinados. Para melhor compreender como os papéis de gênero moldam identidades, comportamentos, poder e políticas, uma breve contextualização teórica sobre o tema se faz necessária.

A dicotomia entre natureza e cultura constitui um tema clássico na antropologia, permanecendo central nas discussões contemporâneas sobre gênero. Nesse cenário, diversas autoras tensionam essa separação, questionando pressupostos dados como "naturais" e problematizando concepções universalizantes sobre corpo, sexo e papéis culturais¹⁵. Esse movimento tece importantes reflexões sobre teorias da diferença, a construção social do corpo feminino e assimetrias de poder que atravessam as relações de gênero e de raça. Somam-se a esse enquadramento, autoras como Badinter (1985), Strathern (1995) e Donath (2017) que integram essa discussão ao questionarem a ideia de instinto materno natural, destacando que a maternidade é uma relação socialmente adquirida como qualquer outra, inserida em normas culturais e familiares. Sendo o corpo constitutivamente inscrito em um sistema simbólico, a realidade possui significados que são atribuídos coletivamente¹⁶. O debate mencionado rompe com a ideia do "amor incondicional" atribuído à figura materna, evidenciando que a natureza é moldada pelas relações e significados sociais atribuídos a ela.

Dito isso, gênero pode ser entendido como uma categoria socialmente construída, na qual os papéis sociais não resultam de uma predisposição natural ou biológica, mas de relações sociais e de poder. É evidente, portanto, que outras configurações familiares existam e funções sociais esperadas se modifiquem conforme a comunidade observada, razão pelo qual o paradigma da família nuclear ocidental não pode ser tratado como padrão neutro¹⁷. No Brasil, as categorias de família, gênero e raça são construídas e contestadas historicamente através de complexas interações sociais, políticas e culturais, muitas vezes marcadas por desigualdades e lutas por reconhecimento. Diversos estudos nas Ciências Sociais e Humanas

já se debruçaram sobre a construção e contestação das categorias família, gênero e raça no contexto brasileiro¹⁸, elucidando como que essas categorias se associam com o colonialismo e são manuseadas para manter ou desafiar hierarquias sociais.

De acordo com Fonseca (2004), a concepção de família no Brasil não é homogênea. Em camadas mais elitizadas, a família nuclear conjugal tornou-se a norma hegemônica nas últimas décadas, e qualquer desvio é frequentemente visto como problemático. Essa família nuclear ideal é na maioria das vezes imaginada como um arranjo generificado, heterossexual e cisgênero em que a mulher está vinculada ao trabalho doméstico e ao cuidado, e o homem ao papel de provedor. Assim, ainda que seja interessante descrever a conformação dessa família nuclear ideal, é preciso situar essa definição como um referente construído e não como uma representação homogênea da experiência de família. Um entendimento mais profundo da construção desses papéis no imaginário coletivo brasileiro e seus efeitos é fundamental para pensar o que constitui maternidades e famílias ideais e desviantes da norma.

¹⁸ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

No caso brasileiro, como aponta Lélia Gonzalez (2020), esse modelo é atravessado por processos históricos de colonização e escravidão que moldaram a divisão sexual e racial do trabalho, impactando diretamente na forma como certas maternidades e famílias são vistas como legítimas ou desviantes da expectativa branca. Compreendendo o “modelo nuclear” como um campo em disputa, ao pensar no que é considerado uma “família ideal”, Marcelin (1996) demonstra que não existe uma única forma de família brasileira. Ao discutir sobre a invenção da família afro-americana, o autor amplia o debate para as relações raciais, contextualizando como as famílias negras foram percebidas enquanto desestruturadas frente ao ideal normativo de família. O autor explora como teorias raciais e classistas moldaram políticas públicas que definiram quais arranjos seriam legitimados ou não. Assim como Marcelin (1996) nos convida a enxergar a indissociabilidade entre pensar família e pensar o Estado, Gonzalez (2020) chama atenção para a articulação entre o racismo e o sexismo como dimensões inseparáveis.

Essa leitura permite compreender que a hegemonia da família nuclear branca, heterossexual e cisgênero se sustenta pela ocultação da centralidade da mulher negra. Pensar gênero e família nesse contexto exige reconhecer o entrelaçamento das dimensões raciais, de classe e sexuais que constituem a sociedade brasileira, bem como as formas de agência e resistência que emergem a partir delas. Collins (2019), ao desenvolver uma análise feminista e negra, enfatiza a centralidade das mulheres negras nas famílias afro-americanas e as estratégias e resistências construídas diante de contextos que as subalternizam. Para refletir sobre os movimentos de mães abordados neste trabalho, adota-se um olhar interseccional sobre os marcadores sociais das diferenças, entendendo como as relações sociais são influenciadas pelas relações de poder¹⁹.

Essa perspectiva é fulcral para compreender como a figura materna na sociedade ocidental, historicamente responsabilizada pelo cuidado, age em cenários atravessados por opressões sexistas, racistas e desigualdades socioeconômicas e como isso reverbera em suas atuações coletivas. Como ressaltam Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2011), o racismo e o sexismo são determinantes na produção de violências específicas sobre a mulher negra, cuja função social tem sido marcada pela hipersexualização, a exploração do trabalho doméstico e a negação de sua própria maternidade. Assim, articular essas narrativas e vivências a partir de uma perspectiva interseccional que reconheça o entrelaçamento de classe, raça e gênero destaca tanto as desigualdades enfrentadas quanto às formas de resistência e agência que emergem do cotidiano dessas mulheres negras. Em sua luta pela sobrevivência e reconhecimento, essas mulheres também reinventam seus vínculos familiares e desafiam a norma hegemônica.

Em adição a isso, Fábio Araújo (2007) disserta sobre o preconceito de classe e a estigmatização das favelas, as quais são percebidas como ambientes que dialogam com o mal e o impuro, sendo relacionadas a sujeira, perigo, desordem, e ameaças à cidade. A discriminação social e a representação negativa das favelas e dos favelados presentes no imaginário coletivo se tornam um dos maiores obstáculos enfrentados pelas mães em suas lutas, sendo retratadas como alheias à cidadania. Sendo jovens negros os principais alvos do racismo do Estado e produção de sujeito incriminado, na qual suas mortes ou desaparecimentos são amplamente desejados, criar filhos em territórios muitas vezes ocupados por grupos de extermínio e pela ação violenta da polícia é um desafio para muitas mulheres²⁰.

²⁰ SOUZA, Giulia Escuri de. “Nossos filhos têm mães”: as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

Como a maioria das mães aqui citadas são mulheres negras, analisa-se os efeitos

²¹ BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000.

²² GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

²³ Compreende-se o conceito de epistemicídio como um processo sistemático de produção da indigência cultural, desqualificando e controlando a capacidade de aprender e qualquer reconhecimento de conhecimento atribuído a corpos negros (Carneiro, 2005).

²⁴ CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

particulares dessa conjuntura. Gonzalez (2020) atribui principalmente às mulheres negras os efeitos do racismo, o qual define a mulher negra a partir de três aspectos: mulata, doméstica e mãe preta²¹. Dessa forma, simbolicamente, cabe ainda mais a essa mulher negra que materna cuidar da casa e da família, ao mesmo tempo em que seus filhos e maridos são vítimas de violência, perseguição policial e alvos externos²². Para a autora, figuras como a "mulata", a "doméstica" e a "mãe preta" não são apenas representações sociais imaginárias, mas categorias que demonstram a maneira como a sociedade brasileira enxerga a posição social da mulher negra, naturalizando sua subordinação e ocultando sua racionalidade racista.

No imaginário social ocidental, é comum vermos associações de mulheres negras a sujeitas "mais fortes", "mais resilientes" e "mais adequadas" ao serviço doméstico e ao ambiente privado, e consequentemente, menos "merecedoras" de um amparo estatal em termos de justiça. Estamos inseridas em sistemas contemporâneos de necropolíticas que desvalorizam determinadas vidas. Em adição à estrutura de violência excedente que determina quais corpos merecem ou não viver, tem-se, além da morte, as tecnologias do *necropoder* que visam a inutilização dos sujeitos, a mutilação de suas produtividades e criatividade, os epistemicídios²³ e o extermínio de qualquer potência de corpos marginalizados²⁴. A estrutura, marcada pelo colonialismo, busca desqualificar a influência dessas mulheres e simultaneamente deslegitimar suas lutas, além de perpetuar a discriminação racial no Brasil.

Por conseguinte, ao tratar como natural ao feminino o ato de maternar, cabe socialmente às mães aqui estudadas zelar por seus filhos a vida toda. Apresenta-se, inicialmente, uma certa contradição, pois às mães caberia o luto pelos filhos, e não necessariamente a luta por justiça diante da violência. No entanto, conforme assistido no documentário, as mães só possuem seus direitos minimamente assegurados mediante muita insistência e batalha constante pelo andamento dos seus processos judiciais. O imperativo da luta aparece após uma tragédia fruto de políticas de extermínio e da ausência de qualquer amparo estatal, tornando esse luto público e político.

Todavia, é interessante pensar que, embora entendido que a natureza não está dada e que ela se faz e desfaz a partir das relações e significações atribuídas a ela, é justamente desse lugar, dessa "dor da perda vem do útero", e do acionamento desses laços primordiais que as mães dos movimentos de familiares vítimas de violência reivindicam seus direitos e concretizam sua legitimidade política e resistência.

3. Agência política

"Ou eu ficava chorando dentro de casa ou eu largava tudo e caía no mundo, como eu fiz". "Eu acho que isso é um dever nosso. Nós somos mães e precisamos procurar nossos filhos". Essas frases são ditas por Marilene (14:02) e Vera Lúcia (9:36), respectivamente, mães de vítimas desaparecidas no Caso Acari, no documentário "Luto como mãe". A partir do testemunho dessas mães, busco refletir sobre como elas mobilizam essa maternidade interrompida através de gramáticas discursivas e linguagens corporais dos afetos²⁵, para dar sentido à participação na luta e na ação política.

Em diálogo com Veena Das (2007), a partir de um evento extraordinário e abrupto, como no caso aqui o assassinato e/ou desaparecimento dos filhos, essas mães têm suas vidas rompidas e viradas do avesso repentinamente. Suas rotinas são atravessadas por esses acontecimentos e reorganizam suas noções de tempo e expectativas. A experiência do sofrimento é expandida quando se analisa a responsabilização atribuída às mães, vítimas de avaliações morais de figuras de autoridade e dos próprios familiares. Letícia Ferreira (2020), ao etnografar a administração de casos de desaparecimento de pessoas em duas repartições públicas no Rio de Janeiro, relata o escrutínio moral e a culpabilização a que as famílias de desaparecidos são submetidas pelos agentes estatais. Ao revisitar o documentário aqui debatido, isso é explícito quando Marilene afirma:

"Eu acho que... quando desaparece, quando matam e desaparecem com o corpo, eu acho que condenam a família... sabe, uma condenação que eu nem sei se eu mereço porque é uma busca que me colocaram que acabou comigo... Eu emocionalmente não sou ninguém".

²⁵ VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

A partir desse contexto de dor, luta e perdas, a própria sobrevivência dessas mulheres por si só já é um ato revolucionário. Collins (2019) chama atenção ao afirmar que o ativismo de mulheres negras não está presente apenas nos movimentos políticos, mas também nas formas menos visíveis de fortalecimento individual e coletivo, como na própria sobrevivência cotidiana, ao enfrentar diariamente uma opressão multifacetada. Negar esse tipo de agência seria ignorar uma história permeada por lutas e resistências, na qual essas mulheres têm sido protagonistas devido à memória cultural ancestral²⁶. Nessa conjuntura, algumas dessas mães já foram assassinadas e várias vivem com medo, recebendo constantemente ameaças de morte, como visto no documentário.

Para pensar a centralidade da figura materna nos movimentos de reivindicação por justiça, trago uma experiência observada em um evento acadêmico das Ciências Sociais no ano de 2024, na qual tive a oportunidade de escutar três mães e lideranças políticas de movimentos de resistência contra a violência policial estatal no Rio de Janeiro. O ambiente estava arrumado com fotos e pôsteres dos filhos assassinados, acompanhados de pedidos por justiça. Todas as mães e suas companheiras vestiam camisas estampadas com os rostos dos filhos. Alana, Claudia e Fernanda²⁷ lutam pela justiça de seus filhos há mais de 10 anos. Demonstrando vulnerabilidade, tristeza e força, as mães articulavam seus discursos em torno de suas constantes lutas em busca da verdade e indignações em relação ao falho sistema de justiça. No decorrer do evento, um momento específico chamou a minha atenção: quando Claudia se apresentou e contou sua história, teceu elogios ao marido, mencionando sua ajuda desde o ocorrido, ao apontar diretamente para ele no meio da sala cheia. O homem estava no meio dos estudantes, com os olhos marejados, igualmente vestido com camiseta com o rosto do filho. Era o único pai presente. No final do simpósio, as militantes comentaram brevemente sobre outros poucos pais que tinham protagonismo nos movimentos do Rio de Janeiro, relembrando-os com admiração. Esse episódio me direciona novamente para o questionamento que instigou a construção deste trabalho: por que sempre mães?

Para refletir sobre esse tema, consideramos a dimensão simbólica presente na categoria “mães de vítimas da violência”, arraigada na cultura judaico-cristã e baseada na ideia de vínculos mais profundos entre mães e filhos. Nesse cenário, a maternidade é vista como valor supremo enquanto a mãe é atrelada a suportar tudo em detrimento dos filhos. Essa estrutura corrobora para que o sofrimento seja mais intensamente vivido pelas mães (e não pais, por exemplo). Por isso, as mães são as figuras mais legitimadas para denunciar violações de direitos²⁸ e assim, mais presentes. Tendo em vista que as mães possuem uma maior visibilidade e legitimidade, a figura dos pais tende a ficar em segundo plano, mesmo os poucos que são engajados nas lutas. Sustentadas por argumentos que associam dores físicas a emoções, conforme observado, as mães articulam processos de luto e luta em coletivo.

Adriana Vianna (2019), ao acompanhar redes militantes de familiares de pessoas mortas por forças policiais, presencia um discurso que ultrapassa a representação simbólica da maternidade. Relatos arraigados de uma “dor no útero que não cessa, o cheiro de menstruação que acompanhou a mãe todo o dia antes de saber da morte do filho, a ligação espiritual que não se rompe porque a carne chama, o sangue puxa e a condição materna se faz perene”²⁹, unindo o corpo biológico, o espírito e as emoções, constrói-se uma narrativa política entre mortos e vivos que a administração estatal não consegue encerrar, fortalecendo o alcance político.

Dito isso, apesar das tentativas do feminismo ocidental de romper com o determinismo biológico, que mantém a maternidade e o trabalho do cuidado atrelados como algo natural às mulheres³⁰, os movimentos das mães subvertem essa lógica a partir do mesmo quadro, no qual a maternidade interrompida é uma “arma” para a legitimidade política. Através da singularidade da condição materna mobilizada pelas mães entrevistadas no documentário e nos movimentos sociais observados, percebe-se como a transformação da dor em “comprovação” de sofrimento é um elemento discursivo que confere autoridade moral para essas mães em atos públicos.

Nesse contexto, uma série de estratégias são aplicadas para esse reconhecimento, seja através de uma linguagem religiosa ou ancorada nos sentimentos³¹. Ao assistir o documentário “Luto como mãe”, o discurso proferido por essas mães reverbera no que Fábio Araújo (2008) chama de “tecnologias de protesto” e “tecnologias de defesa”. Essas tecnologias são desenvolvidas ao expor publicamente e dar visibilidade ao caso. É a partir dessa “morte inconclusa” que não permite aos familiares concluir o processo simbólico da morte através

²⁶ GONZALEZ, Lélia.

Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

²⁷ Nomes fictícios foram criados para preservar a identidade dos interlocutores.

²⁸ Leite apud Souza, 2021.

²⁹ VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed.140, 2019, p.3.

³⁰ ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) *Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília, Booklink*, pp. 166-225, 2008.

³¹ Ibidem.

de rituais fúnebres, como nos casos de ausência dos corpos, que os movimentos de mães encontram forças políticas para continuar. Um processo semelhante acontece com as mães de filhos assassinados por policiais, na qual tem-se a ausência de responsabilização pelos homicídios. A ruptura da morte é a força motriz desse ativismo.

O "*corpo-mãe*" e a categoria "*mãe de vítima*" possuem validação em diversos contextos políticos. Vianna e Farias (2016) mapeiam algumas estratégias utilizadas por essas mães para obter ratificação dentro desses espaços. Tais técnicas podem ser observadas nos discursos marcantes que buscam sensibilizar o público: a capacidade das interlocutoras de transitarem entre falas na primeira pessoa (sobre seu caso específico) e falas em nome dos coletivos, saber dosar o grau de emoção em suas falas (para não atrapalhar o tom da denúncia), construir percepções de si mesmas enquanto pessoas que merecem ser ouvidas, ajustar narrativas com linguagens morais e emotivas, entre outras táticas exploradas por essas mães.

Vemos como as mães citadas também ativam essas habilidades na produção audiovisual analisada. Para ilustrar, remeto-me à cena do documentário, na qual podemos acompanhar os momentos das reuniões de organização política e sociabilidade das Mães de Acari, envolvidos em emoções e informações técnicas, articulando sentidos emocionais e políticos. Essas estratégias permitem que essas mulheres narrem suas dores em memória de seus filhos. A experiência sustentada no documentário converge com minhas observações pessoais ao lembrar o evento comentado. Na ocasião, Alana tenta exprimir como que compartilhar sua história e ter uma rede de apoio formada por outras mães que vivem situações similares a fortalece:

"A bala atinge toda uma família, vizinhos, amigos [...] percorre toda uma comunidade [...] a bala não atinge só a pessoa que morre".

"Enquanto eu viver e conseguir apresentar cada vez mais e continuar escrevendo a história dele, eu vou [...] A gente carrega muita dor e muito amor pelos nossos filhos, se fosse só dor já teríamos sucumbido [...] Esse amor que nos dá força e faz com que a gente compartilhe com tantas pessoas [...]".

A comoção e a gestão do sofrimento são elementos centrais no ativismo das mães³². Nota-se, ainda, a importância do senso de comunidade para o processo de luto e luta dessas mulheres, ao criarem uma *comunidade emocional*³³. Esse conjunto de estratégias preenchem diversos espaços, oportunizando a criação de uma rede de solidariedade, que aumenta a visibilidade do tema, fator essencial para o andamento dos casos judicialmente, como notado no documentário. Aqui, o sujeito se torna emocional e político, encontrando conforto nesse grupo através da reconstrução da sua identidade e da sua composição política, mediante uma dinâmica de compartilhamento de afetos, conversas e até mesmo remédios e acompanhamentos em consultas médicas³⁴. O grupo partilha de rituais de conforto e de demonstrações de cuidado mútuo entrelaçadas com histórias dolorosas e choros, os quais impulsionam cada vez mais as lutas. Como pode ser observado, a comunidade cria laços de identidade e afinidade que transcendem os vínculos de parentesco consanguíneo, sem, contudo, desvincular a centralidade da maternidade³⁵.

As mães também se articulam a partir de uma unidade de identificação engendrada por uma dor "*que só mãe entende*", expressa pela impossibilidade de comunicar plenamente o sofrimento³⁶, que ratifica seu *status* de autoridade moral e de domínio sobre a pauta em atos públicos, utilizando dessa dor como artefato político legitimado. Ao assumir seu local de luta e se colocar como sujeito, Alana confronta a lógica de objetificação de mulheres negras e expõe que as atribuições de "*discurso emocional*" sobre sua denúncia não diminuem sua racionalidade, mas ao contrário, tornam a razão mais concreta e sensível às experiências vividas. Trata-se, nas palavras de González (2020), de uma *outra razão*, na qual emoção, subjetividade e reflexão crítica se articulam para fortalecer a ação política e a resistência, revelando o acionamento da experiência emocional e da vulnerabilidade enquanto ferramentas de poder, de solidariedade e de reorganização da vida social frente às opressões históricas.

Outro ponto chave no discurso materno e militante retratado no documentário é a articulação precisa entre os casos particulares e os casos semelhantes de violência policial. Aqui, trata-se o caso específico não como uma exceção e sim como a regra, saindo do particular e partindo para o coletivo. A des-singularização do caso, tornando-o um dos casos possíveis entre uma realidade, é essencial para a repercussão pública de uma denúncia³⁷. Construindo

³² LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

³³ SOUZA, Giulia Escuri de. "Nossos filhos têm mães!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

³⁴ ARAÚJO, Fábio. Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

³⁵ LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Boltanski apud Araújo, 2008; Boltanski apud Vianna e Farias, 2016.

uma identidade coletiva que transita de maneira legítima em espaços públicos, a maternidade enquanto “natureza inerente” desloca-se de um lugar de submissão para empoderamento, resistência e autonomia. Ademais, ao ocupar espaços de juridicidade essas mães ressignificam a noção simbólica atribuída ao corpo materno ao longo da história ocidental³⁸.

Nesse íterim, retomo a categoria de *mãe preta* de Lélia Gonzalez (2020), a qual mostra-se fundamental para a construção da cultura brasileira e formação de valores identitários. Cabe elucidar o agenciamento desenvolvido por essas mães pretas e mulheres militantes centradas nos papéis de cuidar, as quais não são submissas e dedicadas aos brancos como pintadas pela branquitude. Para exemplificar, destaco aqui a frase que Celeste, militante e mãe de vítima, gritou na frente da instituição onde seu filho foi morto: *“É essa filha da puta negra, pobre, moradora da comunidade (...) que vai botar vocês na cadeia”*³⁹.

4. Considerações finais

O texto apresentado oferece subsídios para entender as múltiplas experiências em torno da maternidade, a qual não deve ser universalizada como um destino natural ou um fenômeno homogêneo, e sim compreendida como um campo em disputas atravessado por ambiguidades, sofrimentos e formas de agência⁴⁰. Profundamente marcada por violências de gênero, raça e classe, as maternidades mencionadas dão origem aos movimentos de mães de vítimas e constroem uma agência materna por meio de estratégias coletivas e individuais de resistência. Esses movimentos politizam a dor e o sofrimento, evidenciando a negritude como um marcador central nas experiências de criminalização e de lutas por justiça no Brasil.

O presente artigo observa a luta por justiça a partir da vivência dos coletivos de mães e familiares de vítimas de violência, o qual só se torna possível a partir da corajosa partilha de suas histórias por parte das mães em questão. Sem a generosidade dessas mulheres ao compartilharem suas sofisticadas análises políticas sobre o Estado e seus conhecimentos profundos sobre suas lutas, esse trabalho (e muitos outros) não existiriam. Portanto, reitera-se a nota de Alana, proferida no evento de Ciências Sociais frequentado:

“que nossos conhecimentos não se limitem a esfera acadêmica, transcendendo assim para colaborar também com iniciativas populares e políticas públicas que busquem auxiliar psicologicamente e financeiramente essas mães, além de somar a luta militante dessas mulheres”.

Dito isso, destaco que objeto de estudo deste artigo é o Estado. Tendo em vista a visão de Gonzalez (2020) em relação a transformação social a partir das mulheres negras, enfatiza-se o apoio principal na luta contra a violência do aniquilamento, no intuito de assegurar e reconhecer a participação ativa no agenciamento das condições de vida para si mesmas e para o grupo relacionado. Estratégias essas que se articulam “apesar (e partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador”⁴¹ atravessadas pelo genocídio e epistemicídio. Em consonância, Gonzalez (2020) conclama que mulheres negras e indígenas são testemunhos vivos da potencialidade de suas resistências frente à exclusão que legitima sua inferioridade. Nesse íterim, embora na maioria desses casos os policiais sejam absolvidos ou não sejam considerados culpados⁴², a condição de mãe, alinhada a diversas estratégias desenvolvidas por elas, é um fator determinante para a agência política na busca da resolução desses conflitos.

A maternidade, nesses casos, é transformada em um lugar de dor e, ao mesmo tempo, de potência política, capaz de mobilizar redes de solidariedade, denunciar o racismo e enfrentar a violência estatal. Movimentos como as Mães de Acari, as Mães da Cinelândia e o Coletivo Mães de Manguinhos, ilustram esse processo, mostrando como a vivência da maternidade pode ser ressignificada em luta coletiva, em que a dor individual se transforma em força política e reivindicação por justiça. Ações protagonizadas por essas mães reclamam a condição de humanidade aos seus filhos, contestando a construção do negro enquanto “inimigo do Estado” e corpo a ser eliminado. Ao desafiar e ressignificar essas “imagens de controle”⁴³ impostas às mulheres negras, no meio de técnicas de luto e de luta, as mães aqui apresentadas demonstram que a dor e o corpo materno são, em si, profundamente políticos.

³⁸ ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília, Booklink, pp. 166-225, 2008.

³⁹ VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

⁴⁰ MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. Revista Estudos Feministas, v. 29, p. e70109, 2021.

⁴¹ WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

⁴² VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

⁴³ COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

Notas

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: carolinanogueira1999@gmail.com.

Referências

ARAÚJO, Fábio. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2007.

_____. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) **Antropologia e Direitos Humanos V**. Brasília, Booklink, pp. 166-225, 2008.

_____. **Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Léia Gonzalez 1935-1994**. Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20990. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. p. 17-60.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORREA, M. et al. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.15-42.

DAS, Veena. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Trad. de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA, L. C. DE M. Notas sobre a rotina: tempo, sofrimento e banalidade do poder na gestão de casos de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, 27 jan. 2020.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

GONZALEZ, Léia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

LUTO COMO MÃE. Direção de Luis Lomenha. Rio de Janeiro: Jabuti Filmes, 2009. 1 documentário (70 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6G_7-kwrxRQ Acesso em: 6 jul. 2024.

LUTZ, Catherine. "Engendered Emotion: gender, power and the rethoric of emotional control in American discourse". In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Eds.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69 – 91. 1990.

MARCELIN, Louis Herns. **A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil**. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEAD, Margaret. 1969 [1935]. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva.

MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. "Maternidade guerreira": responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e70109, 2021.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974]. p. 95-120.

OYEÛMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA H.B. (Org.) **Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

SARTI, C. 2010. Corpo e doença no trânsito dos saberes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25 (74), pp. 77-90.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p.

SILVA, Marcos Aurélio da. Por uma Antropologia do Cinema: performance, gênero e territorialidades políticas do contemporâneo. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 10, n. 22, p. 157-178, jan./abr. 2023. ISSN 2358-5587.

SILVA, Marcos Aurélio da. Cinema, Antropologia e a construção de mundos possíveis: o caso dos festivais de cinema da diversidade sexual. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 2, p. 17-40, 2015. DOI: 10.48074/aceno.v2i3.2538.

SOUZA, Giulia Ecuri de. **"Nossos filhos têm mães"! as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense**. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais Necessidade de Mães. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 303, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16443>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed.140, 2019.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mes: dor e política em situações de violência

institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 79–116, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645008>. Acesso em: 6 jul. 2024.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 7 jul. 2024.

O RACISMO E SUAS FANTASIAS: RELAÇÕES QUE PERMEIAM DE GRADA KILOMBA A JACQUES LACAN

THE RACISM AND ITS FANTASIES: RELATIONS THAT PERMEATE FROM GRADA KILOMBA TO JACQUES LACAN

Resumo

Nesse artigo, estabelecemos uma relação intertextual cruzando os trabalhos de Grada Kilomba e Jacques Lacan acerca do conceito psicanalítico de fantasia. Propomos uma síntese entre ambos os autores, a partir do jogo sintático do discurso fantasístico e sua relação com a esquizo do sujeito branco. Examinamos a esquizo do sujeito branco no encontro com o real e exploramos a relação topológica que Lacan emprega dos termos, utilizando-nos das definições de Kilomba sobre "sujeito" e "objeto". Em vista dessa revisão de literatura, estabelecemos, então, a partir do entrecruzamento dos autores, o conceito de objeto-sujeitado. Refletimos como o racismo se sustenta a partir de suas fantasias e como é árduo o processo de libertação destas pelos sujeitos. Finalizamos reforçando o dever ético de um psicanalista e sua relação com a luta por uma constituição de existência que alcance uma nova posição discursiva que vá além da angústia.

Palavras-chave: Fantasia; Psicanálise; Racismo; Relações Intertextuais.

Abstract

In this article, we set an intertextual relation between the works of Grada Kilomba and Jacques Lacan about the psychoanalytic concept of fantasy. We propose a synthesis between both the authors, since the syntactic play set current in the fantasy speech and its relation with the white subject's scission with reality. We examine the white subject scission with the encounter with the real and we explore the topological relation that Lacan operates the terms, using Kilomba's definitions of "subject" and "object". In view of this literature review, we establish, from the authors networking, the concept of subjected-object. We reflect about how racism sustains itself from its fantasies and how hard is the process of subjective emancipation from these fantasies. We end up reinforcing the ethical commitment of a psychoanalyst and their relation with the fight for an existence constitution that reaches a new discursive position that goes beyond anguish.

Keywords: Fantasy; Psychoanalysis; Racism; Intertextual Relations.

*Ives Daniel da Silva Ferreira

**Sara da Conceição

Recebido em: 07/07/2024

Aceito em: 25/10/2025

1. Introdução

¹ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. Vocabulário da Psicanálise. Tradução: Pedro Tamen. 9. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1986, p.229.

² FREUD, Sigmund. "Bate-se numa criança": contribuição para o estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: IANNINI, Gilson (ed.). Neurose, psicose, perversão. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016; FREUD, Sigmund. Da história de uma neurose infantil (caso homem dos lobos) (1918). In: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (orgs.). Histórias clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica. Tradução: Tito Lívio Cruz Romão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

³ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁴ ŽIŽEK, Slavoj. Como ler Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

⁸ FREUD, Sigmund. "Bate-se numa criança": contribuição para o estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: IANNINI, Gilson (ed.). Neurose, psicose, perversão. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

⁹ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Quando estudamos psicanálise, mesmo de forma superficial, percebemos que é impossível compreender a obra psicanalítica sem sequer passar pelo conceito de fantasia. Essa impossibilidade se deve à importância atribuída, a partir de Freud, à ideia de "realidade psíquica", de modo que "[...] toda a reflexão psicanalítica consiste precisamente em procurar explicar a estabilidade, a eficácia, o carácter relativamente organizado da vida fantasmática [e.g., fantasística] do indivíduo"¹.

A fantasia, enquanto conceito na obra freudiana, possui contornos bem delimitados. Freud² intenta: trata-se de uma situação imaginária que visa a satisfação de moções (i.e., manifestações, intervenções) pulsionais de forma masturbatória. Para a pessoa que fantasia, o contato real com a cena fantasiada é intolerável. Além disso, fantasiar é algo que exige ação: o sujeito que fantasia, o faz em agência com e a partir desta.

Conforme Lacan³, a fantasia em muito se relaciona com a "tiquê" (i.e., o encontro com o real). Essa tiquê — que constantemente não cessa de escapular — sempre retorna como um acidente espontâneo e familiar. A fantasia, aqui, surge como um filtro: ela, recebendo suporte do real, protege-nos de nosso encontro com ele. Em síntese, a fantasia seria, para o sujeito, a forma como as coisas aparentam ser objetivamente (inconsciente), ainda que não pareçam ser dessa forma subjetivamente (consciente)⁴.

De acordo com Žižek⁵ a fantasia, essa operação pertencente à categoria do "objetivamente, subjetivo", apesar de funcionar como esse filtro que media a relação com um outro, tornando o contato suportável, está condicionada à uma ambiguidade fundamental. Sua vivência é intolerável porque "a própria fantasia, no que tem de mais fundamental, [...] nunca pode ser subjetivada, e tem de permanecer recalçada para funcionar"⁶.

Entretanto, Kilomba⁷, ao utilizar da ideia de fantasia, tal como concebida por Freud, demonstra, em uma leitura que é perpassada por um contexto racializado do conceito, o modo em que relações que evidenciam as definições de poder, lugar, pertencimento e existência transcendem o espaço, o tempo e o inconsciente. Sua leitura compreende que é através do ato de fantasiar que o sujeito branco encontra saídas confortáveis para justificar e impor o que o outro deve ou não ser.

Em Freud⁸, uma fantasia masoquista (i.e., de punição física para próprio sofrimento e prejuízo) se apresenta como uma forma de justificar a irritabilidade e a sensibilidade — no sentido de a pessoa sentir-se facilmente ofendida — nos atos do sujeito em relação à figura que, nessa fantasia, opera como a figura sádica. Neste texto, são detalhados três tempos fantasísticos que ocorrem na criança que "compete" com outra na etapa do complexo de Édipo: 1) Meu pai bate na criança que eu não gosto; 2) meu pai bate em mim por ter desejado (1); 3) Bate-se numa criança. A etapa (3) seria, precisamente, mais associada à ordem do recalque.

Já em Kilomba⁹, isso é transposto a partir de uma leitura onde a fantasia masoquista de selvageria — que pode implicar em diferentes dimensões, sendo estas: infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização — dos corpos negros surge como uma forma de justificar a violência direcionada a esses corpos. Podemos observar essas implicações em Fanon¹⁰, que destaca um mecanismo fantasístico onde o negro é "uma besta, [...] mau, [...] malicioso, [...] [e] feio; [...] o menino branco corre para os braços da mãe: mamãe, o negro vai me comer"¹¹.

Aqui, a dimensão da animalização na fantasia de selvageria implica na angústia de castração. Lacan¹² apresenta e discute um caso onde a paciente desenvolve, em certo momento, uma fobia à cachorros, simbolizada principalmente pelo medo de ser mordida por um. Temos, logo,

A eclosão da fobia, com o surgimento deste ser fantasístico que é o cão, que aqui intervém como, falando propriamente, o responsável por toda a situação, aquele que morde, aquele que castra, aquele graças ao qual o conjunto da situação é pensável, vivenciável simbolicamente, ao menos por um período provisório¹³.

O racismo e suas diversas ramificações foram estruturados e pensados como projetos,

ao passo que a exploração racial é essencial para que o poder continue concentrado com a classe que se autodetermina superior, a branquitude¹⁴. Para que esses privilégios permaneçam intactos, a branquitude designa sobre a negritude o que é apropriado para tal. Pela ótica do colonizador, a negritude é tudo aquilo que o sujeito branco, conscientemente, abomina ao que, inconscientemente, está em si mesmo¹⁵.

A partir dessa autodeterminação da branquitude, surge uma relação dicotomizada entre esta e a negritude. Kilomba¹⁶ descreve como o processo de valorização da branquitude se constitui a partir da negação, da cisão e da projeção: a “branquitude olha para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa”¹⁷, declarando-se oposta à negritude. Ela indica que, nesse discurso, a inferioridade, a marginalização, a inexistência e o silêncio foram designados para o sujeito negro.

A autora analisa os mecanismos e os aparatos impostos à força sobre corpos subalternizados, em especial a máscara — em um sentido não metafórico, como em Fanon¹⁸, mas também muito simbólico —, que se constituiu tendo como fim inibir todas as funções executadas pela boca. O sujeito negro não teria permissão para comer, falar, gritar ou pedir socorro: “É a máscara do silenciamento”¹⁹.

Embora o trabalho da autora usufrua de um aporte psicanalítico, ela não estabelece relações diretas com o trabalho de Jacques Lacan. Uma relação intertextual como tal estabelecida entre as interpretações de Kilomba a Lacan — ainda que retrospectivamente — parece surgir como algo viável e frutífero, uma vez que a fala é um tema central na obra de ambos os autores.

Assim, se “A constituição do outro como tal, isto é, na medida em que ele fala, isto é, na medida em que é um sujeito, nos leva, com certeza, muito mais longe”²⁰, o que podemos apreender do ato de impedir a fala de um corpo subalternizado de vir à tona, uma vez que um ato, diferente de um comportamento, “tem sempre uma parte de estrutura, por dizer respeito a um real que não é evidente”²¹? O que acontece se tomarmos essa base e questionarmos, também, “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”²², quando a máscara do silenciamento é um ato presentificado e reproduzido?

2. Percurso da análise

O sistema TABNET, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) é utilizado para monitorar e compreender estatísticas acerca da saúde da população²³. Observando os dados em relação a óbitos no Brasil em 2023, em especial as mortes por suicídio (Lesões autoprovocadas voluntariamente, a partir da classificação do CID-BR-10), podemos observar que aproximadamente 51,54% das mortes por suicídio correspondem à população negra (i.e., preta e parda;²⁴).

Em análise do Ministério da Saúde, pontuou-se que os principais fatores associados ao suicídio da população negra estão relacionados com sentimentos de inferioridade, rejeição, negligência, maus-tratos, abuso, violência, inadequação, inadaptação, incapacidade, solidão, isolamento social, a ausência de sentimento de pertença e, ainda, a não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social²⁵. Esses indicadores preocupantes nos mostram, acima de tudo, como o sentimento de não pertencimento e massacre à identidade tão crítico à experiência de ser negro no Brasil, como aponta Souza²⁶, se reflete nos atos dos sujeitos negros.

Há muito sofrimento em corpos que, justamente pelo espaço de subalternização, não só não têm suas vozes ouvidas, como, na verdade, estas são sistematicamente silenciadas. Nessa direção, torna-se um dever de campos como a psicanálise, enquanto ética, colocar esse massacre à identidade negra em xeque, indagando-o, e possibilitar um espaço de escuta às vozes dos corpos tidos como subalternizados, para que possam encontrar uma forma de se constituir para além dessa angústia.

Silva e Macedo²⁷ enfatizam como a pesquisa em psicanálise, ainda que a própria psicanálise seja o objeto da pesquisa, se relaciona com diversas áreas e pode ser realizada por diferentes pesquisadores, sejam estes filósofos, cientistas sociais, historiadores, etc. Ianni²⁸ nos ilustra como as delimitações epistemológicas que Freud postulou para a psicanálise

¹⁰ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

¹¹ *Ibidem*, p.129.

¹² LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

¹³ *Ibidem*, p.81.

¹⁴ FANON (2020); KILOMBA (2019).

¹⁵ KILOMBA (2019); ŽIŽEK (2010).

¹⁶ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

¹⁷ *Ibidem*, p.37.

¹⁸ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

¹⁹ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.33.

²⁰ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.20.

²¹ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.56.

²² KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.33.

²³ MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. TABNET. Mortalidade – Brasil. 2023. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>.

²⁴ Ibidem.

²⁵ BRASIL. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

²⁶ Ibidem.

²⁷ SILVA, Clarice Moreira; MACEDO, Mônica Medeiros. Kother. O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 3, 2016.

²⁸ IANNINI, Gilson. Epistemologia da pulsão: fantasia, ciência, mito. In: FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 91–133.

²⁹ FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020. p.242.

³⁰ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

³¹ LACAN, Jacques. O seminário, livro 4: a relação de objeto. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

³² KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

³³ Ibidem, p.34.

³⁴ Ibidem.

seguem uma delimitação avançada da abrangência do conceito de ciência, permitindo essa abrangência interdisciplinar com áreas distintas.

Nesse sentido, a amplitude que a pesquisa em psicanálise abrange possibilita-nos compreender que a pesquisa embasada nas teorias psicanalíticas influencia e é influenciada pelos campos de ciências sociais, humanas e da saúde que com ela se relacionam e, desse modo, mesclam seus interesses entre si. Nesse caminho, é possível pensar que o objeto da pesquisa em psicanálise, tal como das ciências sociais, se situa histórica e hodiernamente.

Neste artigo, seguiremos a prece fanoniana: “Ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questione!”²⁹, ao utilizarmos a psicanálise, enquanto ética, para questionar o massacre à identidade negra, tal como previamente comentado. Faremos isso ao estabelecermos uma breve relação intertextual de leituras acerca do conceito freudiano de fantasia realizadas por Kilomba³⁰ e Lacan³¹, refletindo uma síntese entre ambos os autores e como essa síntese pode nos auxiliar na compreensão da esquizo (i.e., cisão em relação à realidade) do sujeito branco, o que — cremos e esperamos — poderá contribuir com todas as áreas que se relacionam com a psicanálise, além da própria.

3. Jogos sintáticos e pulsões em relação com a fantasia

Kilomba³² analisa que, no âmbito da fantasia, o sujeito branco visualiza a máscara como algo que, além de visar a punição, tende a controlar e a censurar o outro. Ao fantasiar, o sujeito branco dispõe da máscara sem remorso, usufruindo de justificativas aceitáveis, onde o negro merece e deve ser punido. Ao fantasiar, o sujeito subjugador inverte os papéis de posição e ação.

Nas colocações contraditórias indicadas pela autora: “Estamos levando o que é deles” e “Eles estão levando o que é nosso”³³, a relação sintagmática se difere nos verbos e nos objetos das orações. A locução verbal presente nas orações é composta pela junção “estar + levar”, que é constituída pelo verbo de ligação “estar” e o verbo transitivo “levar”, que seleciona argumentos.

Embora o verbo “levar”, dependendo da valência, selecione sujeito e dois objetos, sendo um direto e outro indireto, denotamos que, para essa análise, o movimento discursivo central cujo foco será nosso escopo é outro, que está presente no jogo que inverte os papéis de posição e ação de um sujeito que se encontra na primeira pessoa do plural (nós), oculto, para um sujeito que se encontra na terceira pessoa do plural (eles), expresso. Na ordem do sujeito e sua ação, o “estamos levando” se converte em “estão levando”; na ordem do objeto sobre o qual a ação do sujeito incide, os pronomes se modificam de “deles” para “nosso”.

Além disso, é importante denotar que este movimento se observa, em específico, na tradução de Kilomba³⁴ para o português. Como a própria autora comenta, seu trabalho foi concebido originalmente em inglês, e isso é importante para nossa análise porque essas orações que são, original e respectivamente, “We are taking what is Theirs” e “They are taking what is Ours”, são atravessadas por uma adaptação necessária à tradução para o português. Essa adaptação traz consigo duas implicações, uma explícita, que é indicada pelos pronomes, e outra implícita, que é indicada pela locução verbal.

A implicação explícita da adaptação, indicada pelos pronomes, denota uma ocultação de agência por parte do sujeito subjugador cuja fantasia inverte a lógica da própria agência. Nesse caso, já no primeiro tempo a ocultação do sujeito (nós), na versão traduzida da oração, traz consigo uma carga de negação. Quanto à implicação implícita, indicada pela locução verbal, esta diz respeito à tradução do verbo “to be”, que, nas orações do texto original, é indicado por sua conjugação “are”. O verbo “to be” pode trazer como significação correspondente em português os verbos “ser” ou “estar”, e esse sentido é indicado de acordo com o contexto frasal. Contudo, é possível que ele se aplique, nesse contexto, como uma confusão precisa entre os sentidos de “ser” e “estar”.

Nessa direção, as duas orações colocadas não se traduziriam apenas como “[Nós] Estamos levando o que é deles” e “Eles estão levando o que é nosso”, mas também como “Nós somos quem leva o que é deles” e “Eles são quem leva o que é nosso”. Certamente,

para que o texto original fosse traduzido exatamente nesse segundo sentido, o contexto frasal deveria ser acrescido do pronome relativo “who” (quem), a saber, “[sujeito] are who are taking...”. Contudo, mais além do fato de que os pronomes relativos operam retomando um termo antecedente da oração para evitar redundâncias, a questão para a qual chamamos a atenção é, precisamente, a da ambiguidade que o verbo “to be” carrega consigo, de modo que “estar” e “ser” se confundem entre si. Nisso, o significante que passa a representar o sujeito subalternizado é perfeitamente indicado por Djonga³⁵, na primeira faixa de seu álbum “Ladrão”.

O dedo
Desde pequeno geral te aponta o dedo
No olhar da madame eu consigo sentir o medo
Cê cresce achando que cê é pior que eles
Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo
Ladrão³⁶.

Contudo, essa questão não se encerra exatamente nesse ponto, pois resta ainda um aspecto: o terceiro tempo da fantasia, o do recalçado. A fantasia indicada por Kilomba³⁷ é uma fantasia masoquista, mas ela não exatamente emula os três tempos da fantasia masoquista que Freud³⁸ indica, tal como comentado anteriormente. Trocando em miúdos, o terceiro tempo, que seria algo como “Está-se levando o que é de alguém” ou, simplesmente, “Rouba-se alguém”, não aparece aqui. Por quê?

Bem, diferentes abordagens linguísticas divergem quanto à partícula “-se”, de modo que uma vertente dirá que essa partícula é apassivadora do sujeito — “Rouba-se alguém” seria uma forma passiva de dizer “Alguém é roubado” —, enquanto outra vertente dirá que a partícula representa o próprio sujeito da oração — “Rouba-se alguém” é uma forma menos redundante de dizer que “Alguém rouba alguém”³⁹. Essa ambiguidade presente no tempo terminal da fantasia é, precisamente, a razão pela qual Lacan (1995) referir-se-á a essa situação como dessubjetivada, de modo que o sujeito é reduzido ao seu ponto mais extremo.

É necessário chamar a atenção para o fato de que, nos tempos fantasísticos de Freud⁴⁰, a figura do pai, a função paterna, é um avatar utilizado pelo sujeito que fantasia. Ele é utilizado na medida em que a função paterna é aquela que operará no processo simbólico da castração de um falo imaginário⁴¹. É a função paterna que tem o dom de bater, e é nesse sentido que ela é mobilizada na fantasia freudiana. Por isso que, quanto à partícula “-se”, Lacan⁴² dirá: “Nesse Se, reencontra-se vagamente a função paterna, mas em geral o pai não é reconhecível, não passa de um substituto”⁴³.

O problema da fantasia masoquista indicada por Kilomba⁴⁴ é que esta não se utiliza da função paterna como esse operador substituto fantasístico. Isso se deve ao fato de que o “outro” com o qual se “compete” nessa fantasia é uma representação da função paterna, ou o nome-do-pai. Deparamo-nos com González⁴⁵: o significante que representa o nome-do-pai na cultura brasileira — e também em outras — é “negro”. Em outras palavras, o tempo terminal da fantasia masoquista de selvageria não ocorre porque a figura com a qual o sujeito subjugador “compete” é a própria figura que o remete à castração.

Disso, o jogo sintático que surge nesse contexto fantasístico é passível de ser lido como um jogo de recusa à castração. Esse jogo, que se faz observar, indica:

O que escapa ao sujeito, é que sua sintaxe está em relação com a reserva inconsciente. Quando o sujeito conta sua história, age, latente, o que comanda essa sintaxe e a faz cada vez mais cerrada [...] em relação a [...] um núcleo⁴⁶.

Esse núcleo a que se refere Lacan é da ordem do real, ao mesmo tempo que é fundado pela percepção de realidade do sujeito. Enquanto isso, Lacan ilustra o que seria a agência que comanda o jogo sintático do sujeito e o cerra em relação ao núcleo ao apontar que “o real é, no sujeito, o maior cúmplice da pulsão”⁴⁷. Aqui, a percepção de realidade do sujeito nada mais é do que um fato factício (i.e., um fato produzido de forma artificial) movido por moções pulsionais.

Antes de discutirmos o que são, de fato, as moções pulsionais, talvez seja interessante retroceder brevemente aos conceitos de “Isso”, “Eu” e “Supereu”, da segunda tópica freudiana.

³⁵ DJONGA. Ladrão. Minas Gerais: A Quadrilha, 2019. Álbum musical.

³⁶ Ibidem.

³⁷ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

³⁸ FREUD, Sigmund. “Bate-se numa criança”: contribuição para o estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: IANNINI, Gilson (ed.). Neurose, psicose, perversão. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

³⁹ BAGNO, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

⁴⁰ FREUD (2016).

⁴¹ LACAN, Jacques. O seminário, livro 4: a relação de objeto. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem, p.119, grifo do autor.

⁴⁴ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

⁴⁵ GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁴⁶ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.72.

⁴⁷ Ibidem, p. 73.

⁴⁸ FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise. In: IANNINI, Gilson (ed.). Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados. Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, p. 17.

⁵¹ Ibidem, p. 23.

⁵² FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer = [Jenseits des Lustprinzips]. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021; FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise. In: IANNINI, Gilson (ed.). Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados. Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁵⁷ FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer = [Jenseits des Lustprinzips]. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 137, grifos do autor.

⁵⁸ LACAN (2008).

⁵⁹ GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Freud e o inconsciente. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

⁶⁰ FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer = [Jenseits des Lustprinzips]. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Freud⁴⁸ compreende essas três noções como instâncias psíquicas: O Isso seria a mais antiga dentre essas instâncias e seu conteúdo é herdado e estabelecido em sua constituição; o Eu seria a instância mediadora entre o Isso, a realidade e o Supereu, devendo satisfazer às exigências de ambas as partes por meio de suas ações; o Supereu seria uma instância, formada a partir do Eu, responsável por incorporar e exigir os ideais societários, inicialmente passados no seio parental.

Para Freud⁴⁹, parte do conteúdo do Isso consistiria “especialmente, portanto, [d]as pulsões, oriundas da organização corporal, que aqui encontram uma primeira expressão psíquica em formas que nos são desconhecidas”⁵⁰. Ele define que as pulsões são “as forças que supomos existir por trás das tensões motivadas pelas necessidades do Isso”⁵¹. Freud⁵² conceitua, também, que as pulsões possuem quatro componentes: pressão (i.e., força propulsora de energia constante), meta (i.e., objetivo), objeto (i.e., instrumento ou ser no qual a pulsão encontrará sua satisfação) e fonte (i.e., zona somática de onde surge a pulsão).

O Eu trata-se, aqui, da instância responsável pela interatuação do Isso com a realidade na satisfação de suas necessidades, ao visar a “homeostase psíquica”, encontrando um objeto para as metas pulsionais, de modo que se satisfaça também às exigências do Supereu. Assim, os destinos da pulsão podem ser definidos como: formação reativa, retorno ao próprio sujeito, recalque e sublimação⁵³. Devemos considerar que o fantasiar vem, portanto, como uma ação do Eu que visa satisfazer as moções pulsionais de forma que se consiga, à sua maneira, “passar batido” às exigências da realidade e do Supereu.

Freud⁵⁴ apresenta-nos dois tipos de pulsões: “Eros” e “Tânatos”, sendo a primeira conhecida como pulsão de vida e a segunda conhecida como pulsão de morte. A pulsão de vida é uma agência de criação relacionada à sexualidade e à autoconservação, enquanto a pulsão de morte se configura como uma agência, também autoconservativa, que se utiliza de mecanismos de repetição, destruição e negação à mudança⁵⁵.

Posteriormente, Lacan⁵⁶ compreenderá que toda pulsão possui uma afinidade com a zona da morte, de modo que, ainda que presentifique a sexualidade no inconsciente, toda pulsão representa, por essência, a morte. Ele parte da máxima freudiana de que “*A meta final de toda vida é a morte*”⁵⁷, visando articular que, se a pulsão de morte propulsiona o sujeito para um retorno ao estado inorgânico, e tanto ela quanto a pulsão de vida operam, nesse sentido, em direção à autopreservação: toda pulsão é, por essência, parcial, e está a serviço de normalizar, gradativamente, o caminho para o estado de “inanimado” que é imaginariamente concebido tendo como correlato mais próximo a morte. Em outras palavras, toda pulsão seria uma pulsão de morte⁵⁸.

Garcia-Roza⁵⁹, entretanto, indica que, embora as pulsões de vida e de morte possam ser indiferenciáveis em certos aspectos e até demarcando certas fusões e desfusões entre seus funcionamentos, o que está em jogo nesse dualismo pulsional, que visa demarcar a impossibilidade de um monismo pulsional, como o do argumento de Lacan, é a interação com um outro. A interação com o outro implicaria em uma compreensão da pulsão para além do autoerotismo, de modo a estar, nesse sentido, além do princípio do prazer⁶⁰.

Isso implica que a interação com um outro, tanto no sentido da sexualidade, quanto no sentido da autoconservação, traz consigo ambivalências que levam, simbolicamente, de um caminho para a morte a um caminho de imortalidade da vida. Diz Garcia-Roza⁶¹, a respeito do dualismo:

[Sua autenticidade] está salva a partir do momento em que entendemos que as pulsões sexuais são verdadeiras pulsões de vida e que elas implicam uma junção de dois indivíduos da qual vai resultar um novo ser vivo. [...] enquanto pulsão sexual ela [a pulsão de vida] garante, através do sêmen germinativo, a imortalidade do ser vivo⁶²

Já no campo da autoconservação, a interação com o outro dá-se de maneira distinta, uma vez que “[...] o organismo só quer morrer à sua maneira”⁶³. Assim, qualquer interação com esse outro que é percebida — ainda que de maneira factícia — como invasiva pode mobilizar agências de repetição, destruição ou negação à mudança, de modo que “[...] enquanto pulsão de autoconservação, a pulsão de vida é a manutenção do caminho para a morte”⁶⁴.

4. A relação com o grande outro e a esquizo do sujeito branco

Ao explorar a relação do sujeito com o grande Outro, Lacan⁶⁵ explica como o sujeito, ao entrar em contato com este, encontra um vazio, pois não sabe qual é o desejo desse Outro, e da tentativa de descobrir o desejo do Outro, preencher esse vazio, surge a angústia⁶⁶. Mas o que é esse Outro?

[...] O Outro não é simplesmente o outro que está ali, mas literalmente o lugar da palavra. Existe, já estruturado na relação falante, este mais-além, este grande Outro para além do outro que vocês apreendem imaginariamente, este Outro suposto que é o sujeito como tal, o sujeito em que a fala de vocês se constitui, porque ele pode, não somente acolhê-la, percebê-la, mas também responder a ela. É sobre esta linha que se estabelece tudo o que é da ordem transferencial, o imaginário desempenhando aí, precisamente, um papel de filtro, até mesmo de obstáculo⁶⁷.

Esse grande Outro, que é a própria linguagem enquanto estrutura, no campo do simbólico, é concebido no imaginário a partir da comunidade verbal na qual o indivíduo está inserido. É justamente nesse sentido que o outro, o pequeno outro, é descrito por Lacan⁶⁸ como uma imagem unificadora e narcísica que refere o sujeito como passível de discordância, decomposição e abertura à fragmentação, também à medida que o Eu representa, enquanto significante, aquilo que seria o sujeito, após a intervenção de um processo social de identificação⁶⁹.

O que se estabelece em relação ao outro é, necessariamente, determinado pelo reconhecimento da constituição do outro como sujeito⁷⁰. Os registros afetivo e sentimental, as necessidades, a felicidade e o prazer, situados na relação com o outro e condicionados por essa mesma relação só ocorrem a partir desse reconhecimento. Segundo Lacan⁷¹, o outro só é, então, constituído como imagem unificadora e narcísica e reconhecido como sujeito à medida em que fala.

Disso, nos deparamos com a problemática da situação analisada no presente trabalho: quando o sujeito subjugador entra em contato com qualquer forma de existência humana diferente da sua, ele — percebendo sua própria pequenez em relação ao mundo, sua castração — tenta descobrir o que deseja esse outro, de modo que suas distinções nas tradições, na organização social, nos traços físicos e na língua falada, são sentidas como um enigma, e precisamente um enigma que conteria em si um “segredo” do grande Outro.

Em defronte com o real que é a própria pequenez, o sujeito subjugador se angustia, sendo essa uma angústia de castração. Se a castração aparece como uma operação na qual o sujeito é constituído como faltante de um falo imaginário, é também ela que fará o Eu perceber que não é dono da própria casa e que há uma lei, no Outro⁷². Nessa operação de recusa à castração, tudo isso que esse Eu perceberia a partir dessa falta do falo imaginário é negado. Nesse processo, há significantes fundamentais sobre a realidade e a constituição psíquica que têm sua entrada negada, tornando ausentes pontos críticos nos processos de significação do sujeito, ocorrendo um processo de forclusão⁷³.

O fato de ocorrer um processo de forclusão não significa que, necessariamente, a estrutura psíquica do sujeito será psicótica, mas que alguns fenômenos presentes em certos processos associados à recusa da castração serão fenômenos psicóticos. Assim,

[...] A castração, que é precisamente o que para ele não existiu, manifesta-se sob a forma do que ele imagina [ou fantasia] [...]. Fica então submerso pelo sentimento de uma catástrofe tão inexprimível que não ousa nem mesmo falar disso para a pessoa a seu lado. Aquilo de que não ousa falar, é isso — é como se essa pessoa à qual ele imediatamente refere todas as suas emoções, estivesse anulada. O outro não existe mais. Há uma espécie de mundo exterior imediato, manifestações percebidas no que chamarei um real primitivo, um real não-simbolizado, apesar da forma simbólica, no sentido corrente da palavra, que toma esse fenômeno⁷⁴.

Dessa angústia de castração, no fenômeno psicótico que surge, o indivíduo busca uma forma de encontrar um significante que expresse essa pequenez, mas ainda não o há, precisamente devido à recusa da castração. Assim, o sujeito branco, visando a autoconservação, atribui ao outro (negro) o que há de mais sádico em si mesmo, categorizando-o como “selvagem”, e contrapondo-se ao se caracterizar como “civilizado”. Surge o

⁶¹ GARCIA-ROZA, (1988).

⁶² Ibidem, p. 137.

⁶³ FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer = [Jenseits des Lustprinzips]. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p.139.

⁶⁴ GARCIA-ROZA, (1988).

⁶⁵ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ LACAN, Jacques. O seminário, livro 4: a relação de objeto. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, pp. 79-80.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ SAFATLE, Vladimir. Introdução a Jacques Lacan. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

⁷⁰ LACAN, Jacques. O seminário, livro 4: a relação de objeto. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

⁷³ LACAN, Jacques. O seminário, livro 3: as psicoses. Tradução: Aluísio Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

⁷⁴ LACAN, Jacques. O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud. Tradução: Betty Milan. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p.83.

racismo: constrói-se a diferença, liga-se essa diferença a valores hierárquicos (i.e., constrói-se o preconceito) e une-se esses atos ao poder histórico, político, econômico e social.

⁷⁵ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 76, grifos da autora

E, nesse sentido, *o racismo é a supremacia branca*. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles e o grupo dominante *branco* têm de ser organizados sob outras definições, como o preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados [...] ⁷⁵.

Em sua esquizo, o sujeito branco nega tudo aquilo que é considerado abominável em si mesmo. Esse processo tem como função autenticar a exclusão racial. Após isso, ocorre a cisão e a projeção, em que a parte “boa do Eu” é guardada e zelada pelo sujeito branco, e a “parte má” é rejeitada e projetada no outro, que é negro.

⁷⁶ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 73, grifos do

Ao evidenciarmos isso, refletimos acerca da máscara abordada por Kilomba: esse aparato evidencia tanto quem pode falar, quanto o que pode ser falado. Quando o sujeito branco priva o negro de utilizar a boca, ele priva-o tanto de uma de suas fontes de prazer, quanto da possibilidade de ser percebido como falante e, portanto, como sujeito, que “integra” o Outro. Assim, toda vez que o sujeito branco se depara com o negro, ele se defronta com a possibilidade do gozo do outro, que o fará entrar em contato com o real (i.e., sua castração de um falo imaginário). A privação da fala do negro impossibilita que este faça parte do Outro e, portanto, impossibilitado de falar, perde sua humanidade, sua capacidade de escolha.

Conforme Lacan: “a *tiquê* se define por só nos poder vir de um ser capaz de escolha, [...] a *tiquê*, boa ou má sorte, não nos poderia vir de um objeto inanimado, de uma criança, de um animal” ⁷⁶. Surge, então, a fantasia de selvageria dos corpos negros como uma forma de justificar a violência e o silenciamento direcionados a esses corpos: a máscara é o que transforma o sujeito negro ao que denominaremos objeto-sujeitado.

⁷⁸ GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Para Lacan, as terminologias “sujeito”, “objeto”, e “real”, por exemplo, devem passar por uma compreensão topológica (i.e., como aspectos que se situam e se relacionam entre si). Assim, podemos seguir com as definições que hooks ⁷⁷ nos fornece: o sujeito é aquele que pode definir a própria realidade e tem sua individualidade reconhecida e valorizada; o objeto, nessa posição, é o alvo do sujeito, é definido por ele.

O objeto-sujeitado implica na relação de que o corpo subalternizado só será o que o sujeito subjugador disser que ele o é. Trata-se da projeção de tudo aquilo que o sujeito subjugador rejeita de si mesmo. Enquanto o sujeito negro não pode integrar o Outro e deve ser relegado ao status de objeto, todos os significantes que definirão os corpos negros são significantes que sujeitam-os à única leitura da branquitude. González ⁷⁸ indica como essa pseudo-simbolização do fenômeno psicótico do racismo opera, uma vez que está sempre presente e veemente a recusa da castração:

⁷⁹ Ibidem, p. 90, grifo da autora.

É por essa via que dá pra entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto, quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (um cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos)? Por que será que tudo aquilo que incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o *Aurélio*, no verbete “negro”, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? ⁷⁹

⁸⁰ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Essas terminologias são muito importantes para a compreensão dos efeitos das fantasias brancas sobre corpos negros e para destacar posições decididas sobre si mesmos e

impostas sobre outros em sua esquizo. Nas orações indicadas por Kilomba⁸⁰ — “Estamos levando o que é deles” e “Eles estão levando o que é nosso” —, o jogo sintático fantasístico feito pelo sujeito branco que torna o real suportável, indica, na relação sujeito-ação-objeto, uma inversão: o sujeito se objetiva enquanto vítima (de seus desejos sádicos e) de um objeto que é, agora, sujeitoado (lido, enquanto fato factício), que passa a ser o autor da ação.

Assim, o sujeito subjugador coloca-se no lugar de vítima da situação, movendo-se da posição de opressor para a posição de oprimido, culpabilizando o sujeito subalternizado e o designando como o tirano. Na fantasia de selvageria do negro, o sujeito branco entende que este precisa ser advertido e punido, e nada mais propício para isso que a imposição da máscara, numa privação da possibilidade de gozo pela boca, seja este da ordem do falo ou da ordem da fala.

Há, portanto, um ciclo concebido como supostamente interminável que se reproduz: o sujeito negro é relegado à posição de objeto-sujeitado toda vez que entrar em contato com o sujeito branco; este se depara com a angústia do real que é a pequenez de sua existência em relação ao mundo e, a partir de uma fantasia relacionada ao poder, estabelece a branquitude e a negritude como uma forma de compensar, para si, essa pequenez, se autodeterminando superior e projetando o que há de pior em si para o sujeito negro, proibindo-o de falar para que o real, o insustentável — a castração e a barbárie do sujeito branco —, não venha à tona.

Com a fantasia da selvageria dos corpos negros surge, implicada à estrutura de poder estabelecida, a possibilidade de que a única forma de se existir nesse mundo, mesmo tendo a pele negra, é se utilizando de máscaras, desta vez metafóricas, brancas⁸¹. É nesse sentido que Fanon constata que “para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco”⁸². Essas máscaras brancas consistem na perpetuação desse sistema, tanto no sentido de que o objeto-sujeitado só é entendido como sujeito à medida de sua proximidade a um ideal da branquitude e maior seu distanciamento da negritude, quanto no sentido de que um corpo negro, para a estrutura da branquitude, só tem utilidade enquanto objeto a ser sujeitoado (i.e., quando silenciado).

A trajetória violenta do racismo não se baseia apenas em histórias do passado, como a consciência insiste em dizer, mas em memórias inesquecíveis enraizadas no âmbito dos corpos negros que urgem para serem reveladas e contadas a partir do olhar e da posição do negro, que há muito luta para o reconhecimento de sua posição como sujeito⁸³. Nossa luta pela possibilidade de falar é também uma luta contra uma estrutura de poder estabelecida pelo ocidente branco e colonizador. É uma luta por uma nova forma de se compreender a própria existência — para brancos e negros, com toda a incompletude que esses significantes abarcam — que vá além da angústia. Não estamos, afinal, lidando com “uma questão de nacionalidade [...], tampouco de sentimentos [...], mas sim com o poder”⁸⁴. Poder esse que, junto ao preconceito, estabelece a supremacia branca, e deve ser combatido.

5. À guisa de conclusão

Em sua leitura de Lacan, Žižek⁸⁵ reflete que a fantasia é o que “me diz o que eu sou para os meus outros”⁸⁶. Assim, é no racismo e em suas fantasias que a esquizo do sujeito branco se manifesta em sua forma mais nítida, enquanto segue colocando o próprio sujeito branco em confronto com sua castração e sua barbárie, que ele insiste em negar. Nesse sentido, Žižek complementa: se torna uma tarefa ética máxima para o psicanalista a busca pelo “verdadeiro despertar da fantasia, [da esquizo,] que nos controla ainda mais quando estamos acordados”⁸⁷.

A tiquê se estabelece em um campo onde o traumático e a fantasia, justamente a partir do retorno accidental, espontâneo e infamiliar do real, se associam. Lacan nos mostra que a esquizo do sujeito, “depois do despertar, persiste [...] e a consciência se retrama, que sabe que vive tudo aquilo como um pesadelo, mas que, assim mesmo, se agarra a si mesma” [88]. Esse despertar, na tiquê, tem também sua fonte delimitada por ele: “é a outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação — é o *Trieb* [a pulsão], nos diz Freud”⁸⁹.

Na tiquê, o sujeito branco passa por todo o percurso elucidado no decorrer deste trabalho, mas, ainda assim, a consciência persiste em se reorganizar no discurso da branqui-

⁸¹ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

⁸² *Ibidem*, p.24.

⁸³ GONZÁLEZ, 2020; KILOMBA,

⁸⁴ KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.77.

⁸⁵ ŽIŽEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

⁸⁶ *Ibidem*, p.63.

⁸⁷ *Ibidem*, p.76.

⁸⁸ LACAN, Jacques. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.74.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 64, grifo do autor.

⁹⁰ FREUD, 2016; 2021a; 2023

tude para se conservar. A fantasia se mantém, mesmo com o real sempre retornando, justamente porque o fim da fantasia é a satisfação das metas pulsionais de modo masturbatório e autoconservativo⁹⁰].

⁹¹ 2004, apud KILOMBA, 2019

Quando Gilroy⁹¹ descreve o processo que passa pelas etapas de negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação, para que o sujeito branco “possa se tornar consciente de sua própria branquitude e de si própria/o como perpetradora/perpetrador do racismo”⁹², o que se objetiva é justamente o despertar da fantasia, da esquizofrenia, na qual o sujeito branco insiste em retornar visando evitar o desconforto do encontro de sua consciência com o real, este não-simbolizado.

⁹² KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.43.

Esse despertar é um processo trabalhoso e não se constitui como uma questão moral, mas como uma forma de questionar as estruturas de poder da sociedade, trazendo à consciência o racismo concernente ao próprio sujeito.

⁹³ Ibidem, p.46, grifos da autora.

Nesse sentido, em vez de fazer a clássica pergunta moral “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o *sujeito branco* deveria se perguntar: “Como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” Tal pergunta, por si só, já inicia esse processo⁹³.

⁹⁴ Ibidem.

Quando Kilomba aponta essa questão, a fantasia do sujeito branco, que outrora seria reforçada com a resposta “não, você não é racista”, cai por terra: a partir do momento onde se assume o próprio racismo, o sujeito está assumindo uma faceta de barbárie e sadismo próprios dele. Ao se assumir isso, a postura sustentada pela fantasia e pelas relações de poder que antes justificavam a violência direcionada aos corpos negros é posta em xeque e o sujeito branco se abala quando vivencia de forma real a barbárie outrora fantasiada e, portanto, intolerável⁹⁴.

⁹⁵ BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1994, p.170.

É nesse sentido que a autora sugere que, frente ao racismo que emerge cotidianamente, haja uma tentativa, à medida do possível, de demarcação por meios de simbolização de uma distinção eu-outro que transcenda a lógica da fantasia masoquista demonstrada por ela. É na medida em que o sujeito negro nega a suposta perpetuidade do ciclo que o torna objeto-sujeitado, que é produzido um corte que atravessa o discurso racista. Esse atravessamento é possível na medida que um discurso é “[...] um momento num processo de elaboração, com tudo que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições”⁹⁵.

⁹⁶ FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020. conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1994, p.170.

A distinção eu-outro e a recusa à imposição da máscara na reprodução da fantasia subjugadora parecem essenciais para contornar essa lógica discursiva e possibilitar formas de simbolização e significação que operem no fenômeno psicótico que é o racismo. A relação intertextual que realizamos entre as leituras de Kilomba e Lacan acerca do conceito freudiano de fantasia, permite-nos refletir sobre algumas questões únicas relacionadas à síntese que surgiu com esse cruzamento de leituras.

⁹⁷ Ibidem, p.242.

O racismo se sustenta discursivamente a partir de suas fantasias, que operam sempre em processos associados à recusa da castração, e a libertação dos sujeitos dessas próprias fantasias é um processo desafiador. Parece-nos que é aqui, justamente por causa desse processo, que se evidencia a luta por uma constituição de existência que alcance uma nova posição discursiva e vá além da angústia, a partir da tarefa ética máxima de um psicanalista. Por isso, é fundamental que, para elaborações futuras, se leve em conta a necessidade de uma escuta com viés racializado dos psicanalistas, para que essas nuances sejam abarcadas no fazer profissional.

Nesse sentido, tal como Fanon⁹⁶, à guisa de concluir seu trabalho, nós desejamos apenas uma coisa, que se faz possível no momento em que o discurso analisado no presente trabalho é posto em xeque:

Que o instrumento jamais domine o homem. Que cesse para sempre a escravidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por outro. Que me seja permitido descobrir e desejar o homem, onde quer que se encontre⁹⁷.

Notas

* Graduando em Psicologia na Universidade de Brasília (UnB). Email: ives.ferreira@aluno.unb.br.

** Graduanda em Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura na Universidade de Brasília (UnB). Email: sara.conceicao@aluno.unb.br.

Referências

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/obitos-por-suicidio-entre-adolescentes-e-jovens-negros-2012-a-2016>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DJONGA. **Ladrão**. Minas Gerais: A Quadrilha, 2019. Álbum musical. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/album/4bVYzv8uj0wanD6BdwmdwM?si=aFNiUUupT6uVmEOjvNUo7Q>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradutor: Sebastião Nascimento e col. de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

FREUD, Sigmund. "Bate-se numa criança": contribuição para o estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: IANNINI, Gilson (ed.). **Neurose, psicose, perversão**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 123-156.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer = [Jenseits des Lustprinzips]**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2021a.

FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise. In: IANNINI, Gilson (ed.). **Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados**. Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b. 8-195.

FREUD, Sigmund. Da história de uma neurose infantil (caso homem dos lobos) (1918). In: IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro (orgs.). **Histórias clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica**. Tradução: Tito Lívio Cruz Romão. Belo Horizonte: Autêntica, 2021c. p. 631-774.

FREUD, Sigmund. **As pulsões e seus destinos**. Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

IANNINI, Gilson. Epistemologia da pulsão: fantasia, ciência, mito. In: FREUD, Sigmund. **As pulsões e seus destinos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 91-133.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 3: as psicoses**. Tradução: Aluísio Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 4: a relação de objeto**. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução: M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Tradução: Betty Milan. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução: Pedro Tamen. 9. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1986.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. **Informações de Saúde (TABNET)**. s.d. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. TABNET. **Mortalidade - Brasil. 2023**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. Acesso em: 06 jun. 2025.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SILVA, Clarice Moreira; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. **O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001012014>. Acesso em: 06 jul. 2024.

SOUZA, Neusa. Tornar-se negro ou As viscitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. Como ler Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



O ENSINO MILITAR EM AUTOPERCEPÇÃO: COMPREENSÕES DO CORPO DOCENTE, DIRETIVO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE UMA ESCOLA TIRADENTES

LA ENSEÑANZA MILITAR EN LA AUTOPERCEPCIÓN: ENTENDIMIENTOS DEL PROFESORADO, DIRECTORY COORDINACIÓN PEDAGÓGICA DE UN COLEGIO DE TIRADENTES

Resumo

O presente artigo se localiza nos debates da Sociologia da Educação onde objetiva-se compreender o ensino militar partindo de uma perspectiva metodológica qualitativa, analisando a compreensão de docentes, coordenação pedagógica e direção acerca da escola militar. Para tanto, lançou-se mão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1967), da fenomenologia social de Alfred Schutz (2012), além da contribuição da noção bourdieusiana de habitus (2012). Tomando-se como estudo de caso uma escola militar da Rede Tiradentes da Brigada Militar, no Rio Grande do Sul, foram localizados quatro focos narrativos que aparecem na fala dos entrevistados – corpo docente e coordenação pedagógica (civis), direção e vice-direção (militares) – como diferencial do ensino militar, sendo eles: a estrutura da escola, as características dos estudantes, a hierarquia e a disciplina.

Palavras-chave: Ensino Militar; Rede Tiradentes; Metodologias Qualitativas; Sociologia do Conhecimento; Escola Militar.

Resumen

Este artículo se sitúa en los debates de la Sociología de la Educación donde el objetivo es comprender la educación militar desde una perspectiva metodológica cualitativa, analizando la comprensión de los profesores, la coordinación y la gestión pedagógica respecto a la escuela militar. Para ello se utilizó la sociología del conocimiento de Karl Mannheim (1967), de la fenomenología social de Alfred Schutz (2012), además del aporte de la noción bourdieusiana de habitus (2002). Tomando como estudio de caso una escuela militar de la Red Tiradentes de la Brigada Militar, en Rio Grande do Sul, se localizaron cuatro focos narrativos que aparecen en el discurso de los entrevistados - cuerpo docente y coordinación pedagógica (civiles), gestión y vicegestión (militares) - como diferencial de la enseñanza militar, a saber: la estructura de la escuela, las características de los alumnos, la jerarquía y la disciplina.

Palabras clave: Educación Militar; Rede Tiradentes; Metodologías Cualitativas; Sociología del Conocimiento; Escuela Militar.

*Victor Mello da Silva

Recebido em: 17/12/2024

Aceito em: 22/08/2025

1. Introdução

A militarização do ensino público foi uma constante na década de 2010, mesmo antes da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) de 2019¹. Junto a isso, tem-se observado uma crescente produção bibliográfica a respeito, evidenciando, além do fato em si, uma crescente preocupação e interesse no assunto, somando-se a constatação que a maioria das unidades federativas estão optando por manter o programa ou até ampliá-lo², mesmo após a decisão do Ministério da Educação (MEC) de encerramento do programa. Ademais, o Brasil ainda conta com outros modelos de ensino militar atuantes, como é o caso da Rede Tiradentes que é uma rede de escolas militares que atuam no Rio Grande do Sul e que não tem relação com as escolas cívico-militares³. No entanto, percebe-se, através de levantamento bibliográfico, que são poucas as produções que utilizam uma abordagem metodológica qualitativa⁴. Além do desafio teórico metodológico, isso ocorre sobretudo pela dificuldade de fazer pesquisa de campo em instituições militares. Ou seja, de modo geral, são poucos os estudos que vão até as escolas militares para pesquisar a perspectiva dos atores sociais envolvidos, fato que resulta num relativo distanciamento entre o objeto de pesquisa e o pesquisador. A partir de tal constatação, no presente artigo questiona-se quais as compreensões sobre a escola militar na perspectiva dos docentes, coordenação pedagógica e direção. Busca-se, em síntese, os sentidos atribuídos à existência desse espaço social.

Diferentemente das escolas das Forças Armadas que estão vinculadas ao Ministério da Defesa com a finalidade de formar indivíduos para atuar na carreira militar, a presente pesquisa é realizada em parceria com uma escola da Rede Tiradentes - administrada pela (BM-RS) em colaboração com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) que se responsabiliza pelo corpo docente e coordenação pedagógica. A Rede Tiradentes tem como finalidade atender o público civil em idade regular para o Ensino Médio com o diferencial de seleção física e intelectual para o ingresso. A parceria firmada foi possível por meio de um compromisso ético entre a escola e o Grupo de Pesquisas: Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM-FURG), através do projeto: Ensino Militar em Perspectiva Sociológica⁵, no qual se estabeleceu de maneira clara o objetivo geral da pesquisa: *compreender porque os jovens junto ao seus familiares, e profissionais da educação, escolheram estudar/trabalhar na escola militar*. Com isso, foi possível aproximar-se do objeto de pesquisa e realizar o trabalho de campo, utilizando metodologias que geram dados qualitativos empíricos.

Diante da atualidade e relevância que se atribui ao tema da militarização da educação pública, formula-se então o seguinte problema de pesquisa: *como os indivíduos - civis e militares - envolvidos na construção cotidiana do ensino militar percebem e compreendem a realidade da escola militar?* Com isso, o presente texto é fruto de uma pesquisa na condição de bolsista junto ao projeto mencionado, na qual fixou-se o seguinte objetivo: *analisar a partir do estudo de caso na escola da Rede Tiradentes, como os indivíduos - civis e militares - envolvidos na construção cotidiana da escola compreendem a realidade do ensino militar*. A partir dessa compreensão, os objetivos específicos são: *analisar como eles diferenciam o ensino militar do civil e elaborar uma síntese descritiva dos valores e visões de mundo desses indivíduos de referência*.

No que tange a metodologia de pesquisa utilizada, empregou-se a pesquisa social reconstrutiva - derivada do sociólogo Ralf Bohnsack - na qual o roteiro foi orientado por perguntas amplas das quais os entrevistados responderam de modo pessoal, a partir de suas experiências de vida e atividades cotidianas⁶. Os sujeitos entrevistados fornecem a aproximação com a expressão fenomênica por estarem inseridos no meio social de referência. Assim, realizou-se durante o ano de 2022, entrevista narrativa com a coordenadora pedagógica (civil), com diretor e vice-diretor (militares). Posteriormente em 2023, entrevistas narrativas com doze professores do corpo docente (civis). E em 2024, entrevistas narrativas com a nova coordenação pedagógica e novo diretor. Totalizando dezessete entrevistas, todos estes aceitaram participar e assinaram um termo de concessão⁷. Ou seja, o projeto acompanha a escola há três anos nos quais foram entrevistados os profissionais da educação e da Brigada Militar que atuam como responsáveis pela escola. Neste período, a pesquisa foi conduzida pelo coordenador do DIPEM Ricardo Gonçalves Severo, e por bolsistas de iniciação científica dentre os quais o autor do presente texto atuou durante os anos de 2023 a 2025.

Concomitantemente a produção de dados desenvolveu-se a interpretação dos mes-

¹ Para mais detalhes sobre o processo de expansão da militarização de escolas públicas verificar a dissertação de Santos (2020) e o artigo de Pontes-Saraiva (2023).

² Segundo levantamento feito em 2023 pelo jornal Poder360/Drive, ao menos 19 unidades federativas optaram pela continuidade do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Na prática, essas unidades federativas estão desenvolvendo modelos de ensino militarizados que estão adotando características próprias e perdendo a identificação com o PECIM de 2019.

³ Vale lembrar que o PECIM teve como base escolas militares piloto do Estado de Goiás. Ou seja, a Rede Tiradentes do Rio Grande do Sul, como modelo consolidado, também pode servir de exemplo para de políticas públicas educacionais que visam a militarização do ensino.

⁴ Para mais informações consultar o resumo expandido do autor (Silva, 2023).

⁵ O compromisso ético foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Rio Grande (CEP-FURG) - número do parecer consubstanciado: 5.135.794.

⁶ Vale lembrar, que os professores já atuaram no modelo civil, ou atuam concomitantemente em ambos os modelos, o que agrega aos agentes entrevistados maior capacidade analítica ao diferenciar os modelos de ensino.

mos. Ainda conforme as orientações de Bohnsack, a pesquisa qualitativa trabalha os dados de modo indutivo, sem hipóteses prévias, e para isso empregou-se a análise compreensiva em etapas. Primeiramente, a interpretação formulada constitui os procedimentos de transcrição, organização de blocos discutidos nas entrevistas, enumeração das linhas transcritas, que revelam o sentido imanente. Em segunda instância, empregou-se a interpretação refletida, na qual busca-se o padrão de orientação dos discursos destacando-se os focos narrativos de interesse para os objetivos da pesquisa. Em terceiro, a análise comparativa permite relacionar os materiais produzidos revelando o sistema de relevâncias inerente ao meio social de referência⁸. Por último, busca-se o conteúdo das entrevistas no contexto que orienta a ação dos sujeitos, trata-se do nível documentário de interpretação. Conforme Karl Mannheim, a interpretação em nível documentário implica a associação entre o conhecimento conjuntivo e as práticas no meio social de referência. Ao fim, a análise localizou quatro focos narrativos presentes na fala dos entrevistados e que serão desenvolvidos a seguir. São eles: a estrutura da escola, as características dos estudantes, a hierarquia e a disciplina.

⁷ Para fins de critério ético e sigilo, todos os nomes dos entrevistados mencionados ao longo do texto são pseudônimos escolhidos aleatoriamente.

⁸ O conceito de relevâncias utilizado é oriundo da teoria sociológica de Schutz (2012).

Quanto à perspectiva teórica, mobilizou-se como ferramentas explicativas a fenomenologia social desenvolvida pelo sociólogo austríaco Alfred Schutz, bem como a sociologia do conhecimento do sociólogo húngaro Karl Mannheim - que fornece um método para a compreensão de visões de mundo e experiências cotidianas denominado método documentário de interpretação. Além da noção de *habitus* entendido como um sistema de disposições duráveis que se manifestam nas práticas cotidianas, conforme formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

2. Resultados e Discussão

2.1. Estrutura da escola

Primeiramente, o aspecto estrutural é algo que aparece na fala dos entrevistados como um diferencial do ensino militar em relação ao civil. Conforme o professor Lucas, vejamos:

Tu percebe se há alguma diferença das escolas civis para a escola Tiradentes? (Entrevistador).

Recursos, a diferença é recursos. (Lucas, docente do Colégio Tiradentes).

Recursos? (Entrevistador).

Eu dei aula lá, e dou aula aqui. Aqui eu tenho todos os recursos do mundo. Eu estou falando sério. Não é uma coisa, não sei o que os colegas vão falar, mas, pra mim, desde que entrei aqui, eu tenho todos os recursos. Aquilo lá, por exemplo, era o mic [microfone]. [...] Isso, por exemplo, era um recurso que eu tinha quando o aluno falava comigo em casa, que ficava metade na pandemia, metade na sala de aula e metade em casa. Aí ele entrava ao vivo "professor!", e aí saía lá na voz. Então, coisa que eu não tinha em outros lugares, recursos. (Lucas, docente do Colégio Tiradentes).

Tanto no sentido da limpeza e organização⁹, mas sobretudo no sentido de recursos que auxiliam para fins didáticos, tais como internet, projetor de imagem, xerox sem limitação de cópias, dentre outros, como pôde-se observar na fala acima. Ou seja, é interessante notar que o meio social de referência não se constitui em uma escola genérica, pois sua estrutura é diferenciada e materialmente superior¹⁰. A respeito disso, observemos a fala abaixo:

É mais questão, assim, por exemplo, assim, de infraestrutura. Por exemplo, assim, aqui apesar da gente não ter um laboratório equipado, a gente consegue, assim, fazer um reforço, porque daí a gente consegue um empenho até da própria administração aqui do Tiradentes, na compra de um equipamento, às vezes ah, eu chego, assim "ah eu quero fazer uma atividade assim com os alunos só que eu não tenho equipamento". Aí eles dizem assim "não professora tu pode fazer, então, uma pesquisa, um orçamento, passa o orçamento pra gente que conforme a possibilidade a gente compra". Então, assim, eles geralmente tu leva uma proposta aqui pra administração e eles estão sempre topando. (Eduarda,

⁹ Cabe mencionar que no Colégio Tiradentes pesquisado, são os próprios alunos que limpam as salas de aula. Essa atividade cotidiana é exercida pelo "aluno semana" e pelo

¹⁰ Durante as visitas à escola observou-se também que todas as salas de aula são climatizadas.

¹¹ Levando em conta os objetivos do presente texto, não é discutido o fato de que a Rede Tiradentes possui uma relação diferente com o Estado, uma vez que essas escolas são administradas pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) e não pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUCRS). Entretanto, no limite, as condições de que dispõe as escolas estaduais não podem ser analisadas ignorando-se isso.

docente do Colégio Tiradentes).

Uhum. (Entrevistador).

Então, assim, é, eles fazem, assim, esforço, assim, e tal, assim, pro professor poder fazer atividade. Lá na outra escola já é diferente porque não existe, assim, essa verba que nem tem aqui na escola porque os pais pagam uma espécie de taxa e tal, né? Então, dessa verba eles conseguem fazer algumas compras. No Estado ali como é diretamente do Estado é mais complicado pra fazer qualquer compra de material essas coisas, assim, então é bem mais restrito pra fazer algumas atividades. (Eduarda, docente do Colégio Tiradentes).

Evidentemente, pensar o diferencial estrutural das escolas militares implica pensar a condição econômica de que dispõe essas escolas. Conforme a fala acima, as escolas da Rede Tiradentes contam com uma taxa paga pela família dos estudantes, o que explicaria o maior poder de compra utilizado para aquisição de recursos didáticos. Isso demonstra não só uma relação da escola com a família dos estudantes como indica também que há um diferencial socioeconômico para ingressar em um modelo de ensino que, apesar de pertencer ao Estado do Rio Grande do Sul, não é gratuito como o modelo civil¹¹.

2.2 Perfil dos estudantes

A essa altura já fica evidente que os estudantes da escola são socialmente diferenciados, o que indica um marcador de classe, entretanto isto não aparece na compreensão dos entrevistados de modo unânime. Entretanto, os sujeitos de referência foram unânimes ao afirmarem que o ensino militar se diferencia, em grande medida, justamente pelo perfil dos estudantes que ingressam na escola. Vejamos que perfil é este:

Hum. Cristina, pode falar pra mim um pouquinho, se tu percebe que existem e se existem diferenças entre escola civil de modo geral e aqui a Escola Tiradentes? (Entrevistador).

Sim. Ahm... Bom, primeira coisa, assim, que eu percebo muito é... Bom, o interesse dos alunos, né? A maioria dos alunos que tá aqui faz prova, né? Pra entrar. Então, eles me demonstram um certo interesse de realmente estudar, ahm... (Cristina, docente do Colégio Tiradentes).

Uhum. (Entrevistador).

Focar nos estudos. Então, assim, o nível de interesse assim dos alunos daqui é muito, ahm, a diferença chega a ser discrepante, assim. (Cristina, docente do Colégio Tiradentes).

Como demonstra a fala da professora, em seu entendimento há uma diferença discrepante entre os alunos do modelo civil e do militar. Em primeira análise, é importante salientar que o ingresso na escola se dá por meio de processo seletivo. Ou seja, infere-se que antes mesmo da inserção do estudante no meio social, já há um recorte prévio de estudantes. Este processo seletivo estabelece um recorte intelectual e também de origem familiar, como demonstra a seguinte fala:

[...] Eu penso também que os alunos que vêm pra cá são alunos que, grande parte, eles gostam de estudar, né? Eles querem, né? Ser cobrados, querem um ensino de qualidade, assim, que a gente percebe, né? Deles. Então, uma que eles também fazem uma prova de acesso, né? Isso já seleciona um pouco os alunos. Embora, como tem uma porcentagem grande de vagas, acho que é 60% se não me engano, das vagas que é destinado aos filhos de militar, né? Dos brigadas¹². Então, acaba que entram muitos alunos, assim, que tiveram uma pontuação menor, né? Então, são alunos também, assim, mais fracos, que têm mais dificuldade. Então, uma das coisas, assim, que eu percebo de dificuldade nas turmas é justamente isso, essa disparidade, assim, alunos que são muito bons, que pegam com a maior facilidade "vão bora", e alunos bem fracos, assim, com dificuldades, né? (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

¹² A professora utiliza o termo "brigadas" para se referir aos policiais militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS).

Conforme indica a fala acima, devido a alta reserva de vagas para dependentes de militares, estes não demonstram diferencial intelectual. Ou seja, estes constituem uma exceção, uma vez que podem ingressar na escola de modo facilitado^{13 14}. Sendo assim, a professora observa que há estudantes mais rápidos na aprendizagem e aqueles que demonstram dificuldades.

Naturalmente, a destinação de vagas para os dependentes de militares inclui desde os militares de baixa até as altas patentes. Por outro lado, os filhos de civis precisam ingressar disputando com ampla concorrência, o que torna o acesso muito mais difícil. Com isso, essa alta disputa por vaga na escola contribui para formar recorte socioeconômico mais abastado, formado por estudantes que, muitas vezes, são oriundos do ensino privado¹⁵. Portanto, o perfil dos estudantes nesse modelo de ensino é amplamente influenciado, primeiramente pela destinação de vagas, e em segundo pela alta concorrência na disputa de vagas¹⁶. Nesse sentido, observemos a seguinte fala:

É, assim, é muito difícil o ingresso na escola porque eles têm que passar por um concurso. Então o aluno pra conseguir, esse ano passado foi 17 por vaga, então o aluno além de ele já se preparar durante o Fundamental 2, pra vir aqui, pra estudar aqui, ele ainda precisa uma preparação extra, fazer um cursinho, alguma coisa. Então, o aluno ele não cai aqui por acaso. É uma coisa muito estudada com as famílias e com o aluno, porque o aluno também, ele tem que querer estar aqui. (Rosane, Coordenadora pedagógica do Colégio Tiradentes).

Dito isso, infere-se que o perfil de estudante ingressa nesse modelo de ensino já é previamente selecionado. Além disso, são estudantes que, de modo geral, tem uma perspectiva futura de acesso ao Ensino Superior ou aprovação em concursos militares, o que contribui ainda mais para formação de um tipo homogêneo de estudantes:

Tem, tem bastante diferença [em relação ao modelo civil], assim, no sentido de que aqui os alunos parece que já são mais projetados, né? Pra os estudos. Eles compreendem melhor, assim, a importância, né? De um melhor aproveitamento pra a entrada na universidade. A gente vê que, apesar de ser uma escola pública, a gente nota que muitos deles já vêm do ensino privado, né? E aí, a gente vê que eles já vêm com aquela ideia do foco de passar no vestibular, de passar no ENEM, de passar no PAVE. Então, parece que já vem "setado", assim, da escola particular e depois da família, que conta muito, né? Então, eles já vêm pra cá com esse foco. No caso, eles dão mais atenção, então, pros estudos, né? (Bianca, docente do Colégio Tiradentes).

Essa confluência de fatores determina o perfil dos estudantes, mas é um processo que se completa quando o estudante é introduzido ao meio social da escola militar. Trata-se de um processo de adaptação e constituição do sujeito a partir da prática cotidiana que o tornam um estudante militar^{17 18}. Ou seja, o estudante militar é duplamente constituído, tanto antes como depois de ingressar na escola:

Tem o envolvimento da família sim, porque eles já vem conhecer a escola quando eles estão no Fundamental 2, às vezes eles estão no sexto ano, eles já vem conhecer a escola, já vem trazer o filho aqui pra ver como é que é, como é que funciona tudo. A disciplina, claro que as famílias contribuem, né? Mas a disciplina militar, os ritos militares, eles vão aprendendo aqui dentro. Então, todo dia o aluno chega aqui ele tem uma formatura primeiro, uma formatura militar. Que que é essa formatura militar? O aluno entra em forma. E aí tem toda uma conversa com o efetivo militar antes de começar as aulas. [...] E o aluno, por isso que eu disse que o aluno tem que querer estar aqui. Porque se ele, na semana de adaptação, ele acha que essa escola, esse modelo, esse formato, ele não se sente bem, ele tá livre para se transferir para outra escola como acontece todos os anos. O aluno entra e vê que não é o perfil dele, aí ele pede, a família pede e transfere. Sem problema nenhum. (Rosane, Coordenadora Pedagógica do Colégio Tiradentes).

Então, ao ingressar na escola, tornar-se estudante militar é um processo prático do qual nem todos se adaptam. É mais do que uma origem familiar militar, um diferencial socioeconômico ou a busca por aprovação no Ensino Superior e concursos militares. Conforme a compreensão dos entrevistados, é um processo que se completa com a inserção a um espaço

¹³ Interessante notar a contradição entre a perspectiva meritocrática presente na visão de mundo militarista, e o fato de que muitos estudantes só são aprovados no processo seletivo por conta da destinação de vagas.

¹⁴ No caso dos filhos de militares, tratam-se de estudantes que já tomam contato com a visão de mundo militarista no ambiente familiar, ao ingressar na escola militar passam a conviver integralmente e compartilhar dessa visão de mundo com outros jovens.

¹⁵ Além do próprio processo seletivo, o regime integral implementado na escola também impossibilita o acesso a estudantes de Ensino Médio que necessitam trabalhar no turno inverso.

¹⁶ Quanto a possibilidade de um estudante de inclusão passar no processo seletivo e ingressar nesse modelo de ensino militar, esta é uma problemática que merece uma investigação à parte. Vale lembrar que o processo seletivo inclui prova física, o que pode inviabilizar o acesso a pessoas com deficiência física.

¹⁷ Consultar o artigo de Severo para mais detalhes sobre o processo de tornar-se estudante militar (2023).

¹⁸ Vale mencionar que os estudantes que ingressam no Tiradentes, começam as aulas uma semana antes dos demais. Essa semana de adaptação à escola é chamada pelos militares de "semana zero".

dotado de um modelo de socialização específico orientado por valores como a hierarquia e a disciplina que veremos a seguir.

2.3 Hierarquia

¹⁹ Lembrando que nas escolas Tiradentes os militares ocupam os lugares de liderança. Ou seja, o corpo diretivo é militar enquanto o corpo docente e coordenação pedagógica é civil.

Adiante, tendo já identificado a estrutura escolar e o perfil de estudantes que compõem esse meio social, devemos compreender como os sujeitos interagem nesse espaço. E nesse sentido, é fundamental compreender que a sociabilidade na escola militar perpassa pela noção de hierarquia. Diferentemente das escolas das Forças Armadas, que são voltadas para a formação de militares, as escolas da Rede Tiradentes foram criadas originalmente para atender os filhos de militares e posteriormente abriram-se para o atendimento à comunidade civil. Em primeira análise, portanto, aparece a hierarquia entre militares e civis¹⁹:

Eu noto que eles têm mais respeito pelos militares, isso não sei qual é o motivo. Não é por ser pela coerção, porque se eu quiser eu também posso, né? Comunicar. Tem as tais comunicações internas que elas podem ali prejudicar a classificação deles em termos disciplinares. (Anderson, docente do Colégio Tiradentes).

Entretanto, além da divisão hierárquica entre civis e militares, percebe-se que o ensino militar produz relações hierárquicas entre os próprios estudantes:

[...] outra coisa que eles [militares] têm, é a classificação dos alunos por média, né? Então, soma as notas de todas as disciplinas, faz a média aritmética, o aluno, daí tem o aluno primeiro colocado, que é o 01, 02, 03. (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

Hum. (Entrevistador).

A classificação. E é isso que eles chamam de antiguidade, né? Então, aí os primeiros colocados, eles fazem parte dos "do comando". Então, é bem interessante, assim, essa coisa deles terem funções, né? De comando, né? Da questão da hierarquia, né? Então, quem está na função de comando, os demais têm que respeitar aquela função de comando dele. Que aí, quando o outro tiver na função de comando, ele também, né? Vai saber como é que funciona comandar, né? (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

Como explica a fala da professora, a classificação por nota gera uma lista da qual os estudantes melhor classificados ocuparão posições hierárquicas de comando. Então, as interações entre os sujeitos são diferenciadas conforme a relação hierárquica que se estabelece.

Assim, a hierarquia é exercitada cotidianamente através das posições de liderança, como auxiliar os professores na aplicação da disciplina e manter a ordem na escola. No entanto, essas relações hierárquicas são fundamentadas pelo mérito do estudante. Portanto, como demonstra a fala abaixo, a adoção de valores baseados na hierarquia revela um aspecto norteador da visão de mundo militarista: a meritocracia.

A comunicação, que tu se refere, é quando os professores comunicam pra quem? Pros militares? (Entrevistador).

É. Aí funciona assim, a gente tem uma folha que chama comunicação interna. Aí a gente preenche o nome do aluno, qual é o fato, o que o aluno fez, né? Então, por exemplo, eu tenho um sistema, quando o aluno tira acima de 9 ou 8, na média do trimestre, eu dou um elogio, pelo bom rendimento do aluno. Então, aí aquilo ali gera uma pontuação pra ele na nota disciplinar dele, né? (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

Hum. (Entrevistador).

Então, incentiva ele a querer buscar também uma nota boa, porque ele quer receber o elogio, né? Então, aqueles bons alunos eles dizem "não eu quero", né? Às vezes eles fazem a recuperação, antigamente, hoje não tanto, mas antigamente os alunos tiravam 9 ou 8, ele fazia a recuperação, porque ele queria tirar o 10, né? Tanto pra receber o elogio, né? Do professor e também, o tenente

também elogia os alunos que saem bem, né? Assim, passam bem em todas as matérias. E também, porque daí, se eles têm nota 10, disciplinar, em média acima de 9, eles também recebem o alamar. Então, é um mérito que os alunos gostam, assim, eles buscam, assim, querer tirar notas boas pra ganhar o tal do alamar. (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

Nesse sentido, o mérito é estabelecido pelo coeficiente disciplinar, denominado “nota disciplinar”. Assim, em sentido imanente a hierarquia aparece enquanto expressão fenomênica através das relações de poder, em nível documentário de interpretação a hierarquia deve ser compreendida à luz da meritocracia. Ou seja, as relações de poder são uma expressão prática da visão de mundo comum àquele meio social.

Com isso, o ensino militar cria um espaço competitivo, onde o alto rendimento e o comportamento disciplinado definem o mérito do estudante, e através desse mérito ocupam-se posições de comando. Além disso, a meritocracia é endossada formalmente por meio de cerimônias condecorativas de entrega de alamares, nesse caso, os estudantes podem ser condecorados com alamar de honra, mérito intelectual, e disciplina. Na prática, os alamares são símbolos que podem ser portados cotidianamente e denotam mérito, gerando uma diferenciação visual.

Portanto, a meritocracia é um valor norteador da visão de mundo militarista que aparece na prática através das relações hierárquicas entre civis e militares, e entre estudantes. A hierarquia, por sua vez, é um modo de ser e existir no meio social de referência exercitado cotidianamente pelo ato de comandar e ser comandado. Além disso, é aprofundada por cerimônias oficiais de entrega de alamares.

2.4 Disciplina

Doravante, já localizamos o local, o estudante, e o caráter hierárquico das relações entre sujeitos na escola militar. Com essa exposição prévia podemos avançar para a categoria da disciplina, que representa um grande foco narrativo presente na fala dos entrevistados. Conforme os entrevistados, a disciplina é um grande diferencial do ensino militar em relação ao civil, pois é uma característica militar que é ensinada aos estudantes. Começamos pela seguinte fala:

Qual tu diria que é a principal característica do Tiradentes nessa experiência que tu acumulou de lá para cá? (Entrevistador).

É... Eu acho que, assim, é um conjunto, né? Em primeiro lugar, assim, eu acho que os alunos em si, mas é um conjunto da escola, né? Tem a questão da disciplina, mas assim, quando tu entra na sala de aula, eles respeitam muito a farda, né? Se chegar um militar de farda na porta, eles já ficam todos, né? Comportadinhos. Porque eles ficam com medo e tal, tem a comunicação, né? Então, se o aluno faz alguma coisa, ele pode ser comunicado. E a comunicação pode gerar alguma punição, assim, pode decrescer nota, né? Quando os alunos entram na escola, eles entram com sete pontos, nota disciplinar sete. Aí, eles podem ganhar elogio, a cada elogio, eles vão acrescentando pontos nessa nota, que eles podem chegar até dez. E, se eles recebem alguma punição, ah não entregou um trabalho no prazo. Aí, o tenente, que é quem vê ali onde se enquadra né, aquela comunicação do aluno, vê se vai receber só uma advertência verbal, se ele vai receber alguma outra, um decréscimo de nota. Então, dependendo do que o aluno faz, ele ou decresce nota, ou ele só recebe uma advertência verbal, ou ele só tem que vir na sexta à tarde fazer alguma coisa na escola, né? O que eles chamam da TRD [Trabalhos de Recuperação Disciplinar]. E, então, essa coisa da comunicação os alunos, né? Aqueles que querem, né? Receber elogios, eles acabam querendo ter um comportamento bom. E eles não querem, né? Ter a comunicação. Mas aí, então, acho que seria um conjunto, assim, né? A escola auxilia no sentido da disciplina, de tu poder chegar na sala de aula e ter os alunos ali dispostos, né? (Adriana, docente do Colégio Tiradentes).

Ou seja, os militares empregam na escola um sistema denominado corpo de alunos

(CAL), que serve tanto para exercer a coercitividade por meio de punições bem como a congratulação por meio de elogios, por meio desse aparato disciplinar estabelece-se uma pontuação chamada de nota disciplinar. Conforme a professora, esse controle do comportamento é responsabilidade dos militares, que proporcionam a aplicação da disciplina que auxilia no ensino, que por sua vez é responsabilidade dos professores:

A disciplina, claro que as famílias contribuem né, mas a disciplina militar, os ritos militares, eles vão aprendendo aqui dentro. Então, todo dia o aluno chega aqui ele tem uma formatura primeiro, uma formatura militar. Que que é essa formatura militar? O aluno entra em forma. E aí tem toda uma conversa com o efetivo militar antes de começar as aulas. [...] Eles aprendem a marchar; eles aprendem os ritos militares de cumprimento. Por exemplo, eles tem que chamar os professores de senhor ou senhora, nunca pode chamar somente pelo nome, ou professora X ou professor Y; para os militares eles têm que prestar continência. (Rosane, Coordenadora Pedagógica do Colégio Tiradentes).

²⁰ Para mais detalhes acerca da noção de *habitus* (itálico) consultar a obra de Bourdieu (2002).

É importante notar que, embora se reconheça o papel da família, a disciplina é compreendida como uma construção prática da escola militar. Nesse sentido, a disciplina aparece como formas de se vestir, regras de conduta e ritos militares que contribuem para a formação de um sistema de disposições duráveis que se manifestam nas práticas cotidianas²⁰. Sobre isso, vale destacar a fala de Renato Ortiz a respeito da noção de *habitus*:

O *habitus* se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam. A análise de Bourdieu tende, assim, a enfatizar a importância de se estudar o modo de estruturação do *habitus* através das instituições de socialização dos agentes.²¹

²¹ ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: sociologia. 1. ed. São Paulo: Ática, 1983, p. 17-18.

²² Esse processo subjetivo se desenvolve psicologicamente de múltiplas formas, tais como o medo das penalizações, sentimento de não pertencimento ao meio social, desejo de reconhecimento e assim por diante.

Objetivamente falando, o *habitus* da escola militar forma um grupo de estudantes que aprendem a se comportar no meio social. No entanto, a nível individual cada estudante deverá internalizar a objetividade, processo que possui um caráter subjetivo que não pode ser explicado sociologicamente²².

A escola militar, compreendida como instituição de socialização, conduz os agentes de referência para a estruturação do *habitus*. Este se consolida fortemente nesse meio, uma vez que há um perfil de estudantes previamente estabelecido, que interagem de modo formalizado conforme condutas e normas militares em uma trama de relações hierárquicas de poder e submetidos ao aparato disciplinar. Essa confluência de fatores potencializa a estruturação do *habitus*.

A aplicação da disciplina é feita pelos militares por meio das formaturas²³ e também através do controle do comportamento coletivo. Os militares compreendem que podem fazer essa função de modo mais eficiente do que civis:

Qual, no seu entendimento, é o diferencial positivo que os militares têm de capacidade de construir a ordem em detrimento dos civis? É essa disciplina que o senhor falou? (Entrevistador).

Eu acredito muito nisso, assim, o militar como um todo, ele é formado, e ele, ele, ele é ensinado o absoluto respeito, né? À hierarquia, à disciplina, à ordem, ele recebe um ambiente organizado. Então, esses valores ele acaba levando pra si e passa a cultuá-lo. Então, a pessoa que já tem esse culto a essa, a esses valores pode replicá-los com uma qualidade muito maior, né? Então, isso para mim é daqui a pouco o próprio diferencial do militar. (Roger, Diretor do Colégio Tiradentes).

A disciplina é apresentada aos estudantes como valor ideal a ser seguido, e uma vez internalizado esse ideal se manifesta como algo prático, como um *habitus*. Diante disso,

²³ Formatura é o termo utilizado pelos militares para denominar o momento no qual os estudantes se organizam em forma de colunas. Essa prática cotidiana dura entre 20 e 30 minutos, esse período é utilizado para que os militares possam verificar a padronização dos estudantes, ensinar os valores militares e tratar de assuntos diversos.

Weller (2005), afirma que as práticas cotidianas revelam a visão de mundo, sendo esta de caráter coletivo e inerente ao meio social. Portanto, assim como a meritocracia que aparece principalmente por meio das relações hierárquicas, a disciplina aparece através da consolidação do *habitus*. Portanto, a disciplina também é um valor norteador da visão de mundo militarista, que pode ser denominada como *militarismo*²⁴.

O *militarismo*, enquanto visão de mundo, se fortalece com a consolidação do *habitus* formando o que Mannheim denominou de conhecimento conjuntivo, o que se torna mais evidente em uma instituição militar dado o caráter formalizado das interações sociais cotidianas. Interessante notar que a visão de mundo é ao mesmo tempo determinada e determinante das ações práticas, nessa relação de mútua determinação a disciplina e a hierarquia aparecem tanto como valores norteadores da visão de mundo e como expressão fenomênica prática. Ou seja, o *militarismo* deve ser compreendido como causa e efeito das práticas disciplinares e hierárquicas.

No ensino militar há uma divisão entre o trabalho docente dos professores, e o trabalho de aplicação e monitoração da disciplina por parte dos militares. Essa divisão é compreendida pelos entrevistados de modo geral, como uma cooperação produtiva:

Enfim, eu acho que, que nos respalda muito pras atitudes que são tomadas, assim, por exemplo, os alunos a partir das punições, ou enfim, das chamadas comunicações, eles acabam respeitando mais as normas, né? Às vezes as normas acabam também sendo ruins, assim, no sentido do professor. Às vezes a gente se sente muito fechado nessas normas, sabe? A gente não consegue ampliar muito aquilo que a gente, a nossa autonomia dentro da sala de aula, a verdade é essa, assim, a gente não é muito autônomo dentro da sala de aula com essas normativas todas. (Bianca, docente do Colégio Tiradentes).

Ah, entendi. (Entrevistador).

A gente fica um pouco engessado. [...] A gente acaba perdendo muito tempo, né? As nossas aulas já são tão curtas, isso é algo que toma muito tempo, né? Toda troca de período, ter uma apresentação diferente, isso acaba dificultando um pouco o trabalho. (Bianca, docente do Colégio Tiradentes).

Ou seja, o trabalho dos militares auxilia no respeito pelas normas por parte dos alunos. Por outro lado, esse modelo de ensino pode diminuir a autonomia do professor, além de que os ritos militares cotidianos demandam tempo de sala de aula.

3. Considerações finais

A presente pesquisa só foi possível via parceria com uma escola militar, o desafio da pesquisa social empírica em instituições militares consiste precisamente na dificuldade dos pesquisadores se aproximarem desses espaços. Nesse sentido, a pesquisa se justifica na medida em que o ensino militar é um objeto que carece de pesquisas qualitativas no Brasil. Diante de tal problemática, a presente pesquisa possui recorte fenomenológico e utiliza dados qualitativos a partir dos quais elaborou-se uma exposição de caráter descritivo. Assim, objetiva-se a superação da problemática oferecendo uma contribuição aos pesquisadores brasileiros da área da Educação.

No plano teórico, a sociologia do conhecimento mannheimiana, oferece um poderoso método de análise das visões de mundo que possibilita formular teoricamente o conhecimento conjuntivo que possui caráter ateórico. Esse conhecimento é construído a partir das ações práticas formando o que Mannheim chamou de visão de mundo. Conforme Weller:

Nesse sentido, a compreensão das visões de mundo e das orientações coletivas de um grupo só é possível através da explicação e da conceituação teórica desse conhecimento ateórico. O grupo envolvido geralmente não está em condições de realizar essa tarefa, ou seja; a explicação teórica do conhecimento ateórico é praticamente impossível para o indivíduo ou grupo vinculado ao contexto em que se construiu esse saber. O papel do(a) pesquisador(a) passa a ser, então, encontrar uma forma de acesso ao conhecimento implícito do grupo pesquisado,

²⁴ Lembrando que esses valores são potencializados pela alta carga horária da escola com regime integral ao longo de três anos, além da participação

²⁵ WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, [S. l.], v. 7, n.º 13, 2005, p. 262.

explicitá-lo e defini-lo teoricamente.²⁵

Então, no que tange ao papel do pesquisador, a presente pesquisa avança na medida em que teoriza e explica a visão de mundo militarista através de categorias como disciplina, hierarquia e meritocracia, assim desvelando teoricamente o conhecimento implícito. Assim, avançando também em relação aos objetivos da pesquisa mencionados.

A interpretação em nível documentário pressupõe a análise da visão de mundo que está intrinsecamente associada às experiências cotidianas. Para tanto, a perspectiva fenomenológica, de caráter compreensiva, visando uma síntese descritiva da visão de mundo que orienta a escola militar a partir da análise das entrevistas demonstrou-se uma abordagem científica bastante frutífera para a análise do ensino militar. Soma-se a isso a utilização da teoria sociológica mannheimiana, e bourdieusiana, fundamentais para a interpretação dos dados qualitativos coletados associando o pensamento ao seu contexto local de produção. Ou seja, associar o conhecimento conjuntivo (militarismo) ao meio social (escola militar) no qual os sujeitos possuem um modelo próprio de sociabilidade.

A compreensão do ensino militar enquanto objeto de pesquisa, perpassa pela análise da visão de mundo militarista, e as suas expressões práticas correspondentes. No entanto, para além disso, a presente pesquisa leva em conta fatores determinantes tais como a estrutura que é compreendida pelos entrevistados como materialmente superior em relação às escolas civis. Isto ocorre em razão da tutela da Brigada Militar, e também através de um valor financiado pela família dos estudantes. Com isso, pressupõe-se um marcador socioeconômico no perfil de estudantes de escola militar. Além disso, foi analisado como o processo seletivo aparece na fala dos entrevistados enquanto fator determinante no diferencial das escolas militares. Neste processo, os estudantes são selecionados intelectualmente, fisicamente, e sobretudo pela origem familiar, visto que há uma destinação de vagas para dependentes de militares.

Portanto, com esta análise de caráter sociológico acredita-se que o texto possa contribuir no âmbito da pesquisa educacional para o entendimento das motivações da adesão de parte da sociedade a este modelo militar de educação, em especial no que diz respeito a estrutura da escola, estudantes, hierarquia e disciplina, levando-se em consideração que o modelo analisado é distinto do PECIM.

Notas

*Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: victormello4000@gmail.com.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1983.
- PODER360/Drive. **Escolas cívico-militares vão continuar em ao menos 19 UFs**. 14 de julho. 2023.
- PONTES-SARAIVA, Ana. Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.15, n.2, p.201-226, ago. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54758/29939>>. Acesso em: 17 de dezembro. 2024.
- SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Expansão, Significados e Tendências**. Orientadora: Miriam Fábila Alves. 2020. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SEVERO, Ricardo. Sociologia do conhecimento e o método documentário: instrumento qualitativo para análise sociológica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.48, n. 1, p.304-317, jan./jul., 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/18891/29621>>. Acesso em: 17 de dezembro. 2024.

SEVERO, Ricardo. Tornar-se estudante militar: compreensões do corpo diretivo e administrativo da Escola Tiradentes/RS. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 205-223, jan./abr. 2023. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>>. Acesso em: 17 de dezembro. 2024.

SILVA, Victor. Perspectivas Atuais sobre o Ensino Militar. In: **22ª Mostra da Produção Universitária - MPU**, Rio Grande. Anais do Congresso de Iniciação Científica, 2023. Disponível em: <<https://mpu.furg.br/30-mpu-2023/238-1-19anais-mpu-2023-congresso-de-iniciacao-cientifica-cic>>. Acesso em: 17 de dezembro. 2024.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, [S. l.], v. 7, n.º 13, 2005. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5512>>. Acesso em: 17 de dezembro. 2024.

CORPOS NATURAIS E CORPOS ARTIFICIAIS: DISCUSSÕES SOBRE O ENVOLVIMENTO DOS SIGNOS DE GÊNERO

NATURAL BODIES AND ARTIFICIAL BODIES: EXAMINING THE ROLE OF GENDER SIGNS

Resumo

Partindo do campo teórico desenvolvido por Michel Foucault em sua análise histórica sobre os discursos normalizantes da sexualidade, observa-se o gerenciamento sobre os corpos de sujeitos vivos, inquirindo processos biológicos e naturalizando discursos. Partindo deste, bem como de outros contemporâneos, como Judith Butler, este ensaio objetiva relacionar as diferenciações correntes no âmbito social sobre corpo natural e corpo artificial em pessoas cisgênero e uso de anabolizantes, abordando modificações corporais, seus limites e sentidos. A metodologia circunscreve uma revisão bibliográfica que abrange artigos e teses, que contemplam as percepções dos sujeitos em relação ao uso de esteroides e cuidado relacionado ao gênero. Com a pesquisa foi possível observar certa prevalência pela estética na utilização de substâncias químicas e/ou intervenções cirúrgicas, bem como limites postos para que o corpo modificado continuasse sendo, esteticamente, percebido pela manutenção da naturalidade ou, então, que expressasse suas alterações pelos signos sociais ambicionados, como disciplina e autocuidado.

Palavras-chave: Anabolizantes; Gênero; Discursos; Corpo.

Abstract

Drawing from the theoretical framework developed by Michel Foucault in his historical analysis of normalizing discourses on sexuality, we observe the management of living subjects' bodies, interrogating biological processes and naturalizing discourses. Building upon this theoretical foundation, as well as contributions from other contemporary thinkers such as Judith Butler, this essay aims to examine current social differentiations between natural and artificial bodies in cisgender individuals and the use of anabolic steroids, addressing bodily modifications, their limits and meanings. The methodology is confined to a bibliographic review encompassing articles and theses that explore individuals' perceptions regarding steroid use and gender-related care. A certain prevalence of aesthetic focus over health was observable in chemical/surgical interventions. Additionally, limits were identified to ensure that the modified body continued to be aesthetically perceived as maintaining naturality or, alternatively, that it expressed its alterations through valorized social signs, such as discipline and self-care.

Keywords: Anabolic steroids; Gender; Discourses; Body.

*Ana Caroline Gonçalves de Souza

Recebido em: 20/07/2025

Aceito em: 29/09/2025

1. Introdução

Nos canais de comunicação, dos mais tradicionais aos meios digitais, discute-se “o corpo” por meio de reportagens médicas, venda de produtos estéticos e comentários midiáticos. Notadamente, discursos são produzidos e reproduzidos a todo momento. Ao resgatar historicamente os encaminhamentos que levaram à pretensão de regulação e uniformização da sexualidade, Michel Foucault¹ dimensiona os discursos sobre o sexo que pretendem contê-lo e normatizá-lo. De maneira semelhante, o biopoder, o gerenciamento da vida pelo Estado, deteve o corpo no adestramento e na especiação, ou seja, o ser vivo que transpassa o corpo e dá suporte aos processos biológicos.

Nesta linha, sob a ótica de Foucault², a diferença sexual e o corpo estão socialmente postos, inseridos numa economia de discursos de uma determinada época e cultura. Assim, na contemporaneidade, a atenção à aparência física, a utilização de “drogas da imagem corporal” e expressões de gênero³ compõem o que podemos chamar de “economia do discurso”, na perspectiva foucaultiana, sobre os corpos.

Diante disso, a modificação do “corpo natural” pode partir tanto do objetivo estético, enquadrando o sujeito nas expectativas de seu gênero, quanto da perspectiva da performance do gênero adquirido posteriormente ao nascimento. Ou então, fala-se sobre “manter” a ordem natural de desenvolvimento muscular, estética e desempenho físico. Com esta gama de manifestações, o objetivo deste ensaio é tensionar, de maneira breve, os discursos favoráveis e desfavoráveis aos tratamentos hormonais “moderados ou não”⁴ — potencializar características geneticamente favoráveis ao fisiculturismo e/ou aperfeiçoamento estético em contraponto ao risco de adquirir características do gênero oposto e contrariar a anatomia “natural” e “saúdável”. Ademais, objetiva tensionar os processos de naturalização da forma biológica do ser.

Para dar consequência a essa proposta, em termos metodológicos, recorreu-se à revisão bibliográfica de livros, artigos e teses que abordaram o uso de esteroides, a discussão de corpos modificados e mudanças corporais relacionadas às expectativas de gênero. A inspiração para o debate teórico está em Michel Foucault, com a obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (2012)⁵, em específico o capítulo *A hipótese repressiva*, e Judith Butler, com a obra *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo* (2019)⁶, a fim de historicizar e localizar os debates sobre os aspectos discursivos, de construção de gênero e de identidade. Ademais, valeu-se de Thomas Laqueur, com a obra *Inventando o sexo* (2001)⁷, para as discussões de diferenças sexuais.

No expediente, primeiro foram consultadas publicações em bases de dados eletrônicas *Scielo* e *Google Acadêmico*⁸, utilizando como descritores “anabolizantes” e “gênero”, no entanto, na primeira base de dados não obtivemos produções relacionadas, tendo maior sucesso na segunda base de dados. A seleção dos artigos ocorreu a partir do título, resumo e palavras-chaves que propusessem a discussão. Disso chegou-se a Iriart, Chaves e Orleans⁹ e Tramontano¹⁰. Em relação ao ano de publicação das pesquisas, utilizou-se o recorte anual a partir dos anos 2000, buscando contemporaneizar as discussões.

Em seguida, ampliou-se os termos usados nos descritores para incorporar “corpo artificial” e “corpo natural” isolados e em conjunto. Em ambas as bases os resultados foram semelhantes, “corpo artificial” apresentou trabalhos relacionados à inteligência artificial e saúde mental, os quais não foram selecionados; “corpo natural” apresentou maior relação com o que se buscava, no entanto, eram discussões relacionadas aos sujeitos transgêneros, os quais não fazem parte do objeto de estudo.

Como estratégia, reduziu-se o descritor para “corpo” e foram selecionados aqueles que, no título e no resumo, mencionaram “corpo” e “prática de musculação”, bem como a utilização de “esteroides” e “papéis de gênero”. Disso resultou-se na seleção de Damico¹¹ e Gomes¹², entendendo a complementaridade das pesquisas. Os demais autores referenciados advêm de leituras prévias ou em virtude do ensaio, selecionados pela conveniência de seus argumentos e contribuição à discussão¹³.

Além desta introdução, este ensaio está dividido em cinco seções, a primeira: “O homem e a mulher em sua natureza *natural*”; a segunda: “Cuidado quantificado pela métrica *gênero*”; a terceira: “Contaminação do *status quo*” e, por fim, as “Considerações finais”. O

¹ FOUCAULT, M. A hipótese repressiva. In: *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2012.

² Ibidem.

³ GUIMARÃES, T. F. A construção do corpo sexuado: uma reflexão sobre os significados de gênero e de como este se articula com o corpo. *Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 148-161, 2012.; IRIART, J. A.B.; CHAVES, J. C.; ORLEANS, R. G. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, abr. 2009, p. 773.

⁴ Dado este objetivo, é preciso ressaltar que não serão discutidos tratamentos generificantes de pessoas transgêneros, dada a abrangência do tema, o recorte será o uso de esteróides anabólicos-androgênicos (EAA, ou, simplesmente, anabolizantes) por pessoas cisgênero e o *bodybuilding*.

⁵ FOUCAULT, 2012.

⁶ BUTLER, J. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019.

⁷ LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁸ Cumpre ainda esclarecer que esse tipo de recurso, a despeito das potencialidades, apresenta também algumas limitações, o mais das vezes relacionadas aos termos usados nos descritores, que nem sempre correspondem ao que aparecem no título e/ou resumo.

⁹ IRIART, J. A. B.; CHAVES, J. C.; ORLEANS, R. G. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n. 4, abr. 2009.

¹⁰ TRAMONTANO, L. A. testosterona faz mal? Controvérsias do uso de medicamentos para a modificação corporal. Anais V Enlaçando sexualidades. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

¹¹ DAMICO, J. G. S. O cuidado com o corpo como estratégia de sujeitos generificados. Movimento, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 93-117, 2007.

¹² GOMES, I. S. Corpo saudável, risco e bioperformance: uma cartografia dos discursos no território da Educação Física. Tese (doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

¹³ Agradeço às indicações de literatura dos pareceristas, utilizo aqui, sobretudo, a monografia de Momade Saide Aiúba, "Entre os Arredores e o Centro da Cidade de Maputo: Percepções e Significados na Indústria do Fisiculturismo em Moçambique" (2022).

¹⁴ LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹⁵ Ibidem, p. 192.

¹⁶ DAMICO, J. G. S. O cuidado com o corpo como estratégia de sujeitos generificados. Movimento, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 93-117, 2007.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Nesse argumento, Damico (2007, p. 105) refere-se ao "favorecimento da naturalização de aspectos biológicos do organismo que inferiorizam o corpo feminino", ou seja, a presença de argumentos que colocam o corpo de mulheres na procura minuciosa de marca indesejáveis no corpo — daí explicaria a vaidade — e na diferença metabólica entre feminino e masculino, que

ensaio apresenta três tensionamentos condutores, no primeiro discute-se a dicotomia entre natural e artificial sobre meios empregados na manipulação dos corpos, ou seja, o quanto a interferência altera características biológicas de homens e mulheres cisgênero ao ponto de serem rotulados como "não naturais". Em seguida, no segundo tensionamento, os cuidados direcionados ao corpo, para além de serem artificiais ou não, relacionam-se aos papéis de gênero atribuídos ao corpo feminino e ao corpo masculino. Por fim, no terceiro tensionamento, a partir da discussão sobre naturalidade e artificialidade, questiona-se por que a busca em estabelecer fronteiras?

2. O homem e a mulher em sua natureza natural

Ao percorrer, em retrospectiva, as ideias religiosas, filosóficas e científicas que rondam o corpo na modernidade, Laqueur¹⁴ localiza o período que vai do século XVII às revoluções do século XIX, no contexto ocidental, a invenção dos dois sexos em contraposição ao sexo único. O contexto político aliado à produção científica buscou justificativas plausíveis para as relações sociais, não mais fundamentada na ordem transcendental, mas, na natureza associada ao sexo biológico. Como sugere o autor, "a anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos"¹⁵.

Diante disso, intervenções médicas na anatomia biológica de homens e mulheres que descaracterizam e/ou alteram características ditas inatas rompem com a diferença sexual natural dos gêneros. Justifica-se, assim, o uso da categoria "artificial" neste ensaio ao referir-se aos corpos manipulados em contraponto aos aspectos naturalizados. Compreende-se, para o público enfoque do ensaio, que corpos naturais são aqueles que não sofreram modificações corporais "drásticas". Mas o que podemos entender como drástico no amplo leque de transformações corporais, desde aparelhos ortodônticos, regulação da ingestão calórica, exercícios periodizados até a construção hormonizada de músculos?

No estudo de caso realizado por Damico¹⁶ é possível apreender o "cuidado" no campo das práticas corporais (dietas, roupas, aparência no geral) que proliferam imagens e discursos sobre beleza corporal e cotidiano. Para o autor, o investimento na visibilidade do corpo, sobretudo por mulheres jovens, estabelece argumentos diferentes do que para homens. Busca-se argumentar que os "cuidados" empreendidos por mulheres e seus corpos são naturalizados, partindo, conforme observação de Damico¹⁷, da complexidade que é o organismo em relação ao organismo dos homens¹⁸, inferiorização do corpo feminino e a busca pelo detalhe anatômico que definiria as diferenças entre homens e mulheres. Assim, os cuidados apresentados seriam "aceitáveis" e "compreensíveis", ainda que o transtorno dismórfico corporal, a bulimia ou a compulsão alimentar possam ser consequências nefastas dos padrões estéticos¹⁹.

Nota-se a presença de uma materialidade do gênero, palatável pelas expressões corporais e corporificadas do sujeito. Para Butler²⁰, não há nenhum status ontológico ao gênero, ao sexo ou ao corpo para além dos atos discursivos. É analiticamente decisivo, então, relacionarmos a profusão de discursos médicos, midiáticos e cotidianos sobre sujeitos generificados (considerando que, pessoas cisgênero atuam conforme normas e expectativas precedentes ao seu gênero²¹), implicando nas contraposições da utilização da testosterona.

3. Cuidado quantificado pela métrica gênero

No estudo etnográfico realizado por Iriart, Chaves e Orleans²², os autores buscam associar a crescente importância atribuída à aparência física em paralelo com o aumento da insatisfação das pessoas com seus corpos. Em relação a isso, apontam a mudança no perfil dos usuários do que chamaram "drogas da imagem corporal", ou seja, os anabolizantes, antes restrito a atletas e fisiculturistas, agora popular entre pessoas não atletas.

Os pesquisadores constataram que, em ambas as classes sociais (classe média alta e classe popular, divisão dos autores), a motivação estética, preocupação com o invólucro corporal, foi a principal razão para o início da prática de musculação, e que a utilização de substâncias químicas adveio com a busca pela definição muscular e baixa adiposidade. Semelhantemente, Aiúba²³ aponta o número crescente de indivíduos adeptos ao treinamento de força relacionado, principalmente pela busca de qualidade de vida e boa estética, mas, também, pela crescente visibilidade dos fisiculturistas.

Signos da virilidade, atletas fisiculturistas, tais como Ronnie Coleman e Arnold Schwarzenegger, mencionados pelos entrevistados na época²⁴, Chris Bumstead e Ramon Dino, em destaque nos anos de 2020, e seus corpos altamente musculosos e injetados são almejados por pessoas não atletas em ideais de masculinidade, disciplina e autorrealização. A repercussão valorizada destes fisiculturistas advém da percepção de corpo modelo, “símbolo de masculinidade, admirado e invejado pelos homens, e desejado pelas mulheres”²⁵.

A dimensão da lição aprendida com o fisiculturismo, nos termos de Aiúba²⁶, tem sua máxima no autoconhecimento, uma união equilibrada entre os sistemas: mente, corpo e espírito. Para o autor, o fisiculturismo ultrapassa a prática esportiva e acompanha a disciplina e harmonia do praticante durante a vida. Nota-se, portanto, elementos construídos na relação com o corpo que ultrapassam o invólucro corporal, espalhando-se na relação indivíduo-ambiente-sociedade, “o importante é que você se torne em um indivíduo completo e não apenas uma colecção de músculos bem arredondados”²⁷.

Entre médicos contrários ao uso de anabolizantes, conforme Tramontano²⁸, a perda de “características femininas” seria um contraponto à utilização feita por mulheres — a citar, os efeitos indesejados seriam o engrossamento da voz, encolhimento dos seios, crescimento de pêlos no corpo, alterações na menstruação, aumento da libido e do tamanho do clitóris²⁹. Assim sendo, mulheres tornar-se-iam masculinizadas ao adquirirem características biológicas que não correspondem ao gênero feminino.

O “uso abusivo” de anabolizantes por homens ocasiona desequilíbrio hormonal, levando à “ginecomastia, atrofia testicular, alterações na morfologia do esperma e infertilidade”³⁰, fatores que são lidos como efeitos negativos para a perda de características masculinas. O aumento das glândulas mamárias (ginecomastia) traria ao sujeito um elemento do sexo/gênero oposto, desregulando o funcionamento “normal” de um corpo “naturalmente masculino”.

Esta distinção masculino/feminino advém do dimorfismo corporal empreendido no ocidente ao fim do século XVII, o que, para Laqueur³¹, relaciona-se às novas formas de interpretar o corpo e a revolução sociopolítica que operou na rediscussão do estatuto social da mulher e do homem. O modelo dicotômico promoveu no vocabulário e no discurso a distinção sistemática de órgãos, estruturas do esqueleto e do sistema nervoso, a fim de corresponder aos aspectos culturais do masculino e do feminino³².

De modo a recapitular o exposto até aqui, pode-se entender que a barreira entre o corpo natural e o corpo artificial é porosa e desigual: para as mulheres, idealizam-se cuidados para remoção de imperfeições corporais ao ponto de que estas modificações sejam percebidas como naturais, disso, o uso de substâncias químicas deve trazer harmonia com músculos “na medida feminina”. Para os homens, busca-se afirmar sua condição de sujeito masculino pela “força” que o corpo transmite e suporta, sendo assim, o uso de anabolizantes é tolerado ao ponto de que não adquira características femininas, independente de parecerem naturais ou não, músculos proeminentes são lidos pelo esforço despendido.

4. Contaminação do *status quo*

Com tudo isso, partimos para algo comum entre o primeiro e segundo tensionamento. A naturalidade, desejada ou não, está posta no debate e é escrutínio de homens e mulheres. Daí a terceira e última tensão: por que discutimos a artificialidade do corpo e reivindicamos o seu estado “puro”³³? Como visto, não sendo discursos uniformes, a desigualdade de gênero se expressa pelas demandas que se exige do homem e da mulher. Para Butler³⁴, a construção de gênero opera por meios de *exclusão*, para além da criação de seres abjetos, excluam-se, em cada um dos gêneros, símbolos operadores do seu oposto — homem/mulher e mulher/homem.

O critério de seletividade para a pureza do corpo remonta a diferenciação biológica e funcional dos corpos, bem como ganha novos contornos com as possibilidades de intervenções químicas. Assim sendo, se “natural é a fonte da juventude e a coisa certa a se fazer”, pela popular frase do nutricionista Rodrigo Góes, os problemas cardiovasculares, doenças hepáticas, distúrbios psicológicos e alterações hormonais são os únicos contra indicativos para utilização de anabolizantes? Como exposto ao longo do ensaio, acredita-se que não.

dificultaria uma pele livre de estrias e celulites, por exemplo, estando incumbidas em se “mataram fazendo exercícios”.

¹⁹ GOMES, I. S. Corpo saudável, risco e bioperformance: uma cartografia dos discursos no território da Educação Física. Tese (doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

²⁰ BUTLER, J. Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019.

²¹ Sobre isso, Oyēwūmí (2021) discute a imposição das categorias de gênero do Ocidente sobre os discursos iorubás. Para a autora, a ideologia do determinismo biológico nas sociedades ocidentais fornece base lógica para a organização do mundo social; nas sociedades ocidentais, os corpos físicos são sempre corpos sociais. Em outras palavras, há uma relação generificada entre corpo humano e papéis sociais, que, por sua vez, demanda dos sujeitos a racionalidade corporal nas sociedades ocidentais, o que abarca a performance do gênero, pelos termos de Butler (2019).

²² IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009.

²³ AIÚBA, M. S. Entre os Arredores e o Centro da Cidade de Maputo: Percepções e Significados na Indústria do Fisiculturismo em Moçambique. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, p. 42, 2022.

²⁴ IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009.

²⁵ PEREIRA, J. R.; DA MATA, J. I. S.; BISPO, T. C. F.. Percepção de um corpo saudável para

homens que frequentam academias de musculação. Revista Enfermagem Contemporânea, Salvador, Brasil, v. 2, n. 1, 2013, p. 13.

²⁶ AIÚBA, 2022.

²⁷ Ibidem, p. 24.

²⁸ TRAMONTANO, L.. A testosterona faz mal? Controvérsias do uso de medicamentos para a modificação corporal. Anais V Enlaçando sexualidades. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

²⁹ IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009, p. 774.

³⁰ Ibidem.

³¹ LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

³² NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9, 2000.

³³ Um breve apêndice do terceiro tensionamento, Tramontano (2017) também discorre sobre a dicotomia natural/artificial e rememora um ponto de encontro interessante entre aqueles pró-uso e aqueles contrários ao uso de anabolizantes: defesa da autonomia. Por um lado, os "hackers de gênero" defendem o direito da propriedade coletivo e comum dos "biocódigos de gênero, sexo e raça" (Preciado, 2013, p. 352 apud Tramontano, 2017, p. 5), assim, as diferentes expressões de gênero manipuladoras de hormônios questionariam o paradigma binário. Por outro lado, teóricos da medicalização e bioeticistas mostram-se contrários à massificação desse uso, uma vez que a autonomia do indivíduo está, na verdade, no processo saúde-doença e no próprio corpo de funcionar sem intercorrências; ainda pela leitura de Tramontano (2017),

As características generificantes aos sujeitos condicionam a maneira com que se percebem e são percebidos na realidade social. Ainda que procedimentos estéticos, cirurgias e suplementação hormonal estejam no horizonte, as características de homens e de mulheres também estão, e os limites intransponíveis de um para o outro margeiam a naturalidade corpórea. "Mulher masculinizada" e "homem feminilizado" são sujeitos não puros, uma vez que transgridem formas sociais e culturais de ser "mulher-feminina" e "homem-masculino". Conforme demonstra Foucault³⁵, o discurso adquire função de exclusão, categorias médicas prescritas à saúde humana agem na mobilização de subjetividades, tornando-se "valor social ao mesmo tempo instrumento biopolítico"³⁶.

Nesse sentido, a instrumentalização de exercício físico e dieta alimentar a fim de maximizar a autonomia motora e nutrir músculos viçosos — aqui, sem o uso de anabolizantes — são positivados, pois entende-se o autocuidado e a gestão da vida de maneira equilibrada. Tal aspecto está conectado tanto com "a coisa certa a se fazer" aconselhada por Góes quanto com a "valoração moral — do corpo e — do cuidado de si"³⁷.

5. Considerações finais

As reivindicações a favor do "corpo saudável", ao falar das modificações químicas e físicas, retomam os aspectos discursivos indicados por Foucault³⁸, uma vez que as formas de pensar, escrever e falar sobre o "estado puro do corpo" confundem-se com a realidade natural — também problematizada. Assemelhado a uma máquina, o corpo concebe uniões entre ciências e tecnologia (próteses, cirurgias, suplementação e anabolizantes). Pelas observações de Gomes³⁹, este leque de recursos e saberes implica na construção da subjetividade do sujeito a partir da fragmentação de seu corpo em partes "a serem melhoradas".

Ao longo deste ensaio, três tensionamentos foram abordados. Partimos da divisão sexual dos indivíduos como sendo essencial para as delimitações do que se espera de um ser humano natural e, por conseguinte, da importância do discurso científico para que a anatomia sexual fosse articulada por concepções culturais, dimensões que dão o tom para que modificações materiais sejam recebidas. Em seguida, pudemos notar que o *gênero* é uma categoria indissociável nos procedimentos de cuidado cabíveis, a realização da identidade está acompanhada da realização dos indicativos de gênero, os quais possuem limites intransponíveis para seu oposto. Por fim, questionamos os discursos purificantes do status vigentes na diferenciação biológica e funcional dos corpos, e pudemos observar que as preocupações de saúde não são as únicas operadoras da diferença e abjeção, discursos de exclusão predizem corpos generificados.

De maneira a concluir, as fronteiras que delimitam o sujeito generificado legítimo, constituem discursos diferenciadores de organismos biológicos e papéis sociais, atribuindo desigualdades para as diferenças⁴⁰. A distinção do "eu masculino" e do "eu feminino" está profundamente enraizada num "corpo diferenciado"⁴¹. A manipulação de "hormônios masculinos" conecta-se à engenharia das diferenças de gênero da sociedade ocidental, a qual constrói, sistematicamente e ininterruptamente, fronteiras do abjeto, como arraias que a modificação corporal abarca no limite de não se mesclar com o seu contrário.

Notas

* Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email:

souzagana@gmail.com

Referências

AIÚBA, M. S. **Entre os Arredores e o Centro da Cidade de Maputo: Percepções e Significados na Indústria do Fisiculturismo em Moçambique**. Monografia (Licenciatura em Antropologia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, p. 42, 2022.

BUTLER, J. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N-1 Edições e Crocodilo Edições, 2019.

DAMICO, J. G. S. O cuidado com o corpo como estratégia de sujeitos generificados. **Movimento**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 93–117, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2927. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2927>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. A hipótese repressiva. In: **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2012.

GOMES, I. S. **Corpo saudável, risco e bioperformance: uma cartografia dos discursos no território da Educação Física**. Tese (doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

GUIMARÃES, T. F. A construção do corpo sexuado: uma reflexão sobre os significados de gênero e de como este se articula com o corpo. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 148–161, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2814>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IRIART, J. A.B.; CHAVES, J. C.; ORLEANS, R. G. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400008>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 18 jun. 2025.

OYĒWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Editora Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, J. R.; DA MATA, J. I. S.; BISPO, T. C. F.. Percepção de um corpo saudável para homens que frequentam academias de musculação. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, Brasil, v. 2, n. 1, 2013. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v2i1.162. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/162>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. In: **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

TRAMONTANO, L.. A testosterona faz mal? Controvérsias do uso de medicamentos para a modificação corporal. **Anais V Enlaçando sexualidades**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30438>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

bioeticistas acusam os “hackers de gênero” de interferirem na normalidade orgânica e intercorrer à artificialização dos corpos.

³⁴ BUTLER, 2019.

³⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: O nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

³⁶ GOMES, 2020, p. 129.

³⁷ Ibidem.

³⁸ FOUCAULT, 2012.

³⁹ GOMES, 2020.

⁴⁰ PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. In: *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

⁴¹ NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9, 2000.



Textos Graduados
Instituto de Ciência Sociais
Revista da Graduação em Ciências Sociais da Universidade de
Brasília
v. 11, n. 1 de 2025 | DEZEMBRO de 2025



**TEXTOS
GRADUADOS**

Volume 11 | Numero 1
2025

Múltiplos olhares: debates sobre corporalidades, ensino e meio ambiente